

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Cynthia Adrielle da Silva Santos

**Imprensa, Discurso e Ideologia: O Jornal Folha de São
Paulo e o Golpe de Estado de 1964**

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Profa. Alessandra de Sá Mello da Costa

Rio de Janeiro
Março de 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Cynthia Adrielle da Silva Santos

Bacharela em Administração pela UFRRJ. Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas na PUC-Rio. Área de concentração de pesquisa em Estudos Organizacionais. Interesses de pesquisa: Comunicação e Discursos Organizacionais; Estudos Organizacionais Históricos.

Ficha Catalográfica

Santos, Cynthia Adrielle da Silva

Imprensa, Discurso e Ideologia: O Jornal Folha de São Paulo e o Golpe de Estado de 1964 / Cynthia Adrielle da Silva Santos; orientadora: Alessandra de Sá Mello da Costa. – 2019.

166 f.: il.; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Administração, 2019.

Inclui bibliografia

1. Administração – Teses. 2. Imprensa. 3. Empresas e Golpe de Estado. 4. Estudos Organizacionais Históricos. 5. Jornal Folha de São Paulo. 6. Análise Crítica do Discurso. I. Costa, Alessandra de Sá Mello da. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Administração. III. Título.

CDD: 658

À Deus, o centro da minha vida; ao meu esposo, amigo de todas as horas; aos meus pais e à minha irmã, minhas eternas fontes de inspiração e motivação. Cada passo só foi possível por causa do amor incondicional de vocês.

Agradecimentos

À Deus, o autor da minha vida, sempre, toda minha gratidão por mais essa conquista.

Ao meu esposo, grande amigo e companheiro, por todo amor, parceria, força e incentivo nesse processo. A caminhada seria muito mais dura sem você aqui.

Aos meus pais e à minha irmã, meus exemplos de vida, por todo amor, apoio e compreensão. Vocês sempre serão os responsáveis por toda e qualquer conquista minha, é para vocês!

À minha querida orientadora Alessandra, por todo direcionamento durante essa trajetória no mestrado, sendo sempre tão presente, generosa e solícita.

Aos professores Leonardo Darbilly, Liana Biar e Luís Pessôa, por aceitarem tão prontamente a compor a banca de avaliação desse trabalho e pelas contribuições.

Às minhas amigas Alice Fucs e Naielly Marques, por compartilharem esse mundo paralelo que é o mestrado e tornar mais leve e até divertida essa difícil caminhada.

Aos meus amigos pesquisadores do Grupo de Pesquisa Histórica em Administração, pelas discussões e contribuições às pesquisas. Em especial, à Renata Quelha, Marcelo Almeida, Rafael Cuba, Ana Bauer e Talita Trindade pela amizade, pelos conselhos e pela parceria.

À minha amiga Maria Cláudia, pela amizade, generosidade, parceria e orações, sempre.

Às minhas amigas pesquisadoras Marina Gonçalves, Rafaela Nascimento, Carolina Canedo e Vanessa Farias, pela parceria e apoio durante esse processo.

A todos os meus amigos que acompanharam essa pesquisa, que intercederam por mim e de alguma forma, me apoiaram nessa caminhada e entenderam também as minhas ausências.

À PUC-Rio, pela estrutura e auxílio financeiro, sem o qual este trabalho não poderia ter sido realizado.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

Santos, Cynthia Adrielle da Silva; Costa, Alessandra de Sá Mello da. **Imprensa, Discurso e Ideologia: O Jornal Folha de São Paulo e o Golpe de Estado de 1964**. Rio de Janeiro, 2019. 166p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Inserido no contexto mais amplo dos estudos organizacionais históricos e dos estudos acerca da relação entre empresas, governo e sociedade, a pesquisa teve como objetivo investigar, à luz da análise crítica do discurso, quais estratégias discursivo-linguísticas o Jornal Folha de São Paulo utilizou para se posicionar ideologicamente antes, durante e depois do golpe de Estado de março de 1964. Para tanto, construiu-se o referencial teórico a partir da discussão sobre as relações entre Imprensa, Governo e Ditadura Militar e sobre os conceitos de Ideologia e Poder. Em relação aos procedimentos metodológicos para a construção do corpus da pesquisa, de natureza qualitativa e interpretativa foram coletados os seguintes documentos: (1) O Caderno Especial do jornal “64- Brasil continua” (44 páginas de conteúdo); e (2) os editoriais diários de janeiro a junho de 1964 (em um total de 112 editoriais). De forma complementar, para a realização da análise, foi utilizado o aporte teórico-metodológico do modelo tridimensional de Norman Fairclough (2016) e o modelo de análise de estratégias de construções simbólicas ideológicas de J.B. Thompson (2011). Como resultado foi possível identificar três etapas na trajetória discursiva do posicionamento do Jornal Folha de São Paulo em relação ao golpe civil-militar de 1964: (1) um momento de significativa contribuição para a desestabilização do governo do presidente João Goulart (marcado pelos editoriais de Janeiro, Fevereiro e Março); (2) um momento de alinhamento com o golpe militar (marcado pelo Caderno Especial e os editoriais do mês de Abril); e (3) um momento de apoio ao posterior governo de Castelo Branco, com ressalvas (marcado pelos editoriais de Maio e Junho).

Palavras-chave

Imprensa; Empresas e Golpe de Estado; Estudos Organizacionais Históricos; Jornal Folha de São Paulo; Análise Crítica do Discurso.

Abstract

Santos, Cynthia Adrielle da Silva; Costa, Alessandra de Sá Mello da (Advisor). **Press, Speech and Ideology: The Folha de São Paulo Newspaper and the Coup d'Etat of 1964**. Rio de Janeiro, 2019. 166p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In the broader context of historical organizational studies and studies about the relationship between business, government, and society, the research aimed to investigate, in the light of the Critical Discourse Analysis, what discursive-linguistic strategies the Folha de São Paulo newspaper used to ideologically position itself before, during and after the March 1964 coup d'état.

To this end, the theoretical framework was constructed based on the discussion about the relations between the Press, Government, and Military Dictatorship and on the concepts of Ideology and Power. Regarding the methodological procedures, for the construction of the corpus of the research the following documents were collected: (a) The special issue of the newspaper called "64-Brazil continues" (44 pages); and (b) the daily editorials from January to June 1964 (out of a total of 112 commentaries). Also, were used for the analysis of the documents both the theoretical-methodological contribution of the three-dimensional model of Norman Fairclough (2016) and the strategy analysis model of ideological symbolic constructions of J.B. Thompson (2011). As a result, it was possible to identify three stages in the discursive trajectory of the Folha de São Paulo newspaper in relation to the 1964 civil-military coup: (1) a moment of significant contribution to the destabilization of President João Goulart's government (marked by January, February and March editorials); (2) a moment of alignment with the military coup (marked by the Special Book and the April editorials); and (3) a moment of support for the subsequent Castelo Branco government, with reservations (marked by May and June editorials).

Keywords

Press; Business and Coup d'Etat; HistoricalOrganizationalStudies; Folha de São Paulo newspaper; Critical Discourse Analysis.

Sumário

| | | |
|--------|--|-----|
| 1 | Introdução | 11 |
| 1.1. | Objetivo geral | 15 |
| 1.2. | Objetivos específicos | 15 |
| 1.3. | Relevância do estudo | 16 |
| 1.4. | Delimitação do estudo | 17 |
| 2 | Referencial teórico | 19 |
| 2.1. | Estudos Organizacionais Históricos | 19 |
| 2.2. | Imprensa, Governo e Golpe de Estado | 22 |
| 2.2.1. | Antes do Golpe | 26 |
| 2.2.2. | E o Golpe? | 29 |
| 2.2.3. | Depois do Golpe | 35 |
| 2.2.4. | Atuação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação democrática (IBAD) | 39 |
| 2.2.5. | Atuação da Grande Imprensa durante e após a crise de 1964 | 44 |
| 2.3. | O Jornal Folha de São Paulo | 50 |
| 2.4. | Discurso, Ideologia e Poder | 56 |
| 3 | Metodologia | 60 |
| 3.1. | Classificação dapesquisa | 60 |
| 3.2. | Procedimentos e Instrumentos de Coleta de Dados | 61 |
| 3.3. | Tratamento dos dados | 63 |
| 3.3.1. | Teórica-metodologia Análise Crítica do Discurso | 64 |
| 3.3.2. | Modelo Tridimensional de Norman Fairclough | 66 |
| 4 | Análise e Interpretação dos Resultados | 73 |
| 4.1. | Janeiro: "Repulsa à subversão" | 73 |
| 4.2. | Fevereiro: "Combate à inflação: o que falta" | 83 |
| 4.3. | Março: "Comício-provocaçãõ" | 92 |
| 4.4. | O caderno Especial "64: o Brasil continua" | 104 |

| | |
|---|-----|
| 4.5. Abril: "Retroceder, não" | 111 |
| 4.6. Maio: "Popularizar a revolução" | 129 |
| 4.7. Junho: "Dois meses: um balanço" | 138 |
| | |
| 5 Considerações Finais | 151 |
| 5.1. Sugestões e recomendações para novas pesquisas | 153 |
| | |
| 6 Referências Bibliográficas | 155 |
| | |
| Apêndice | 164 |

Lista de Quadros

| | |
|---|-----|
| Quadro 1: Elementos da Análise Textual | 66 |
| Quadro 2: Elementos da Prática Discursiva | 69 |
| Quadro 3: Modos de operação da ideologia | 71 |
| Quadro 4: Síntese da análise tridimensional do mês de Janeiro | 82 |
| Quadro 5: Síntese da análise tridimensional do mês de Fevereiro..... | 90 |
| Quadro 6: Síntese da análise tridimensional do mês de Março..... | 102 |
| Quadro 7: Síntese da análise tridimensional do Caderno Especial | 110 |
| Quadro 8: Síntese da análise tridimensional do mês de Abril | 127 |
| Quadro 9: Síntese da análise tridimensional do mês de Maio | 137 |
| Quadro 10: Síntese da análise tridimensional do mês de Junho | 149 |
| Quadro 11: Editoriais Analisados | 164 |

*A democracia deve ser um valor inegociável, pois só ela pode garantir a
manutenção e o avanço dos direitos de cidadania.*

Ferreira & Gomes

1 Introdução

Nas últimas décadas, vem crescendo o número de pesquisas em várias áreas do conhecimento em administração (como, por exemplo, nas áreas de responsabilidade social corporativa, ética nos negócios e responsabilidade histórica corporativa) que defendem o argumento de que as relações entre empresas, sociedade e governo – na atualidade e no passado – não podem mais ser consideradas como neutras ou isentas de posicionamento político. No entanto, as dimensões destas relações no que diz respeito a questões de poder e ideologia ainda precisam ser melhor visibilizadas, investigadas e, por fim, compreendidas (COSTA & SILVA, 2017a; 2018).

No que diz respeito mais especificamente a estas relações no passado, Schrempf-Stirling et. al. (2016), por exemplo, afirmam que as empresas tanto são capazes de agir de forma irresponsável e não ética quanto de refletir sobre essas ações, apontando para o caso das corporações que colaboraram com o governo alemão nazista durante a Segunda Guerra Mundial (como a Volkswagen e a IBM) e para as empresas que defenderam belicamente seus interesses econômicos, como foi o caso da United Fruits/Chiquitana América Latina. Outro exemplo é o estudo de Stokes e Gabriel (2010) que estudava violência organizacional como prática frequentemente invisível na sociedade problematizando-a como uma tipologia de genocídio, fazendo referência ao Holocausto e suscitando questões recorrentes de práticas de violação dos direitos humanos. De forma complementar, no que tange a exemplos mais recentes, Rhodes (2016) pesquisa o escândalo das emissões da empresa Volkswagen, em 2015 ao problematizar a ética dos negócios corporativos apontando que a busca desenfreada pelo interesse próprio das empresas em detrimento dos interesses da sociedade desencadeiam ilegalidades e práticas criminosas.

É nesse contexto de problematização das relações entre empresas, governos e sociedade fundamentadas e justificadas por idéias hegemônicas que salientam um discurso de neutralidade e imparcialidade, que surgiu a presente

pesquisa. Defende-se nesta dissertação que uma das possíveis formas de se desnaturalizar essas relações é através dos estudos de discurso e da pesquisa histórica em administração.

De forma a buscar melhor compreender as organizações e suas ações no tempo e no espaço, a partir dos anos 2000 pesquisadores organizacionais passaram, de forma mais sistemática, a promover um movimento de retomada da história nos estudos organizacionais – denominada virada histórica (BOOTH & ROWLINSON, 2006; CLARK & ROWLINSON, 2004). Esse movimento buscou problematizar a localização acrítica da pesquisa organizacional e das empresas no contexto histórico promovendo um novo olhar sobre os métodos históricos para estudar as organizações e suas relações com governo e a sociedade, que passam a ser compreendidas como historicamente construídas (COSTA, BARROS & MARTINS, 2010).

Na área de estudos organizacionais, os estudos organizacionais históricos, retratam as organizações dentro de seu contexto sócio-histórico a fim de elaborar narrativas teóricas historicamente informadas e atentas para mudanças nas interpretações de significado ao longo do tempo (MACLEAN, HARVEY & CLEGG, 2016), considerando o seu contexto como discursivo e ideológico “englobando não somente estudos sobre o passado/futuro das organizações, mas estudos acerca do sentido do passado/futuro para as organizações” (COSTA, BARROS & MARTINS, 2010, p. 295). Assim, pensar as organizações no tempo e no espaço é pensar as relações estabelecidas entre os diversos agentes sociais e em diferentes contextos.

Nessa perspectiva, uma forma de problematizar essas relações é olhar para a imprensa, nos quais os jornais “além de veículos de informação, tiveram, e alguns continuam tendo, papel relevante como formadores de opinião, além de se caracterizarem como instrumentos de manipulação de interesses e intervenção na vida política” (CAPELATO, 2014, p.303). Este também é o argumento de Carvalho (2015, p.395) que descreve esta forma de atuação na sociedade por meio da “operação de selecionar o que e quem deve figurar em suas páginas e como os periódicos divulgam determinados eventos, grupos e experiências sociais; ao mesmo tempo, quedam no anonimato outros eventos, grupos e experiências”.

Assim, as páginas dos jornais e seus editoriais são ricos em construções discursivas que podem contribuir para a melhor compreensão de fenômenos sociais específicos. E particularmente, no caso das interações entre imprensa e governo em períodos de ruptura política e crise institucional, como foi o caso da transição de um governo democrático para um governo ditatorial possibilitado através do golpe de Estado de 1964. Nessa direção, pode-se identificar uma vasta historiografia que aponta o papel da grande imprensa antes, durante e depois do movimento de tomada de poder pelos militares brasileiros e da deposição do presidente João Goulart em fins de março e início de abril de 1964 (ABREU, 2005; DIAS, 2012, 2013; KIELING, 2016; MOTTA, 2013; SMITH, 2000).

Cabe salientar que se define a grande imprensa como o conjunto dos periódicos tradicionais considerados de longa duração "que se constituíram, desde o início, como empresas jornalísticas geradoras de lucros, com ampla tiragem e significativa atuação política no plano nacional" (CAPELATO, 2014, p.303). E à época, os principais jornais da grande imprensa do eixo São Paulo – Rio de Janeiro eram respectivamente: Estado de São Paulo e Folha de São Paulo; e Correio da Manhã, Jornal do Brasil e O Globo (AQUINO, 1999; CAPELATO, 2014; SMITH, 2000).

Dessa forma, assume-se nesta pesquisa ser fundamental levantar a discussão sobre as relações cada vez mais imbricadas entre os discursos da imprensa e o momento político que estes perpassam. Conforme aponta Capelato (2014), é necessário levar em conta que os jornais da grande imprensa se caracterizam, ao mesmo tempo, como instituições de natureza pública e privada, mesclando interesses políticos e empresariais. Desse modo, de acordo com seus interesses, os jornais podem assumir diferentes posicionamentos, influenciando e dirigindo o cotidiano das pessoas, tendo um papel fundamental no processo de construção social. No entanto, quando o tema é ditadura militar, estas interações não são homogêneas e lineares ao longo do tempo. Pelo contrário, segundo Carvalho (2015, p. 399), as tonalidades são muitas: "Foram do censor nas redações às convergências ideológicas, dos bilhetinhos que chegavam por telex ou telefone, e aos quais os editores se submetiam, às ameaças econômicas e processos judiciais, das tentativas de resistência ao apoio político e colaboracionismo". De acordo com a autora, muitas vezes, o mesmo jornal vivenciou diversas dessas situações, em diferentes momentos.

Ainda nesta mesma linha de raciocínio, de acordo com Abreu (2005), a imprensa foi considerada, inclusive, como um dos agentes condutores da construção discursiva do fantasma do comunismo, discurso empregado e divulgado de forma recorrente como uma das justificativas para a deposição do governo democrático de João Goulart. Nesse sentido, no que diz respeito às práticas discursivas adotadas pela imprensa, deve-se também buscar compreender as estratégias linguísticas utilizadas (SPINK & MEDRADO, 2013), uma vez que os discursos “adquirem significados de muitas formas [...]. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir” (LUCA, 2006, p.140). Dessa forma, conforme aponta a autora, a imprensa escolhe, dispõe, ordena e relata de um determinado modo, o que elegeu como apropriado de se chegar ao público.

Nessa conjuntura, é fundamental pensar na aproximação dos conteúdos históricos decorrente do interesse de se trabalhar as práticas discursivas, a fim de compreender a cristalização em discursos institucionalizados e as posições socialmente disponíveis (SPINK & MEDRADO, 2013). Isso porque, se é possível pensar ideologia como a maneira por meio da qual o sentido é mobilizado pelas formas simbólicas para estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 2011), então se pode entender que o desenvolvimento da comunicação de massa traz enormes consequências para a natureza e o alcance dos fenômenos ideológicos. A imprensa, portanto, passa a ser entendida não só como fonte, mas, sobretudo como objeto de estudo (CAPELATO, 2014; MOTTA, 2013).

Desse modo, o objeto de análise dessa dissertação é o Jornal a Folha de São Paulo e os seus editoriais diários do período de janeiro a junho de 1964 e mais especificamente o Caderno Especial “64-Brasil continua” publicado em 31 de março de 1964. Por meio deste recorte, buscou-se compreender a construção discursiva e a forma como a imprensa atuou na sociedade face ao momento de ruptura política de 1964 levando em consideração o papel desse Jornal na divulgação de informações, ideias e valores, com potencial de construir consensos.

O argumento principal do trabalho é de que o movimento de tomada de poder e deposição do presidente eleito João Goulart pelos militares foi corroborado e legitimado pela atuação da grande imprensa, tornando-se fundamental entender os aspectos ideológicos que interligam o discurso da

imprensa e o contexto político em que esta se insere. Cabe ressaltar que, em alinhamento com Fico (2004; 2017), não se pode assumir que essa atuação tenha se dado efetivamente de forma conspiratória, mas a presente pesquisa defende que a grande imprensa e, especificamente a Folha de São Paulo tenha contribuído de forma bastante significativa para a desestabilização do governo de Jango. Como desdobramento, a pergunta norteadora da pesquisa foi: Quais estratégias discursivo-linguísticas o Jornal Folha de São Paulo utilizou para se posicionar ideologicamente antes, durante e depois do golpe de Estado de março de 1964?

1.1. Objetivo geral

O presente trabalho teve por objetivo investigar, à luz da análise crítica do discurso, quais estratégias discursivo-linguísticas o Jornal Folha de São Paulo utilizou para se posicionar ideologicamente antes, durante e depois do golpe de Estado de março de 1964.

1.2. Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral apresentado, foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Posicionar o jornal Folha de São Paulo na linha historiográfica referente aos estudos de Imprensa e Ditadura militar brasileira;
- b) Identificar e coletar os editoriais que abordavam as questões políticas, econômicas e sociais do contexto brasileiro de 1964;
- c) Identificar, analisar e problematizar o discurso dos editoriais e do caderno especial “64- o Brasil continua” do jornal Folha de São Paulo.

1.3. Relevância do estudo

Considera-se que a busca por respostas a essa pergunta de pesquisa é relevante a partir de cinco aspectos. Primeiro, a identificação, organização e análise dos editoriais e do caderno especial como fontes de pesquisa contribuiu para a ampliação do conhecimento acerca do golpe civil-militar de 1964 e sobre o posicionamento da grande imprensa em momentos de mudanças políticas, servindo como subsídio para futuros trabalhos de pesquisadores que se interessem pela temática. Como desdobramento, a utilização de jornais como objeto de estudo em particular também contribuiu para a ampliação do uso de fontes históricas de periódicos na área de estudos organizacionais, tendo em vista o uso da pesquisa histórica em administração. Isso porque, “poucas fontes históricas permitem tantas possibilidades de investigação quanto o jornal”, tendo em vista sua dimensão discursiva em estabelecer fatos e construir consensos, conforme aponta Carvalho (2016, p.90).

Além disso, um segundo aspecto está no fato de que o tema não apresenta consenso, e que apesar de “em muitos estudos, o conjunto da imprensa brasileira seja apresentado em uma postura de sistemática oposição a Jango, uma pesquisa mais atenta conduz a conclusão diversa” (FERREIRA & GOMES, 2014, p. 243). De acordo com os autores, a situação era bem mais complexa visto que não havia uma unanimidade sobre o governo Goulart. O historiador Carlos Fico (2004; 2017), por exemplo, corrobora essa afirmação ao diferenciar o apoio da imprensa à desestabilização do Governo de Goulart e à conspiração golpista executada, sobretudo, pelos militares. Desse modo, o presente trabalho contribuiu para a ampliação do debate na medida em que analisa o posicionamento de um jornal relevante já na época.

Deve-se ainda destacar que as discussões sobre a ditadura vêm crescendo nos últimos anos como desdobramento do processo de abertura de arquivos da repressão – os arquivos dos Departamentos de Ordem e Política Social (DOPS) estaduais e do Serviço Nacional de Informações (SNI), por exemplo – que até então eram considerados sigilosos (FICO, 2004; 2017). Cabe salientar ainda que, a abertura desses acervos de documentos sigilosos sempre foi uma demanda de acadêmicos e da sociedade civil, mas o movimento em prol deste processo vem sendo lento e gradual. E considerando o atual contexto

político-social brasileiro, em que se questionam a legitimidade de pesquisas acadêmicas relevantes sobre o golpe de Estado de 1964 e a posterior ditadura militar, acredita-se que desenvolver um trabalho como este também possa apresentar uma contribuição social, uma vez que aborda diferentes narrativas sobre a temática.

Por fim, a problematização acerca do posicionamento ideológico de uma organização permite que se desvele a fictícia relação de neutralidade entre estas e o momento político que as perpassa. Desse modo, em consonância com pesquisadores que trabalham com a imprensa como objeto de pesquisa e seus editoriais como expressões de seu alinhamento político e ideológico (ver, por exemplo, CAPELATO & PRADO, 1980; LUCA, 2006) e, assumindo que os editoriais expressam o posicionamento do jornal, a pesquisa pôde identificar o seu posicionamento político nesse momento histórico.

Assim, a presente pesquisa torna-se relevante para a área dos Estudos Organizacionais porque aborda o papel empresarial da imprensa em um momento de ruptura política no país, analisando como o discurso de uma organização foi constituído e a constituiu ao longo dos anos. Isso porque, de acordo com Motta (2013), analisar os discursos jornalísticos abre novas possibilidades de olhar a grande imprensa por sua capacidade de influenciar a formação das opiniões do público e da sociedade. Além disso, a pesquisa situa-se em uma perspectiva histórica da administração, sendo também relevante como ampliação das pesquisas nessa área. Ademais, entender que estratégias foram utilizadas pela imprensa permite entender que propósitos ideológicos estavam inseridos em seus discursos a fim de identificar as relações e poder e dominação que foram mudando de acordo com seus interesses (RESENDE & RAMALHO, 2004).

1.4. Delimitação do estudo

A presente pesquisa, de natureza qualitativa e documental, por limitação de tempo e espaço, se restringiu a análise da Folha de São Paulo. Cabe salientar ainda que, a escolha desse jornal - considerado um significativo representante da grande imprensa e um dos principais conglomerados de mídia no Brasil na época – ocorreu, em função do seu escopo de circulação e

influência (CAPELATO, 2014). Outra justificativa por essa escolha está no fato da Folha de São Paulo já ter sido identificada em pesquisas anteriores, como Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), como colaboradora do governo ditatorial. Colaboração esta que é nominalmente feita pelas fontes pesquisadas, como por exemplo, no volume 3 do relatório da CNV: “Os agentes de repressão colocaram na rua um jipe do Exército aparentemente com problemas e à volta dele, em um caminhão baú do jornal Folha de São Paulo, estavam escondidos os agentes do DOI-CODI/SP portando metralhadoras” (CNV, 2014, p.735). Desse modo, o trabalho optou por não analisar outros jornais, outras vozes ou agentes sociais como, por exemplo, a opinião dos jornalistas.

Dentro da Folha de São Paulo, a análise se restringirá aos Editoriais de janeiro a junho de 1964 e ao Caderno Especial “64-Brasil continua” do Jornal Folha de São Paulo- publicado em 31 de março de 1964. O acesso a essas fontes está disponível ao público no acervo do próprio site da empresa e nos arquivos da Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional. Como já mencionado, a escolha pelos editoriais justifica-se por esses expressarem o posicionamento político do jornal. Além disso, a escolha pelo Caderno Especial de 1964 justifica-se por esse ter sido publicado um dia antes do golpe civil-militar de 1964 e possuir um robusto escopo de páginas apontando para o período de crescimento e desenvolvimento, bem como, uma página editorial com os votos do jornal para aquele determinado contexto político e econômico. Desse modo, a presente dissertação optou por não analisar as capas, as manchetes e as demais publicações do jornal, tendo em vista que o interesse da pesquisa estava em entender o posicionamento do jornal, que é explicitado e chancelado nos editoriais.

Cabe esclarecer ainda, que se entende que o termo golpe é também uma construção discursiva. No entanto, por ser essa a forma como grande parte da historiografia que pesquisa o tema trata o evento de tomada de poder pelos militares, esse foi o termo adotado na construção dessa dissertação. Desse modo, apesar de ser um tema complexo, tendo em vista a escolha historiográfica sobre os estudos de Imprensa e Ditadura brasileira, assume-se aqui para fins de nomeação do evento de ruptura política de 1964, a construção discursiva já legitimada: Golpe de Estado.

2 Referencial teórico

2.1. Estudos Organizacionais Históricos

Aproximar os estudos organizacionais da área de história não é uma prática recente (COSTA, BARROS & MARTINS, 2010), mas pode-se afirmar que foi retomada de forma mais significativa a partir dos anos 2000 (BOOTH & ROWLINSON, 2006; CLARK & ROWLINSON, 2004; USDIKEN & KIESER, 2004). Esse movimento de retomada da história nos estudos organizacionais - chamado virada histórica - buscou problematizar, de forma mais ampla, a localização acrítica da pesquisa organizacional no contexto histórico. A fim de entender que as estruturas e práticas organizacionais não são estabelecidas por normas e leis atemporais, mas elaboradas de acordo com escolhas e decisões políticas anteriores, o entendimento e a compreensão acerca das organizações começam a ser transformados (COSTA, BARROS & MARTINS, 2010).

Uma das possibilidades de enunciar o conjunto de pesquisas que endereçam essa proposta são os chamados estudos organizacionais históricos (Historical Organizational Studies – HOS), que compreende as organizações dentro de seu contexto sócio-histórico a fim de elaborar narrativas teóricas historicamente informadas (MACLEAN, HARVEY & CLEGG, 2016) considerando também o seu contexto ideológico. Isso porque, para Maclean, Harvey e Clegg (2016) para se obter uma compreensão mais completa das organizações é preciso interpretar as intencionalidades dos atores. Desse modo, os estudos sobre discurso, por exemplo, se ancoram também dentro dessa abordagem, uma vez que como se verá mais adiante, o discurso das organizações poderá evidenciar seu posicionamento ideológico.

Nesse sentido, a fim de situar a trajetória da pesquisa histórica em administração, Costa e Silva (2019) apontam que a aproximação entre esses dois campos – história e estudos organizacionais - passaram por três momentos distintos. O primeiro deles, a partir da já enunciada virada histórica, quando pesquisadores organizacionais identificam a necessidade de aproximar o campo

da história para afastar o anacronismo e a superficialidade das pesquisas e passam a defender os benefícios que essa junção poderia trazer para a compreensão das organizações (ver, ZALD, 1993; GOLDMAN, 1994; KIESER, 1994). Ou seja, nesse período os pesquisadores reivindicavam a introdução da pesquisa histórica em estudos organizacionais, demonstrando a importância da análise histórica para o entendimento dos fenômenos organizacionais (COSTA & SILVA, 2019).

Já consolidada a relevância da pesquisa histórica em estudos organizacionais, um segundo momento é marcado por discussões cuja finalidade estava em formar um novo campo teórico (COSTA & SILVA, 2019). O foco seria, então, pensar e aprofundar o endereçamento teórico das pesquisas. Com o objetivo de tentar sistematizar o que vinha sendo feito na área, Usdiken e Kieser (2004) propõem uma classificação dos trabalhos publicados com base em três posições: suplementarista, integracionista e reorientacionista.

De forma resumida, a posição suplementarista, partilha a visão da teoria organizacional como ciência social que apenas inclui a história como uma variável textual – a história como contribuição substancial e metodológica (COSTA & SILVA, 2019). A posição integracionista, por sua vez, assume que a história deve ser trabalhada de maneira articulada, procurando enriquecer a teoria organizacional através de ligações mais fortes e estreitas com as ciências humanas - a história como um fator de contextualização do fenômeno analisado (BOOTH & ROWLINSON, 2006). Por último, tem-se então a posição reorientacionista, que busca criticar a investigação a-histórica das teorias organizacionais, questionando também as primeiras duas posições.

A posição reorientacionista alinha-se com a abordagem de fazer uma nova história debatendo a visão determinista da história tradicional (COSTA, BARROS & MARTINS, 2010). Ou seja, entende-se que “compreender uma organização implica, necessariamente, em conhecer a sua história e os acontecimentos que contribuíram para formar a organização e sua maneira de atuar” (COSTA & SILVA, 2019, p. 4), posição que está diretamente relacionada com a presente pesquisa. Desse modo, passa-se então a discutir as problemáticas do universalismo - que enfatiza continuidade em relação à mudança - e do presentismo - que aponta os acontecimentos como se ocorressem em um contexto descontextualizado - nos estudos organizacionais, evidenciando a preocupação com o regime de historicidade, com a ideia de tempo (BOOTH

&ROWLINSON, 2006). Isso porque, como já mencionado, todos os fenômenos propostos de se explicar em estudos organizacionais são historicamente construídos (MACLEAN, HARVEY & CLEGG, 2016).

“A ideia é que a pesquisa histórica contribua para fundamentar pesquisadores que buscam novos olhares e estejam comprometidos com outras epistemologias, expandindo as possibilidades de análise e teorização acerca do espaço organizacional, entendido aqui não como um espaço físico, mas como um campo objeto de estudo da análise organizacional e de sua dinâmica” (COSTA, BARROS & MARTINS, 2010, p.289).

Desse modo, os estudos organizacionais históricos podem ser definidos como o conjunto de pesquisas organizacionais que retratam por meio de dados e fontes históricas as organizações em seu contexto sócio-histórico. Assim, com objetivo de elaborar narrativas teóricas historicamente informadas atentas para mudanças nas interpretações de significado ao longo do tempo (MACLEAN, HARVEY & CLEGG, 2016), a análise histórica torna-se uma ferramenta fundamental de crítica a interpretações determinísticas dos fenômenos organizacionais (COSTA & SILVA, 2019).

Por fim, o terceiro momento identificado por Costa e Silva (2019) na trajetória da perspectiva histórica nos estudos organizacionais volta-se para as questões metodológicas (vertambém, ROWLINSON, HASSARD & DECKER, 2014; YATES, 2014). Nessa fase, buscam-se enfatizar questões para facilitar a combinação entre esses dois campos, sobretudo, em termos de procedimento de pesquisa, propondo modos de “fazer pesquisa histórica em organizações, principalmente para que estas pesquisas transitem com mais fluência nos estudos de administração” (COSTA & SILVA, 2019, p.5).

Nesse sentido, alguns dualismos entre as áreas passam a ser discutidos, como por exemplo, as formas explicativas, uma vez que a História se preocupa com a construção narrativa do fenômeno, o Estudo Organizacional submete a narrativa a uma análise de relações causais entre os conceitos e categorias (COSTA & SILVA, 2019; ROWLINSON, HASSARD & DECKER, 2014). Outro dualismo ressaltado pelos autores é a concepção de fonte, enquanto os historiadores utilizam fontes de arquivos - públicos em sua maioria - explicitando o caminho percorrido a fim de possibilitar verificação e reinterpretação por outros pesquisadores, os teóricos organizacionais buscam explicitar seus

procedimentos de coleta e análise de fontes - que em sua maioria não são de acesso público.

No caso mais específico da presente pesquisa, procurou-se entender e problematizar as relações históricas entre empresas, sociedade e governo fundamentadas e justificadas por ideias hegemônicas que salientam um discurso de neutralidade e imparcialidade. Desse modo, a pesquisa histórica em administração possibilita uma leitura crítica de narrativas, como complementam Maclean, Harvey e Clegg (2016), uma vez que, a história estimula o pensamento sobre fenômenos organizacionais gerando novas proposições e argumentos. Ainda:

Em um nível empírico, a história permite acesso a uma grande variedade de e dados qualitativos relacionados a organizações e organização que pode ser implantado verificando, refinando e desenvolvendo idéias. A nível metodológico, os métodos históricos, projetados para permitir que as inferências sejam extraídos de dados complexos e incompletos, apresentam grande potencial para aplicação em sistemas pesquisa (MACLEAN, HARVEY & CLEGG, 2016, p. 626, tradução nossa)

Desta forma, acredita-se que essa abordagem tenha sido fundamental para se alcançar as respostas do questionamento do trabalho. Desse modo, ao assumir que o golpe de Estado de 1964 foi um desdobramento das relações entre sociedade, empresas (incluindo a grande imprensa) e governo (ABREU, 2005; DIAS, 2012, 2013; KIELING, 2016; MOTTA, 2013; SMITH, 2000), o próximo capítulo irá abordar a tríade imprensa, governo e golpe de Estado a fim de se compreender como ocorreram essas relações naquele período.

2.2. Imprensa, Governo e Golpe de Estado

Os estudos acerca do movimento de tomada de poder pelos militares em março de 1964 e a posterior instalação de um governo ditatorial no país são marcados por distintas historiografias que apontam para diferentes perspectivas sobre esse acontecimento político no Brasil (NAPOLITANO, 2011; FICO, 2004; 2017). Entretanto, segundo Fico (2004, p.40), a partir dos anos 1980 pode-se identificar uma nova fase na produção histórica sobre o período, com menos ênfase em estudos marxistas e/ou estruturalistas onde os pesquisadores:

(...) abandonando explicações fundadas em conceitos como os de

“classe social”, “modo de produção”, “estrutura econômica” ou “estrutura social” (...) buscaram uma estratégia cognitiva (mais do que uma perspectiva teórico-conceitual) que enfatizasse o indivíduo, seu cotidiano, suas emoções, sua “mentalidade”, sua “trajetória de vida” etc., opções que, obviamente, não incidiram apenas sobre os estudos relativos à ditadura militar, mas sobre todo o escopo de estudos históricos aqui e alhures.

Com o objetivo de tentar sistematizar e resumir as diferentes possibilidades historiográficas, alguns autores (FICO, 2004; 2017; NAPOLITANO, 2011; SILVA, 2018) propõem que os pesquisadores apontem em seus trabalhos para três linhas argumentativas principais. Segundo Silva (2018), uma linha enfatiza o apoio empresarial, outra está embasada na crise institucional militar e, uma terceira aponta a equivalência de um projeto golpista à direita e à esquerda, como será abordado a seguir.

A primeira linha destaca a aproximação, em alguns momentos até chamada de conspiração por alguns autores, empresarial-militar objetivando a conquista do Estado (DREIFUSS, 1984) apontando para o papel da articulação entre a “direita civil calcada no empresariado brasileiro” (NAPOLITANO, 2011, p. 211) que envolveram militares, o governo norte-americano e, empresários, resultando na deposição do então presidente João Goulart (SILVA, 2018). Rene Dreifuss, icônico representante desta perspectiva, tinha como tese central a idéia de que o:

(...) domínio econômico do capital multinacional na economia brasileira não encontrava uma correspondente liderança política (...). Assim, contrapondo-se à proeminência política, de tipo “populista”, da burguesia tradicional e de setores oligárquicos, tal bloco organizou grupos de pressão e federações profissionais de classe, escritórios técnicos e anéis burocrático-empresariais, com o objetivo de conseguir que seus interesses tivessem expressão a nível de governo” (FICO, 2004, p.50).

Ainda conforme o autor, outros pesquisadores (como Daniel Aarão Reis Filho) também defenderiam esse argumento afirmando que o objetivo maior era tornar o capital internacional hegemônico. O que ocorreu por meio da formação de uma ampla frente social e política formada por “banqueiros, empresários, industriais, latifundiários, comerciantes, políticos, magistrados e classe média (...) [o que] condicionaria, no interior das Forças Armadas, uma unidade que seria dificilmente concebível em condições normais” (FICO, 2004, p.52).

A segunda linha, por sua vez, dá menos ênfase ao golpe como resultado de conspiração e enfatiza a crise institucional militar. Os precursores dessa

corrente explicativa apontam que, muitas foram as razões que fizeram os militares se envolverem no golpe de 1964. Entre elas, a ameaça de que a instituição militar sofria com “a revolta dos sargentos, vista como quebra da disciplina da hierarquia militar, a nomeação política de generais, os movimentos sociais, especialmente aqueles dos trabalhadores urbanos que culminavam em greve e mobilização nas ruas” (SILVA, 2018, p.45).

De forma resumida, Fico (2004, p.53) argumenta que os militares tinham “três blocos de preocupações: (a) o caos administrativo e a desordem política; (b) o perigo comunista e esquerdista em geral e (c) os ataques à hierarquia e à disciplina militares”. Desse modo, pautaram “sua ação a partir da busca da unidade interna e de uma ação “moderadora”, reequilibrando, ainda que de maneira autoritária, o sistema político em crise, ameaçado pelas pressões ideológicas e movimentos sociais não institucionalizados” (NAPOLITANO, 2011, p. 211).

Por seu turno, a terceira linha parte do raciocínio de que os atores vitimados pelo golpe são responsáveis pelo contexto político que o possibilitou. Para os pesquisadores dessa corrente explicativa, todos os agentes do processo político estavam envolvidos com o golpismo (TOLEDO, 2004). Desse modo, uma forte crítica a essa linha se dá ao fato de não se preocupar em “distinguir as motivações e as atuações específicas de cada um dos agentes políticos”, pelo contrário, “impõe-nos a conclusão de que todos (os militares, a direita civil, setores de esquerda e Goulart) estavam em igualdade de condições e absolutamente nivelados em termos de responsabilidade pela destruição da democracia” (TOLEDO, 2004, p. 35). Além disso, Napolitano (2011, p. 214) corrobora que outro resultado “é igualar uma agenda democratizante, ainda que inconsistente politicamente, a um projeto de golpe de estado o que, ao fim e ao cabo, foi usado como justificativa ideológica do golpe”.

Diante desse panorama, cabe destacar que a primeira linha apresentada foi adotada nesta pesquisa e sustenta-se por meio de um conjunto de pesquisadores que também desenvolvem argumentos complementares (tais como: ABREU, 2005; CAMPOS, 2018; CAPELATO, 1980, 2014; CARVALHO, 2015; KUSHNIR, 2011; SILVA, 2018; SMITH, 2000; TASCHNER, 1992). Isso porque, uma vez que, o objetivo foi investigar quais estratégias discursivo-linguísticas o Jornal Folha de São Paulo utilizou para se posicionar ideologicamente antes, durante e depois do golpe de Estado de março de 1964,

é pertinente que a presente pesquisa esteja situada na linha historiográfica que considera a forte participação e colaboração das grandes empresas na ditadura militar de 1964.

Cabe salientar ainda que, como aponta Fico (2017, p. 34), "por vezes os autores criticados [desta primeira linha a qual a pesquisa vincula-se] descuidam-se e falam genericamente de apoio da sociedade e não de apoio de parte da sociedade". Além disso, Fico (2004, p. 52) reforça que a preparação do golpe "foi de fato "civil-militar", no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares em detrimento das lideranças golpistas civis". Tendo em vista essas discussões, cabe ressaltar que o presente trabalho não busca minimizar a preponderante participação militar do golpe. Pelo contrário, buscou-se aqui enfatizar a participação da Imprensa brasileiro no processo de desestabilização do governo por meio das publicações antes, durante e depois do evento em questão.

Por último, o tema Imprensa é um dos mais pesquisados no que se refere à produção acadêmica sobre a ditadura civil-militar brasileira (ESTEVEZ & BANDEIRA, 2014). Entretanto, embora o interesse a respeito do tema tenha tido um crescimento, cabe salientar que "nas pesquisas historiográficas sobre o período do regime militar, os jornais têm sido utilizados apenas como fonte e raros são os trabalhos acadêmicos que os tomam como objeto específico de estudo" como é o interesse da presente pesquisa, apesar da importância e da influência da grande imprensa na sociedade, como um ator social (CAPELATO, 2014, p.303).

Cabe ainda destacar, que a presente dissertação separa, mas não desvincula o contexto do golpe de Estado que derrubou João Goulart dos longos anos de ditadura que se seguiram. Isso porque, entende-se que, os vinte anos seguintes, não estavam nos planos de muitos daqueles que apoiaram o golpe de Estado, pelo menos, "não imaginavam que os militares viriam para ficar e que a violência seria a marca do novo regime", como apontam Ferreira e Gomes (2014, p.381). Entretanto, é igualmente fundamental ressaltar que, como será apresentada a seguir, desde o dia do golpe a violência já estava nas ruas. Como reforçam os autores, a sociedade brasileira ainda pode e precisa conhecer melhor o que aconteceu em março e abril de 1964. Novamente, Ferreira e Gomes (2014, p. 388) reforçam que os militares não foram os únicos envolvidos

nesse evento, mas "foram seus protagonistas diretos, mantendo essa posição posteriormente", como veremos a seguir.

2.2.1. Antes do Golpe

Para entender toda essa conjuntura de atuação da imprensa, precisa-se dar um passo atrás e visualizar o cenário político, econômico e social que antecedeu ao golpe.

Desde a posse – em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros – Goulart sofreu uma forte oposição, os boatos de golpe de Estado eram recorrentes e ao longo de seu governo foram crescendo. Alguns acontecimentos de março de 1964 – como, por exemplo, o Comício pelas Reformas de Base e a Revolta dos Sargentos – contribuíram para a intervenção das Forças Armadas no processo político (DIAS, 2014, p. 102).

Sabendo disso, torna-se fundamental compreender a conjuntura histórica nacional para que não se aponte episódios isolados como responsáveis pelo golpe militar. Nesse sentido, cabe apontar que:

Nos catorze meses decorridos entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, Jango [João Goulart] manobrou cuidadosamente para recuperar plenos poderes presidenciais, conquistando apoio popular num plebiscito pela rejeição do Ato Adicional que estabelecera o sistema parlamentarista (SKIDMORE, 2010, p.258).

Nos primeiros meses de sua presidência parlamentarista, “Jango se esforçou para consolidar sua posição política. Insistiu em seus princípios anticomunistas e em sua lealdade ao processo democrático” (SKIDMORE, 2010, p.259). Desde 1961, quando Jânio Quadros renuncia o cargo, João Goulart insistia na necessidade de reformas estruturais no país.

É a partir de janeiro de 1963, no qual “cerca de oitenta por cento dos eleitores brasileiros votaram pelo fim do parlamentarismo e pela volta ao presidencialismo” que Goulart assume como presidente (SKIDMORE, 2010, p.266). A partir de então, “de janeiro a junho de 1963, João Goulart se dedicou à sua mais séria tentativa de atacar os problemas nacionais”, conforme aponta Skidmore (2010, p.277). Entretanto, o autor complementa que:

(...) muitos oficiais e civis de classe média tinham uma má opinião da capacidade de Jango e de seus verdadeiros objetivos políticos, mas ainda esperavam que o Brasil pudesse sobreviver ao resto de sua presidência, que terminaria com a posse de um novo presidente a ser eleito em 1965. Como a Constituição brasileira

impedia o presidente de se candidatar, o "acidente" da presidência de Jango chegaria ao fim (SKIDMORE, 2010, p.300).

O presidente João Goulart costumava ser tratado com desprezo pela esquerda e pela direita, como incapaz de governar, como defende Skidmore (2010). Além disso, ainda segundo o autor, alguns acontecimentos do ano de 1963, corroboraram a tese de que o presidente tinha perdido a confiança nos processos constitucionais. O mês de outubro de 1963, por exemplo, “começou de forma bastante intensa, ainda sob o impacto de uma revolta de sargentos – ocorrida em setembro na cidade de Brasília” (DIAS, 2014). Por sua vez, João Goulart ainda solicita o Estado de Sítio, no dia 04 e, logo em seguida, ao perceber que não seria aprovado, retirou o pedido no dia 07 de outubro, conforme aponta o autor.

Nessa conjuntura, embora preocupados com o avanço e a radicalização das esquerdas, principalmente a partir de setembro de 1963 –no episódio da revolta dos sargentos –“os donos dos jornais não desenvolviam uma oposição que possa ser tachada de agressiva e violenta a Goulart”, como afirmam Ferreira e Gomes (2014, p.245). Segundo os autores, nesse momento, ainda que muitos jornais fizessem duras críticas ao governo, não se encontrava na imprensa, de forma geral, uma histeria anticomunista e/ou uma pregação golpista.

Nesse sentido, o contexto político do governo de Goulart era muito particular, conforme apontam (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p.439):

A reforma agrária avançava sobre o latifúndio, e impactava a produção e a renda do campo; a reforma urbana interferia no crescimento desordenado das cidades, planejava o acesso à periferia e combatia a especulação imobiliária; a reforma bancária previa uma nova estrutura financeira sob o controle do Estado; a reforma eleitoral poderia alterar o equilíbrio político, com a concessão do direito de voto aos analfabetos - cerca de 60% da população adulta - e aos soldados, e com a legalização do Partido Comunista; a reforma do estatuto do capital estrangeiro regulava a remessa de lucros para o exterior e estatizava o setor industrial estratégico; a reforma universitária acabava com a cátedra, e reorientava o eixo de ensino e da pesquisa para o atendimento das necessidades nacionais.

Ao mesmo tempo, o contexto econômico era de inflação alta, salários desvalorizados e aumento de custo de vida. No que diz respeito mais especificamente a imprensa, ocorria ainda a crise no setor (iniciada no governo de Jânio Quadros), resultado do aumento dos custos do papel, exatamente em

um momento onde várias modificações foram sendo introduzidas no processo de produção da imprensa (ABREU, 2005). Como argumenta Dias (2012), estas modificações (inovações gráficas, de diagramação e de paginação, entre outras) implicavam em modernizações técnicas e de redação que requeriam um significativo aporte financeiro.

Em relação à grande imprensa, durante o chamado período democrático de 1945-64, a maior parte dos jornais e revistas alinhou-se, em momentos-chave, a posicionamentos antigetulistas que estabeleceram ações e opiniões golpistas (BIROLI, 2009). Ainda de acordo com a historiadora, como a polarização entre getulismo e antigetulismo sobreviveu ao suicídio de Vargas, quando o foco das críticas se voltou para Goulart, sobrepuseram-se antigetulismo e anticomunismo, com os sindicatos cada vez mais presentes na política, lutando por mudanças sociais através da exposição ampliada de demandas dos trabalhadores. Como desdobramento:

Os empresários, obviamente, ficavam cada vez mais receosos e irritados ante o poder dos sindicatos de desencadear greves; a população se via injustamente prejudicada pela suspensão dos serviços públicos e privados; e os próprios trabalhadores acabavam sendo punidos pelos aumentos constantes dos preços das mercadorias, tarifas e impostos. Tudo isso sem contar o grave problema do desabastecimento de mercadorias (FERREIRA & GOMES, 2014, p.249).

De acordo com Abreu (2005), um ponto relevante de se destacar é que Goulart era o principal herdeiro político de Getúlio Vargas e presidente do partido trabalhista brasileiro (PTB), tendo sido ministro do trabalho de Vargas (1953-1954). Além disso, segundo a autora, sua atuação nesse período marcou João Goulart como um político de tendências ideológicas de esquerda, como um agitador que propiciou greves e a participação de líderes esquerdistas e comunistas nos sindicatos, sendo identificado por parte da elite política brasileira como sem capacidade para governar o país. Desse modo, Abreu (2005, p.16) ainda corrobora que:

(...) o anticomunismo foi usado para difundir o medo junto à classe média e para identificar as reformas de base, com a passagem do regime capitalismo para o comunista. Os jornais, com maior ou menor ênfase participavam da pregação anticomunista.

Diante da situação política e econômica que vivenciava o país, Skidmore (2010) aponta que Goulart, passou a recorrer a controles diretos. Ou seja, nos meses de fevereiro e março de 1964:

(...) o presidente baixou decretos criando novas agências para controlar os preços dos produtos essenciais, como roupas, sapatos e remédios. Os preços dos alimentos deveriam ser controlados pela Sunab [Superintendência Nacional do Abastecimento]. (...) [Apesar disso,] todo mundo era esmagado na confusão dos preços e salários que não paravam de subir.

2.2.2.E o Golpe?

Dessa forma, o governo consegue por diversas razões, entre as quais a “ameaça comunista” é o destaque, “que setores militares e civis, quer os que já estavam conspirando, quer os que não o faziam, se posicionem de forma radical contra o presidente” (FERREIRA & GOMES, 2014, p.243).

Nessa linha de raciocínio, Goulart preside uma série de comícios nas grandes cidades, “para mobilizar aquilo que, segundo lhe asseguravam os radicais, era uma maioria esmagadora em favor das reformas de base” (SKIDMORE, 2010, p. 331). Isso porque, acreditava que com a demonstração do apoio da grande massa, conseguiria pôr em prática as reformas, através de decretos, como complementa o autor. Desse modo, no dia 9 de março, o presidente discursa anunciando:

(...) medidas para conter a inflação, solucionar a crise cambial, aumentar as exportações, combater a sonegação de impostos e renegociar a dívida externa visando a equilibrar a balança de pagamentos. Tratava-se de um pronunciamento importante, realizado já no decurso do mês de março, e o que se constata é que sua repercussão foi muito diferenciada na imprensa escrita (FERREIRA & GOMES, 2014, p.246).

Todavia, os conselheiros mais radicais de Goulart, fizeram planos para um comício gigantesco, a ser realizado no dia 13 de março, na Praça da Central em frente à principal estação ferroviária do Rio de Janeiro (SKIDMORE, 2010). Ferreira e Gomes (2014, p.249) complementam que “como é fácil imaginar, a ideia de um comício, que deveria ser um palco para a consagração de Jango e das reformas de base, gerou reações imediatas nos meios políticos, empresariais e sindicais, muito antes de se concretizar”. Os autores ainda apontam que, para as esquerdas, esse evento viabilizaria as reformas de base,

sob a liderança da Frente de Mobilização Popular, do Partido Comunista Brasileiro, do Comando Geral dos Trabalhadores. Por outro lado, para as direitas, o comício iria “desmascarar” as verdadeiras intenções de Goulart (FERREIRA & GOMES, 2014). Nesse sentido, o anúncio do comício:

(...) assumindo-se a ótica das esquerdas ou das direitas, propiciava interpretações de futuro inteiramente diferentes, embora igualmente radicais. Contudo, elas tinham um ponto de convergência: o evento seria um momento de definição para o governo Goulart (FERREIRA & GOMES, 2014, p.250).

De acordo com Skidmore (2010), conforme se aproximava a hora do comício, a tensão aumentava em todo o país e, até subirem no palanque, poucos sabiam com certeza quem iria falar. O autor afirma que nessa noite de sexta-feira, 150 mil pessoas se reuniram na praça, com muitas faixas que exigia a reforma agrária e a legalização do Partido Comunista. Nesse sentido, o comício aparece como “uma espécie de momento ritual, no qual o presidente selaria sua aliança com as esquerdas, inaugurando, simbolicamente, um novo governo” (FERREIRA & GOMES, 2014, p. 258). Por conseguinte, de acordo com os autores, entre as direitas não havia mais dúvidas sobre a necessidade de se depor Goulart a qualquer custo. Isso porque, os conspiradores da oposição “viram naquilo uma prova de que o presidente provocava deliberadamente o caos, a fim de preparar o caminho para seu golpe continuísta” (SKIDMORE, 2010, p.317).

Além disso, a decisão de Goulart de convocar e participar do comício provocou o esperado rompimento do PSD com o governo. De acordo com Ferreira e Gomes (2014, p.259) “os pessedistas insistiram, até o último momento, para que Jango se pronunciasse pelo apoio à candidatura de Juscelino Kubitscheck à presidência da República em 1965”. Como não o fez, ainda segundo os autores, os líderes pessedistas romperam com o governo de Goulart e esse “rompimento foi interpretado por diversos grupos civis e militares golpistas como um autêntico sinal verde para o golpe de Estado”. Skidmore (2010, p. 339) corrobora que esse comício solidificou a oposição de Goulart, “fortalecendo a crença de que ele rejeitava as regras do jogo democrático”. Assim, Jango foi “perdendo progressivamente, o apoio de grupos poderosos, empresariais e políticos” (FERREIRA & GOMES, 2014, p. 259). Nesse sentido, Dias (2014, p. 105) aponta que:

A oposição a Goulart, com raras exceções, era muito forte antes mesmo dessa radicalização, mas inegavelmente, nesse momento a crítica tornou-se mais ácida, sobretudo com o episódio do Comício da Guanabara, ocorrido em 13 de março.

Nesse sentido, Skidmore (2010, p.342) reforça que o comício de 13 de março “convenceu muitos pró-legalistas de que Jango deixara de acreditar no processo democrático”. Isso porque, em seu discurso Goulart defendeu a necessidade de se revisar a Constituição, “uma vez que ela não mais atendia às necessidades do desenvolvimento do país e aos anseios do povo”, visto que, “reformas como a agrária, a tributária, a eleitoral e outras, imprescindíveis a uma nova redistribuição de poder e de renda, só se viabilizariam com mudanças na Constituição” (FERREIRA, & GOMES, 2014, p. 273). Nesse momento:

A imprensa alinou-se nas críticas ao comício. Comuns, em diversos jornais, eram as referências negativas à convocação do Exército para garantir um comício. Os oradores também foram criticados, inclusive João Goulart. Mas o alvo maior foi Leonel Brizola e suas propostas de fechar o Congresso Nacional e realizar um plebiscito para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (FERREIRA, & GOMES, 2014, p. 275).

No dia 15 de março, como havia anunciado no comício, o presidente Jango enviou uma mensagem ao Congresso Nacional com a prestação de contas do governo e solicitando providências parlamentares, como aponta Ferreira e Gomes (2014). Ainda segundo os autores, a intenção de Goulart era construir uma argumentação pautada na legalidade - em que as reformas poderiam ser aprovadas constitucionalmente pelo Congresso - e na legitimidade - em que as reformas poderiam ser sancionadas diretamente pelos brasileiros. Entretanto:

Não só a reforma agrária alterava a Constituição e assustava o Congresso Nacional. A reforma eleitoral tinha ingredientes explosivos de vários tipos: voto para sargentos e praças; voto para os analfabetos (que veio com a Constituição de 1988); e possibilidade de reeleição para os cargos executivos (aprovada no governo Fernando Henrique Cardoso em 1997). Tudo novo; tudo perigosamente novo (FERREIRA, & GOMES, 2014, p. 285).

Como desdobramento, o Congresso Nacional recebeu muito mal essa mensagem, principalmente no que se referia a parte política, como corroboram Ferreira e Gomes (2014). A acusação recorrente era de que Goulart pretendia manter-se no poder mesmo ao final de seu mandato, com alteração na Constituição ou mesmo com um golpe de Estado (DIAS, 2014). Desse modo, a direita entendeu que era um plano golpista que estava em curso sendo liderado

por Goulart e Brizola, ou seja, o presidente teria intenção de dissolver o Congresso, juntamente com as esquerdas e governaria com poderes ditatoriais. Assim, março de 1964 é marcado por argumentos suplantados pela direita em defesa da legalidade e da democracia.

Em contrapartida, no dia 19 de março, é organizada uma marcha pública liderada por grupos religiosos femininos, convocada para demonstrar a militância da oposição da classe média a Jango (SKIDMORE, 2010). "Segundo cálculos divulgados na imprensa, no mínimo, participaram da Marcha cerca de quinhentas mil pessoas", apontam Ferreira e Gomes (2014, p. 303). Além disso, os autores ressaltam que na chamada Marcha da Família com Deus pela liberdade, havia um expressivo número de faixas com mensagens legalistas e anticomunistas, como lemas em defesa da Constituição e do Congresso Nacional. Desse modo, a esquerda também procura se articular e tais atividades foram interpretadas como atos que buscavam "comunizar" o país:

No dia 23 de março, diversas organizações de esquerda finalmente chegaram a um consenso sobre a necessidade da formação de uma base de apoio político ao presidente. Foi só então que surgiu a Frente Popular. (...) A Frente Popular era formada pela Frente de Mobilização Popular, Frente Parlamentar Nacionalista, Comando Geral dos Trabalhadores, Comando Geral dos Trabalhadores Intelectuais, União Nacional do Estudantes, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Ligas Femininas, Partido Comunista Brasileiro, Partido Social Trabalhista e parlamentares à esquerda do PSD e até da UDN. A Frente Popular apresentava seu programa de governo. (...) Seriam necessárias emendas à Constituição. Elas deviam permitir o voto dos analfabetos e militares; a elegibilidade dos atuais candidatos inelegíveis; o fim do cátedra universitária; e a reforma do artigo 141 que previa indenização prévia em dinheiro para fins de reforma agrária. (FERREIRA & GOMES, 2014, p. 310).

Nesse sentido, o medo de "um governo de esquerda que ameaçava a Constituição, a família e a religiosidade dos brasileiros, prometendo uma autêntica "comunização" do país, foi muito bem manejado e propagado", como apontam Ferreira e Gomes (2014, p. 313). Todavia, os historiadores apontam para a rebelião dos marinheiros como a "gota d'água que fez o copo transbordar". Eles explicam:

Em 25 de março, o ministro da Marinha, almirante Mota, tinha ordenado a prisão de um marinheiro que organizava ativamente uma Associação dos Marinheiros. Esse grupo era um sindicato que exigia melhores condições de trabalho para o pessoal embarcado. Tinha conseguido o apoio dos marinheiros que

defendiam sua luta por melhores salários e pelo direito de casar e usar trajes civis quando fora de serviço (SKIDMORE, 2010, p. 341).

Tendo-se uma visão retrospectiva, fica evidente que os marinheiros e fuzileiros da Marinha de Guerra tinham várias e antigas reivindicações não atendidas. Suas condições de trabalho eram péssimas e seus salários, baixíssimos. Além disso, os regulamentos vigentes eram retrógados, tendo normas que impediam os praças de casar sem consentimento prévio. A alimentação era a pior possível; a ponto de, nos navios, ser comum a prática de greve de fome como forma de protesto. Foi essa situação degradante que os levou a lutar por melhores condições de trabalho através de uma associação (FERREIRA & GOMES, p. 316).

Cabe ressaltar que essa associação não era reconhecida pela Marinha. Por esse motivo, o ministro da Marinha os impediu de realizarem sua comemoração na Petrobrás. Um grupo de sindicalistas, portanto, "sugeriu aos marinheiros que a comemoração ocorresse no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. A proposta foi aceita" (FERREIRA & GOMES, 2014, p. 316). Entretanto, tal iniciativa, como corroboram os autores, foi interpretada pelos oficiais como uma infração à hierarquia militar. Desse modo, no Clube Naval é articulada uma reação pelos oficiais da Marinha, em que decidiram que não embarcariam nos navios enquanto a disciplina e a hierarquia militar não fossem restabelecidas.

A Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar havia agendado, com bastante antecedência, a solenidade de posse da nova diretoria para o dia 30 de março, no auditório do Automóvel Clube, no centro do Rio de Janeiro. A Associação completava quarenta anos e os diretores decidiram homenagear o presidente João Goulart. Ele era o convidado de honra (FERREIRA & GOMES, 2014, p.328).

Goulart, por sua vez, concordou em falar nessa reunião de sargentos no Automóvel Clube. Skidmore (2010, p. 345) aponta que essa decisão foi "quase suicida. Deixando de lado o texto que havia preparado, ele não quis dissociar-se dos ataques à disciplina militar". Para o autor, o tom de sua fala foi o de despedida. Para Ferreira e Gomes (2014, p. 328),

Em circunstâncias normais, não haveria problema o comparecimento do presidente, já que era tradição homenagear autoridades públicas em ocasiões como essa. Ocorre que o país vive gravíssima crise militar.

Ainda no dia 30 de março, os oficiais do “Exército juntaram-se aos oficiais da Marinha na sede do Clube Naval”, como apontam Ferreira e Gomes (2014, p. 326). Segundo os autores, a rebelião dos marinheiros ainda repercutia na imprensa e os editoriais dos jornais atacavam duramente o presidente João Goulart. Como se não bastasse, a atitude do presidente foi interpretada com um ato que dava continuidade à quebra da disciplina e hierarquia nas Forças Armadas. Assim, “quando Jango saiu da sede do Automóvel Clube, naquela noite do dia 30 de março, a crise político-militar chegou ao auge”(FERREIRA & GOMES, 2014, p.331).

Diante desse cenário, nas últimas horas do dia 31 de março, João Goulart já sabia que seu governo havia chegado ao fim e, ao amanhecer do dia 1º de abril o governo Jango já estava sitiado (SKIDMORE, 2010). Houve um movimento em conjunto dos oficiais das Forças Armadas que se sentiram ameaçadas pela quebra da disciplina e hierarquia na instituição. Além disso, cabe salientar que tal movimento não foi apenas militar, pois:

teve apoio de amplos setores sociais, de empresários às classes médias; um apoio que vinha sendo construído havia anos, e se traduzia em recursos financeiros, materiais, além de manifestações de ruas. Diversas organizações da sociedade civil, como meios de comunicação, organizações femininas, e setores da Igreja Católica também incentivaram e se colocaram ao lado desse movimento, sobretudo quando ele eclodiu. Tudo isso, sem falar em importantes instituições políticas, grupos parlamentares do Congresso e governos estaduais, como os da Guanabara, Minas Gerais e São Paulo (FERREIRA & GOMES, 2014, p.351).

Todavia, Ferreira e Gomes (2014, p.337) sustentam a tese de que não houve “um amplo e bem elaborado plano conspiratório conjunto, que reuniu empresários nacionais, empresas multinacionais e militares para deferir o golpe de Estado”. Diferentemente do que defende Dreifuss (1984), os autores ressaltam, assim como Fico (2004, p. 51) que é preciso distinguir a “campanha de desestabilização” do governo Goulart do golpe civil e militar propriamente dito que o depôs da presidência. Isso porque:

A propaganda contra o governo e o financiamento de políticos conservadores, por exemplo, ocorriam desde 1962. Essa, inclusive, foi uma atividade preponderante de civis, não de militares. Já a conspiração que resultou no golpe, segundo Fico, “foi bastante desarticulada até bem perto do dia 31 de março. (...) A movimentação militar que levou ao golpe iniciou-se sem conhecimento dos principais líderes da conspiração e seus

desdobramentos foram bastante fortuitos" (FERREIRA & GOMES, 2014, p. 338).

Por sua vez, Dias (2014, p.110) complementa que a sensação de indisciplina e caos era muito forte, "porém, a ação da imprensa, que condenou de forma veemente a atuação do presidente Goulart, não pode ser vista como única responsável pela ação dos militares". Dessa forma, apesar de a presente dissertação estar alinhada com a historiografia que compreende o apoio do empresariado - sobretudo da grande imprensa - na articulação do golpe, vale salientar que se entende que esse apoio se deu pelo programa de desestabilização. Isso porque, não parece razoável imaginar que os oficiais das Forças Armadas tenham sido "manipulados", tão fortemente e rapidamente, por notícias tendenciosas veiculadas pela imprensa. "Provavelmente, as notícias alarmantes ou exigindo uma posição dos militares, tenham exercido um papel importante, não no sentido de formação de opinião, mas sim, para respaldar e legitimar a intervenção militar" (DIAS, 2014, p. 110).

2.2.3. Depois do Golpe

Desse modo, durante o dia 2 de abril, soldados marcharam pelas ruas, ao passo que milhares de homens, mulheres e crianças os aplaudiam (FERREIRA & GOMES, 2014). Por sua vez, a imprensa e os meios de comunicação também apoiaram e incentivaram o golpe, como discutido anteriormente. Os autores ainda corroboram que:

Empresários da indústria e do comércio e proprietários de terras estavam na oposição a seu governo. Muitos deles havia bastante tempo. Não era nenhum segredo. Parcelas significativas das classes médias e de trabalhadores estavam cansadas da inflação que corroía seus salários. Isso já se tornara visível em algumas cidades. (...) O golpe civil e militar que resultou na queda de Jango foi articulado e executado por brasileiros. Mesmo sem um comando único e com iniciativas controversas, ganhou adesões e força entre militares e também civis (FERREIRA & GOMES, p. 371).

Ao mesmo tempo, deve-se destacar que no período que sucedeu ao golpe de 1964, a ditadura civil-militar brasileira caminhou em paralelo ao processo de modernização da grande imprensa no país (ABREU, 2005; DIAS, 2012), no qual, o governo militar assumiu um papel de importante aliado neste processo, tanto

como financiador de linhas de crédito quanto como na forma de principal anunciante. Mas não era uma relação de mão única. Pelo contrário:

(...) a ideia de uma “modernização” da imprensa era de extrema importância enquanto estratégia político-ideológica dos militares para garantir uma conjuntura de segurança nacional. (...) Nos idos do golpe de 1964, a imprensa atuava com forte empenho na propagação dos preceitos “nacionais” e “democráticos”, pelo estabelecimento da “ordem” e da “legalidade”. Foi peça-chave no combate contra o dito “fantasma do comunismo”, uma das principais justificativas para a intervenção militar naquele momento. O grande empresariado via com ceticismo o projeto de reforma do governo João Goulart e por isso foi praticamente unânime em apoiar o levante dos generais(DIAS, 2012, p.45).

Cabe salientar que, após a deposição de Goulart, o futuro do país estava em aberto. De acordo com Ferreira e Gomes (2014, p. 371):

(...) nem os próprios líderes militares e civis mais destacados sabiam o que seguiria, no curto e médio prazo. O golpe não continha um ideário do governo. Não apontava para uma ditadura civil e militar como o Brasil iria viver, durante mais de uma década. As eleições de 1965 estavam logo ali e havia vários candidatos animados a disputá-la e vencê-la. O golpe de 1964 foi um projeto contra o governo de Jango e as esquerdas.

Nesse momento, ainda não se referiam à formação de um governo militar. Apesar de muitos editoriais de jornais fazerem fortes críticas à Goulart e apoiarem abertamente o golpe de Estado, “eles defendiam e desejavam uma solução constitucional, que seria prerrogativa do Congresso Nacional”, conforme aponta Ferreira e Gomes, (2014, p. 380). Depois de ser declarada vaga a presidência, ainda segundo os autores, Ranieri Mazzillio foi empossado ao exercício, pois era o próximo da linha sucessória como presidente da Câmara dos deputados.

No dia 9 de abril, “os três ministros militares, ignorando a minuta da lei de emergência preparada pelos políticos, divulgaram, com a autoridade de Supremo Comando Revolucionário que assumiram arbitrariamente, um Ato Institucional” (SKIDMORE, 2010, p. 354). Nesse Ato Institucional, os novos poderes concedidos ao Executivo eram: (1) de submeter emendas constitucionais ao Congresso, que teria somente trinta dias para examinar as propostas, e só precisava aprová-las por maioria absoluta, em vez dos dois terços exigidos pela Constituição de 1946 e, (2) de cassar os direitos políticos indesejáveis por dez anos. Além disso, “ao presidente foi dado também o poder

de apresentar projetos de lei de gastos ao Congresso, e o Congresso não tinha o direito de aumentar os gastos de qualquer projeto de lei proposto pelo presidente”(SKIDMORE, 2010, p.355).

Além dessas alterações que abriram espaço para as cassações, o Ato Institucional estipulava que a eleição de um novo presidente seria realizada dois dias depois de sua publicação. Skidmore (2010, p.356) complementa ainda que o ato anulava a cláusula de inelegibilidade na Constituição, tornando os oficiais da ativa também habilitados a se eleger. Isso porque "a intenção dessa mudança era possibilitar a imediata eleição do general Castelo Branco, o coordenador da conspiração militar, preferido da maioria esmagadora dos revolucionários, tanto militar como civis". Assim, como desejado pela maior parte dos golpistas, Castelo Branco tornou-se presidente da República, eleito pelo Congresso Nacional, no dia 15 de abril de 1964. Ferreira e Gomes (2014, p. 386) salientam:

As perseguições, as prisões, entre outras arbitrariedades, se tornaram regra desde esse momento inicial, ao contrário do que às vezes se proclama. As lideranças civis do golpe não apenas apoiaram, mas incitaram tais perseguições e punições. (...) No clima que se instalou, qualquer um podia ser suspeito de "subversão da ordem". (...) Por conseguinte, não há como desconhecer as torturas, mortes e perseguições tiveram início desde a vitória do golpe e continuidade com o estabelecimento do governo do general Castello Branco. Desde 1964, houve torturas, muitas vezes acompanhadas de execuções sumárias dos considerados opositores do regime. (...) Cinco mil presos nas primeiras semanas após o golpe.

A partir de então, os dois meses seguidos até 15 de junho - quando expirava o artigo das cassações do Ato Institucional - foram marcados como o "período de limpeza" designado pelo novo governo (SKIDMORE, 2010, p. 356). Como resultado, os autores apresentam que, quando terminou o prazo previsto, os direitos políticos de 378 pessoas haviam sido suspensos. Todavia, as mudanças do novo governo não cessaram, no mês seguinte:

o presidente Castello Branco concordou, com relutância, com uma emenda do Congresso que estendia seu mandato até 15 de março de 1967 e marcava a eleição para novembro de 1966. Isso foi explicado como uma extensão do "tratamento" temporário, durante o qual seriam feitos os preparativos para um retorno à vida política normal (SKIDMORE, 2010, p. 357).

Desse modo, Skidmore (2010) aponta que um fator que contribuiu fortemente para o crescente autoritarismo do governo revolucionário foi a atitude

dos militares que logo emergiram como censores ativos na vida política brasileira. Isso porque, "apesar de frequentes conflitos entre moderados e linhas-duras dentro da oficialidade, a maioria dos militares concordava quanto à absoluta necessidade de impedir o retorno à política populista" (SKIDMORE, 2010, p. 368). Fico (2017, p. 54) por sua vez, afirma no momento da decretação do Ato Institucional:

(...) ainda não havia o entendimento de que os militares persistiriam controlando a situação por anos e anos: o ato previa eleições normalmente em 3 de outubro de 1965 e posse do novo presidente em 31 de janeiro de 1966, data em que também deixaria de vigorar como um todo.

Nesse sentido, para Diniz (1994), o empresariado atuou como participante ativo dos acontecimentos, sendo sujeito de suas opções e ações, como ator político capaz de fazer escolhas e de intervir na ação governamental. Segundo a autora, o empresariado teve uma influente participação nos acontecimentos que levaram à queda de Goulart, como mencionado no tópico acima.

A posse do general Castello Branco era o prelúdio de uma completa mudança no sistema político, moldada através da colaboração ativa entre militares e setores civis interessados em implantar um projeto de modernização impulsionado pela industrialização e pelo crescimento econômico, e sustentado por um formato abertamente ditatorial (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p.449).

Soares e D'Araújo (1994, p.06) apontam ainda que, o regime contou com "uma forte e consistente base civil", uma vez que, setores empresariais apoiaram o setor militar compartilhando de uma forte convicção de que "tal aliança era imprescindível para livrar o país da ameaça comunista". Além disso, um dos fatores que podem explicar essa atuação estava no:

(...) sentimento de ameaça que a mobilização popular crescente despertou no setor, como, aliás, nos demais segmentos das elites dominantes. Ao lado dos militares, os empresários integraram-se à coalizão conservadora que conduziu o movimento pela destituição do presidente constitucional (DINIZ, 1994, p.203).

"No fundo, existia um canal absolutamente aberto entre governo e o setor empresarial" (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p.451). Além disso, a ação de dois órgãos se tornou sinônimo de conspiração nesse período (DIAS, 2010; DREIFUSS,1981), sendo o eles o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

(IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação democrática (IBAD), como será aprofundado no próximo sub capítulo.

2.2.4. Atuação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação democrática (IBAD)

Como já mencionado anteriormente, dentro da historiografia que entende as empresas (e por desdobramento a grande imprensa) como desestabilizadoras do governo democrático de João Goulart e colaboradoras tanto do movimento de ruptura política por meio de um golpe de estado em 1964 quanto da posterior ditadura militar instaurada, Dreifuss (1981, p. 230) aponta que, “o que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD”. Esses institutos perpassavam por vários setores e agentes reacionários de direita como políticos, militares, representantes de multinacionais e empresários (DIAS, 2010), responsáveis das principais associações de classes empresariais, intelectuais, jornalistas e tecnocratas (SCHWARCZ & STARLING, 2015), que eram contra a permanência de João Goulart no poder.

O IPES foi uma instituição formada por empresários nacionais e internacionais, tecnoempresários e militares de alta patente, sobretudo vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG), como apontam Schwarcz e Starling (2015). Para Starling (2019), o IPES foi um núcleo de conspiração golpista com agenda política própria. Para autora, seus membros estavam estrategicamente informados e bem posicionados entre os conspiradores que derrubaram Goulart, sendo também responsável pelo golpe de Estado ao lado dos militares. Bortone (2018, p. 13) corrobora ainda que:

Com o apoio financeiro do governo norte-americano e de seus associados, [o IPES] buscou integrar diversos grupos, civis e militares, e organizar uma coesão interna da fração mais internacionalizada do empresariado no Brasil em uma oposição que pudesse deter o governo de João Goulart e as forças sociais que o apoiavam, para obter o controle da sociedade e assegurar a “conquista” do Estado.

Ferreira e Gomes (2014, p. 342), por sua vez, corroboram com a afirmação de que estes institutos contavam ainda com o financiamento dos Estados Unidos:

Nos meios políticos e militares da época, era de conhecimento geral que o governo dos Estados Unidos financiava organizações como o IPES e o IBAD. Que agentes da CIA circulavam livremente pelo país, e o embaixador norte-americano Lincoln Gordon e o adido militar Vernon Walters realizavam reuniões com civis e militares golpistas. Sabia-se que "planos de contingência" eram formulados pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. Aliás, não só para o Brasil.

Bortone (2018) explica que o IPES foi fundado em novembro de 1961, dois meses após a posse de Goulart, em um contexto de crise econômica e política no Brasil. O lançamento do IPES foi muito bem recebido, de forma geral, pelos meios de comunicação, de acordo com Dias (2010). Para o historiador, um motivo estaria no fato de o instituto ser visto como um novo canal de renda. Cabe salientar que o empresariado, tinha grandes restrições a Goulart, "visto que quando estava à frente do Ministério do Trabalho, no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), defendeu publicamente o aumento de 100% para os trabalhadores que recebiam salário mínimo" (BORTONE, 2018, p. 13). Nesse sentido, a autora corrobora que desde o início o IPES contou com a adesão de diversos empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro. Todavia:

No seu Estatuto, o instituto se apresenta como uma "sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e com intuítos educacionais, sociológicos e cívicos". Pretendia estimular a livre empresa, o "fortalecimento do regime democrático do Brasil" por meio de uma ação que consistia em estudar os problemas brasileiros e apresentar soluções. Sua ação baseava-se em "ver, julgar e agir" (BORTONE, 2018, p. 22).

Nesse sentido, todos estavam envolvidos em atividades de produção intelectual que incluía a edição de livros e filmes e, ciclos de palestras como apontam Schwarcz e Starling (2015). Bortone (2018, p. 23) aponta ainda que o IPES foi uma organização "pretensamente científica, rica e sofisticada em recursos materiais e humanos capazes de desenvolver ações e estratégias para expandir sua capacidade de influência sobre a sociedade com o objetivo de desestabilizar, esvaziar e depor o presidente João Goulart". Schwarcz e Starling (2015) corroboram que o IPES agiu contra Goulart:

na preparação e execução de um bem orquestrado esforço de desestabilização do governo que incluía custear uma campanha de propaganda anticomunista, bancar manifestações públicas antigovernistas e escorar, inclusive no âmbito financeiro, grupos e associações de oposições ou de extrema direita (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p.441).

Dessa forma, para Schwarcz e Starling (2015, p. 441), o IPES não foi apenas um disseminador da propaganda anticomunista ou um grupo de extrema direita estocando armas, mas “um núcleo de conspiração golpista com agenda própria”. Nesse sentido, a elite conseguiu montar uma “eficiente e poderosa rede de relações públicas e perícia profissional nos campos da comunicação e propaganda”, como aponta Dreifuss (1981, p.245).

No que se refere a suas fontes financeiras, o mais evidente fruto de arrecadação se dava junto aos empresários, dirigentes de empresas multinacionais e associações de classe empresarial (STARLING, 2019), no Rio de Janeiro e em São Paulo (BORTONE, 2018). Todavia, como já mencionado anteriormente, Starling (2019) corrobora que a outra fonte financeira do IPES, "clandestina", partia do exterior. Segundo a autora, o instituto recebia uma significativa assistência de fundo americano para suas operações através da Embaixada dos EUA.

Nesse sentido, de acordo com o Skidmore (2010, p. 377) é possível "questionar o papel dos Estados Unidos na sublevação política de 31 de março de 1964 em um sentido mais fundamental". Entretanto, o presente trabalho não tem esse foco de estudo e não abrange esse aprofundamento em seu recorte por concordar que apesar do apoio e financiamento do governo norte americano, "o golpe de Estado foi obra de brasileiros, civis e militares" (FERREIRA & GOMES, 2014, p. 343).

Desse modo, o IPES foi instituto ativo que consistiu na preparação de um esforço de desestabilização do governo de Goulart. De acordo com Starling (2019) seus membros estavam envolvidos com atividades de produção intelectual e de divulgação que contemplavam desde a publicação, edição, tradução e distribuição de livros, revistas e folhetos, a realização e veiculação de filmes de propaganda e documentários até a realização de palestras e pesquisas sobre a conjuntura brasileira. Ainda segundo a autora, debaixo do "guarda-chuva" do IPES atuavam os grupos de mulheres politicamente organizadas em diversos estados do país, tais como a Campanha da Mulher Democrata (Rio de Janeiro), a União Cívica Radical (São Paulo), a Liga da Mulher Democrata (Minas Gerais), que foram grupos responsáveis por desencadear as Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Outro instituto com atuação importante nesse projeto de desestabilização do governo Goulart foi o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado no Rio de Janeiro, em maio de 1959, como aponta Starling (2019). Segundo a autora, esta era uma organização conservadora e anticomunista que estava diretamente vinculada à estação da Agência Central de Informações (CIA) e, após a posse de Goulart passou a intensificar suas ações com o objetivo de estimular na sociedade brasileira uma ampla mobilização política anticomunista e de oposição ao governo. Schwarcz e Starling (2015, p. 440) apontam que, ainda nas eleições de 1962:

O IBAD despejou uma avalanche de dinheiro para o financiamento de 250 candidatos a deputados federais e seiscentos a deputados estaduais, além de oito candidatos a governadores – uma ilegalidade sem tamanho, de acordo com a lei eleitoral em vigor. Os recursos provinham de empresas multinacionais ou associadas ao capital estrangeiro, e de fontes governamentais dos Estados Unidos responsáveis por investir “um ou dois dólares americanos” na conspiração contra Goulart, como anos depois o embaixador norte-americano confirmou ter feito.

Entretanto, o IBAD contava com as atividades “muito mais dissimuladas, ambíguas e sofisticadas” do IPES, conforme aponta Schwarcz e Starling (2015, p. 440). Skidmore (2010, p.268) aponta que “esse grupo era a contrapartida, em nível eleitoral, de organizações antiesquerdistas como o IPES”. De acordo com Starling (2019), o IBAD atuou intensamente no movimento estudantil e sindical junto à igreja católica. Além disso, de acordo com a autora, para receber proteção financeira do IBAD não havia restrições partidárias, exigia-se apenas que o candidato estivesse disposto a “engrossar as fileiras” da Ação Democrática Parlamentar, como uma ação estratégica do instituto para construir uma frente parlamentar oposicionista no Congresso e, abrir caminho para o golpe. Entretanto, por crime de corrupção, tendo em vista seu envolvimento nas eleições de 1962, o IBAD foi fechado em agosto de 1963.

Todavia, Dreifuss (1981) reforça ainda que, os jornais também publicavam os artigos e informações do complexo IPES/IBAD, além de manter sua própria e acirrada campanha editorial em consonância com o discurso dos institutos. De forma a ilustrar essa afirmação, um exemplo é a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, muito divulgada pelos jornais da época, que foi preparada pelo IPES, para fazer pressão política ao governo de Goulart (SCHWARCZ & STARLING, 2015).

Assim, o discurso dos jornais e desses dois órgãos estava em conformidade, como aponta Dias (2010). Além disso, segundo o historiador, o complexo IPES/IBAD através de suas ligações com os empresários da imprensa, conseguia influenciar na linha política dos jornais. De acordo com Dreifuss (1981, p.233):

O IPES conseguiu estabelecer um sincronizado assalto à opinião pública, através de seu relacionamento especial com os mais importantes jornais, rádios e televisões nacionais, como: a Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo, o Globo, entre outros.

Dreifuss (1981) corrobora ainda que, toda essa articulação contava com a colaboração do controle que o complexo IPES/IBAD tinha sobre as agências de notícias e canais de informações em todo o país, tendo ainda uma relação importante com campanhas de publicidade de anunciantes. Sendo assim, diante das notícias e editoriais dirigidos contra o governo foi possível propiciar um clima de pânico na sociedade o que desestabilizava o governo e favoreceu o movimento de deposição do presidente eleito. Desse modo, Fico (2004, p.56) ressalta que:

As transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do Ipes, a índole golpista dos conspiradores, especialmente dos militares — todas são causas, macroestruturais ou micrológicas, que devem ser levadas em conta, não havendo nenhuma fragilidade teórica em considerarmos como razões do golpe tanto os condicionantes estruturais quanto os processos conjunturais ou os episódios imediatos.

Nesse sentido, Dias (2010) reforça que o governo Goulart já iniciou o ano de 1964 no centro dos movimentos reacionários, além de ter o fantasma do comunismo crescendo somando,consequentemente, mais críticas ao governo. No entanto, como as ações ideológicas construídas pelo complexo IPES/IBAD não foram suficientes para promover a troca de regime,

(...) foi preciso construir uma rede de apoio dentro das Forças Armadas e (...) desse modo, segundo Dreifuss, o que se viu em 1964 não foi um golpe das Forças Armadas contra João Goulart, mas a “culminância de um movimento civil-militar(FICO, 2004, p.51).

Entretanto, diante do exposto, é possível identificar que esses Institutos também atuaram comofontes de inspiração política para a grande imprensa. Isso

porque, como será aprofundado no próximo sub-tópico, os jornais são empresas inseridas no sistema capitalista “que sofrem influência do Estado, seja de ordem financeira, na forma de vantagens ou publicidade oficial, seja pela ameaça de ações coercitivas” (MOTTA, 2013, p.66). Além disso, a imprensa também sofre a influência de seu público, motivo pelo qual algumas estratégias de mercado, em certas situações, marcam as escolhas políticas dos editores, de acordo com o autor. Como se observa no caso da crise de 1964 em que a imprensa assim como outros setores liberais e conservadores da sociedade preferiu os riscos da intervenção militar às ameaças de um processo de esquerdização no Estado.

A adoção do termo “revolução”, também revela o modo como a imprensa encarou o novo regime, e a forma positiva em que utilizava esse termo para mostrar legitimidade (MOTTA, 2013). Nesse sentido, Capelato (2014, p.300) complementa que “o significado da grande imprensa como ator político relevante, não só no que se refere às relações de poder, mas também em relação ao papel que desempenhou como formadora de opinião”. Desse modo, cabe entender de que maneira a grande imprensa se posicionou frente ao golpe de 1964. Dessa forma, o próximo sub-tópico irá abordar especificamente essa linha historiográfica discutindo a participação da imprensa na deposição de Goulart (desestabilização do governo do presidente eleito democraticamente) e posteriormente no governo militar.

2.2.5. Atuação da Grande Imprensa durante e após a crise de 1964

Ao iniciar esse sub-tópico, vale resgatar o que o presente trabalho entende por grande imprensa:

"os órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal ou mesmo que atuem em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para sua sobrevivência" (AQUINO, 1999, p.37).

Além disso, a grande imprensa conta com "esquemas de distribuição nacional e mesmo, às vezes, com uma veiculação que abrange algumas praças internacionalmente" (AQUINO, 1999, p.37). Nessa conjuntura, Capelato (2014) reforça que esses jornais, além de fontes de informação, tiveram (e alguns ainda têm) um importante papel como formadores de opinião. Em toda a história da imprensa, seus representantes atuaram como opositores ou defensores dos

governos e se destacaram como articuladores dos principais movimentos que mudaram a história do país ao longo do século XX (SMITH, 2000; CAPELATO, 2014). Nesse sentido, a imprensa se torna agente da história que ela ajuda a construir.

Smith (2000) por sua vez, corrobora que a imprensa e o governo têm-se entrelaçado fortemente ao longo da história, se influenciando mutuamente, embora nunca tenham tido poderes comparáveis. De acordo com a autora, a imprensa é uma entidade multifacetada, pois é um ator econômico e sociopolítico, havendo uma tensão decorrente dessas identidades duplas que não são necessariamente complementares. Além disso, como empresa de negócios, a imprensa interage com o governo em múltiplas frentes. Assim, “as principais publicações jornalísticas no Brasil, em sua maioria, são de propriedade privada e têm fins lucrativos. Vinculam-se diretamente com outros meios de comunicação e outros setores empresariais” (SMITH, 2000, p.20). Desse modo, cabe salientar que:

Na operação de selecionar o que e quem deve figurar em suas páginas, e como, os periódicos divulgam determinados eventos, grupos e experiências sociais; ao mesmo tempo, quedam no anonimato outros eventos, grupos e experiências. Nesse processo, a mídia emerge como um ator social específico, que articula, à sua maneira e de acordo com suas visões e projetos, as diferentes opiniões, posições e discursos existentes na sociedade (CARVALHO, 2015, p. 396).

Abreu (2005) também aponta que a imprensa foi um dos vetores da divulgação do discurso do fantasma do comunismo que foi utilizado como uma das principais justificativas para a derrubada do governo. De forma geral, a grande imprensa também se opunha às mobilizações de massa de Goulart e suas pretendidas reformas de base como a reforma agrária e a sindicalização de militares, já citadas. De acordo com Abreu (2005), quando a crise político-econômica se instalou, ainda em 1963, os jornais já foram mudando o discurso, formulando ou acompanhando as orientações dos grupos favoráveis à queda do governo. Para a autora, essa atitude da imprensa pode estar relacionada ao fato de que nos anos 1960 ocorreu o apogeu do jornalismo político, que acompanhava reivindicações e contestações político-ideológicas.

Assim, é possível verificar que de muitas formas a imprensa conseguiu influenciar e pressionar governos de acordo com seus interesses. E no caso

mais específico desta pesquisa, a grande imprensa foi fundamental na desmoralização e desestabilização do governo do presidente Goulart no período em que antecedeu o golpe de 1964 (SMITH, 2000). Isso porque, como um ator político, de acordo com a autora, a imprensa pode se dispor de alianças com a oposição ou com grupos subordinados ao Estado. Desse modo, pode-se afirmar que a imprensa agiu como uma incentivadora do golpe de 1964, uma vez que, de acordo com Smith (2000) parte de suas publicações contribuíram para a rejeição pública de Goulart. Como complementa Campos (2018, p.13):

Boa parte da grande imprensa escrita brasileira fez oposição ao governo Goulart, referindo-se a um suposto perigo comunista e caos administrativo no período. A política cambial do governo Jango prejudicava economicamente as empresas do setor, ao encarecer a importação do papel de jornal comprado amplamente no exterior naquele período.

Para Abreu (2005), a sequência de greves, as fortes críticas à política econômica do governo juntamente com a mobilização dos grupos de esquerda e de direita e a revolta dos sargentos, permitiu a instalação de um clima de grande instabilidade política e econômica do país. Quando, por sua vez, Goulart decidiu apoiar a esquerda e promover comícios nas principais cidades do país a fim de mobilizar a população a favor das reformas de base:

(...) a relação entre o comício e o comunismo foi estabelecida pelos jornais, pelos políticos, pela Igreja e pelos empresários. Os jornais intensificam as notícias, as declarações de políticos, de personalidades públicas, de militares sobre o tema da “comunização” do país. Os jornais que até então defendiam a manutenção do regime constitucional passaram a pedir intervenção das Forças Armadas (ABREU, 2005, p.18).

Dessa forma, é possível observar que a atuação da imprensa como apoiadora do golpe de 1964 está identificada por grande parte da historiografia sobre a imprensa brasileira. No entanto, cabe destacar que este apoio não ocorreu sempre de forma homogênea, simultânea e convergente entre os diferentes jornais do período. A própria relação entre imprensa e o governo militar, no pós 1964, por exemplo, vai sendo modificada no decorrer do tempo mostrando o quão complexo e ambíguo configura-se o seu caráter, como nos mostra Dias (2012, p.49) quando afirma que:

(...) ao mesmo tempo em que os governos militares financiaram a modernização dos meios de comunicação no país, eles acabaram por controlar e censurar suas matérias, interferindo assim no

conteúdo das informações e naquilo que deveria ou não ser esquecido e/ou lembrado.

Desse modo, de acordo com Capelato (2014, p.304) a “posição dos jornais da grande imprensa em face ao regime civil-militar, em suas várias fases, não era homogênea e também registrou alterações ao longo do período”. Segundo a autora, desde o apoio unânime ao golpe de 1964 à oposição majoritária nos pós 1968, os jornais demonstraram sua relevância, tanto no papel de defensores do poder e de propagandistas de suas políticas, como na condição de opositores ao regime quando viram esgotadas as possibilidades do projeto autoritário. No que se refere às interações entre a grande imprensa e o governo ditatorial, Carvalho (2015, p. 399) aponta que essas foram de:

(...) muitas tonalidades e variações, no espaço e no tempo. (...) Muitas vezes, o mesmo periódico viveu várias dessas situações, em diferentes momentos, como resultado da dinâmica de aproximação e distanciamento com os civis e militares que, durante 21 anos, estiveram à frente do Estado brasileiro.

De qualquer modo, a atuação da imprensa está entre os elementos que foram fundamentais para a desestabilização civil e contribuiu para a efetivação e legitimação do movimento de tomada de poder pelos militares em 1964. Isso se dá uma vez que o discurso produzido pelos jornais não somente reflete, mas também interfere de forma significativa na construção social da realidade. Fica assim expressa, apesar de não explicada, no discurso da imprensa a incompatibilidade entre a defesa de valores democráticos e o apoio a uma solução claramente autoritária (KIELING, 2016). Isso porque:

Embora a grande imprensa em conjunto fosse financeiramente viável, ainda assim era bastante vulnerável, tendo em vista sua maior dependência da publicidade. (...) Por conseguinte, a grande imprensa tinha uma tiragem numericamente baixa, mas elevada em termos de poder e influência. (Além disso) a grande imprensa gozava de estabilidade financeira, se bem que estivesse bastante sujeita a pressão. Era tradicional, convencional e dominante, mas não invulnerável, nem independente. A integridade profissional de alguns de seus atores mais importantes reagia a múltiplas investidas (SMITH, 2000, p.58).

Nessa perspectiva, os dilemas da grande imprensa dentro do regime autoritário estavam entre o desejo de autonomia e a dependência e os favores do Estado (MOTTA, 2013), uma vez que, a estrutura de receita dos jornais os deixava a mercê dos seus grandes anunciantes (SMITH, 2000). Assim, foi possível identificar que por seus interesses, empresas jornalísticas foram

favoráveis à liberdade de manifestação, claramente quando as restrições também começam a atingi-las. Portanto, quando regime militar “adotou medidas para cercear a imprensa e agrediu os valores liberais tradicionais (opinião, manifestação, garantias individuais), a maioria dos veículos jornalísticos mostrou-se descontente” (MOTTA, 2013, p. 68). Isso porque, conforme aponta Aquino (1999, p.15) "os militares tiveram ampla preocupação com o chamado setor de informações".

Ao longo do período, pode-se constatar que as posturas entre os jornais foram se diversificando ao passo que o controle sobre os meios de comunicação foi se ampliando. Para Aquino (1999) a preocupação dos governos militares a partir do golpe, atingiu ao setor de comunicação social, visto que, esse veiculava a informação aos cidadãos. De acordo com a autora, encarava-se como necessário controlar as informações a serem divulgadas, para preservar a imagem do novo regime. Dessa forma, Abreu (2005, p.20) corrobora que apesar de em março de 1964 a imprensa ter atuado em favor da ruptura do regime constitucional:

(...) diante das primeiras medidas tomadas pelos militares, ao assumirem o poder como a censura aos meios de comunicação e o início da perseguição a lideranças políticas, sindicais e intelectuais e com a promulgação do 1º ato institucional (AI-1) de 9/4/1964 que previa a cassação de mandatos e a suspensão de garantias constitucionais, alguns jornais que apoiaram a queda do governo, começaram a se distanciar do governo militar e a denunciar as arbitrariedades cometidas pelo novo regime.

Capelato (2014), por sua vez, confirma que após o AI-5, a maioria dos responsáveis pelos jornais se afastou do governo militar. Motta (2013) corrobora que o decreto do AI-5, no primeiro momento, significou a eliminação do debate político das páginas dos jornais. O autor aponta ainda que no dia 13 de dezembro de 1968, oficiais militares foram enviados para as principais redações para trabalhar como censores, permanecendo por algumas semanas. Aquino (1999, p.29) corrobora que os artigos dos jornais eram submetidos diariamente ao censor "que riscava o trecho ou a totalidade do artigo, indicando o que não deveria ser publicado". Por volta de abril/maio de 1969, esses censores militares improvisados foram retirados e os jornais voltaram a tratar de política, de forma cautelosa (MOTTA, 2013). Além disso:

O AI-5 suspendia a concessão de habeas corpus e as franquias constitucionais de liberdade de expressão e reunião, permitia

demissões sumárias, cassações de mandatos e de direitos de cidadania, e determinava que o julgamento de crimes políticos fosse realizado por tribunais militares, sem direito a recurso. (...). O AI-5 era uma ferramenta de intimidação pelo medo, não tinha prazo de vigência e seria empregado pela ditadura contra a oposição e a discordância (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 455).

Kushnir (2011, p.175) corrobora ainda que, com o decreto do AI-5, muitos “proprietários de empresas de jornal criam alternativas para se adaptarem aos “novos tempos””. Ainda de acordo com a autora, na semana em que o regime ditatorial endureceu, os jornalistas mais aguerridos foram demitidos em diversos órgãos da imprensa. Schwarcz e Starling (2015, p. 460) complementam que:

A partir de 1969, a máquina de reprimir tocada pelos militares tornou-se maior e mais sofisticada com a criação, em São Paulo, da Operação Bandeirante (Oban) (...) que foi financiada por empresários paulistas e executivos de empresas multinacionais – Ultragaz, Ford, Volkswagen, Supergel, Copersucar, por exemplo.

Após essa retirada, Motta (2013) aponta que os censores profissionais da Divisão de Censura da Polícia Federal entraram em ação, por mais que o governo sempre negasse a existência de censura de natureza política. De modo formal, a legislação do regime militar garantia a liberdade de imprensa, com exceção de situações de atentado à moral e aos bons costumes e de propaganda de idéias visando à subversão da ordem (MOTTA, 2013). Assim, fica claro para o autor que a censura à imprensa na prática foi realizada de maneira informal. O autor reitera que os jornais da grande imprensa não se empolgaram com a obra política dos militares, principalmente quando a censura então impediu sua liberdade, passando a evitarem o apoio aos valores autoritários. Todavia, Campos (2018, p. 16) afirma ainda que, alguns grupos jornalísticos:

(...) foram amplamente favorecidos pelo regime e atuaram em estreita parceria com o Estado autoritário. Um caso emblemático disso é o grupo Folha, sob controle da família Frias, que atuou de diversas formas em franco apoio ao regime como, por exemplo, colaborando com a Operação Bandeirantes. A Oban era a ação de repressão aos integrantes da resistência armada à ditadura no estado de São Paulo.

Desse modo, através da linha historiográfica adotada no presente trabalho, pode-se perceber que durante um dos períodos mais perversos da história brasileira, que foi a ditadura civil-militar, a imprensa perdurou em controvérsias, que dão subsídios para a discussão sobre o papel desempenhado pelos meios de comunicação na trajetória do país (SANGUINÉ JUNIOR, 1998). Isso porque,

como afirmado por diversos autores, a imprensa atuou como agente ativo na efetivação do golpe, e como apoiadora de resistência durante alguns estágios dos 21 anos da ditadura. Dessa forma, tendo em vista que o foco da presente dissertação recai sobre a Folha de São Paulo, o próximo capítulo irá abordar seu posicionamento na historiografia do golpe de 1964.

2.3.O Jornal Folha de São Paulo

Antes de tudo, é preciso entender em que contexto essa empresa paulista se encontrava no início dos anos 1960. Fundada em 1921, a Folha passou por uma série de proprietários que deram diferentes orientações ao periódico e que manteve sempre uma atuação política relevante (CAPELATO, 2014). Entretanto, é complexo falar em uma continuidade marcante em sua trajetória (DIAS, 2012, p. 48) uma vez que o jornal foi vendido e comprado diversas vezes ao longo de quase cinquenta anos, até alcançar uma estabilidade sob a direção da família Frias (DIAS, 2012; TASCHNER, 1992). Cabe salientar que, ao longo desses anos a Folha "enfrentou diversos problemas relacionados à sua impressão, por causa de suas posições políticas" (TASCHNER, 1992, p.42).

No que se refere ao período estudado, a década de 1960 se abriu com o jornal modificado, sob o nome Folha de São Paulo, com a junção de "três edições diárias correspondentes às antigas Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite" (MOTA & CAPELATO, 1981, p.184). A escolha desse novo título, como declarou Nabantino, então gestor da Folha, deu-se ao fato de que era dessa forma que os jornais da empresa eram conhecidos no interior (TASCHNER, 1992). Desse modo, no que se refere ao período de 1945-62:

(...) a concepção empresarial com que as Folhas passaram a ser geridas traduziu em várias medidas na parte editorial, sempre tendo em vista o aumento no mercado, os quais incluíram reformulações no conteúdo e na forma de apresentação das mensagens (TASCHNER, 1992, p.89).

Essa movimentação ocorre diante dos problemas vividos pela empresa, sobretudo de ordem financeira, acentuados com a inflação. Nesse panorama, a "esclerose administrativa" tornava a Folha um jornal "precocemente envelhecido" e "tímido, politicamente falando, num momento em que as ideologias fervilhavam" (MOTA & CAPELATO, 1981, p. 187). Em suma, "Nabantino teve que lidar com a alta dos preços do papel desde 1958, com a aceleração

inflacionária desde 1959 e com a desaceleração econômica a partir de 1962" (TASCHNER, 1992, p.99). Assim, deixou para outros a tarefa de completar essa transição. De acordo com Taschner (1992, p.99) no "dia 13 de agosto de 1962 vendeu as Folhas a Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, por 1,5 bilhão de cruzeiros (antigos)".

No que tange aos novos proprietários, Frias era um homem ligado ao capital financeiro e Caldeiras à construção civil (TASCHNER, 1992). Sendo eles do ramo do empresariado, "adotaram uma postura mais profissional frente ao jornal e se preocuparam, em um primeiro momento, em reorganizar e modernizar o jornal enquanto uma empresa capitalista" (DIAS, 2012, p.56). De acordo com Mota e Capelato (1981), de imediato, os novos gestores não buscaram modificar a linha política da Folha de Nabantino. Pelo contrário, tinham o objetivo de manter o desempenho ao nível da redação e imaginam buscar a "neutralidade", como apontam os autores.

Taschner (1992) corrobora que independente dos motivos que levaram a venda da Folha, esse foi o início da formação de um grande complexo empresarial. Para a autora, a lógica empresarial já era dominante, mas faltava a consolidação do empreendimento que seria realizado pelos novos proprietários. Entretanto, a empresa buscou sua reestruturação financeiro-administrativo em um momento delicado da política nacional, que passava por um processo de transição e grande instabilidade. Conforme aponta Dias (2012, p.99) "sob um governo parlamentarista que minava seus poderes de fato e o impediam de implantar as reformas previstas, instaurou-se certo clima de incerteza na nação que temia por suas propostas mais radicalizantes". O autor se refere ao momento de tensão que se ampliou em 1963 quando João Goulart enfim assume o regime presidencialista, já sob forte pressão.

Dentro dessa conjuntura político-social, a Folha passa por uma reformulação em três fases. De acordo com Mota e Capelato (1981, p.188) são elas: a) 1962-67: "reorganização financeiro-administrativa e tecnológica"; b) 1968-74: "a "revolução" tecnológica" e; c) 1974-81: "definição de um projeto político-cultural". Tendo em vista que a presente dissertação visa entender o posicionamento da Folha no golpe de 1964, esse capítulo terá por enfoque essa primeira fase de reorganização financeiro-administrativa e tecnológica do período de 1962-67.

Assim, com a industrialização, no período recessivo de 1962-67, houve um processo de concentração e centralização de capital, conforme aponta Taschner (1992). Nesse contexto, Mota e Capelato (1981) complementam que seu pioneirismo tecnológico no período que se inaugurava era indiscutível se considerados outros grupos empresariais voltados para a imprensa. Ainda de acordo com os autores, associado a uma nova concepção de distribuição de jornais com aquisição de frota própria a Folha assume uma nova expressão.

Desse modo, "essa racionalização administrativa serviria como patamar imprescindível para as inovações tecnológicas que seriam introduzidas no processo de produção do jornal" (MOTA & CAPELATO, 1981, p. 189). Nesse momento, os novos proprietários procuraram sanar as dívidas através da modernização tecnológica, investir na reorganização do empreendimento e na renovação do sistema de distribuição dos seus produtos e estabelecer uma estratégia voltada para a aquisição de gráficas e publicações (PIRES, 2008).

Nesse sentido, os primeiros momentos de estabilização da empresa, sobre essa nova direção, são lembrados "como muitos mais econômicos do que políticos" (DIAS, 2012, p.58). O discurso dominante era a modernização e após um ano da posse da nova gestão, a Folha registrava o aumento de anunciantes e leitores. Ainda de acordo com Mota e Capelato (1981), a Folha se transformou no jornal de maior circulação paga no Brasil nesse momento, como desdobramento da concepção empresarial dessa gestão, sobretudo voltado para a esfera da circulação.

Os novos serviços de distribuição revitalizaram a empresa como um todo, sua conexão com a nova maquinaria respondendo pelo maior rendimento do conjunto [...]. Ou seja, a empresa se integrava, conscientemente, no compasso do desenvolvimento reformista. Até que ocorreu o golpe militar de 1964. Visto em conjunto, o ano de 1963 foi decisivo na história da Folha, do ponto de vista da empresa (MOTA & CAPELATO, 1981, p. 191).

Por outro lado, "esse esforço para "modernizar" a empresa, e para tornar mais leve a fisionomia do jornal, não levava, todavia, a apoiar o presidente João Goulart" (MOTA & CAPELATO, 1981, p. 189). Para Dias (2012, p.99) "as direitas conservadoras, o grande empresariado – grupo ao qual a Folha fazia parte e se identificava – e a oposição via aquele momento (de tensão do governo de Jango) como uma tentativa de aproximação do presidente dos preceitos radicais da esquerda comunista". Nesse sentido, a Folha então se alinhou à grande parte do empresariado nacional, sendo contra o governo de João Goulart.

Dessa forma, o golpe de Estado de 1964 foi bem recebido pela Folha, conforme apontam Mota e Capelato (1981). Para o jornal Folha de São Paulo, essa tomada de poder, foi inicialmente celebrada e formulada como uma ocorrência exemplar e positiva, narrada como “Revolução” necessária, imediatamente associada a outros eventos, de forma a conceder-lhe densidade histórica, conforme aponta Meneses (2013). Para a autora, em sua primeira fase narrativa, período de 1964-75, o acontecimento é celebrado pelo jornal, como tendo sido o evento marcante que encaminhou o País no rumo certo.

Nesse sentido, a posição da Folha em 31 de março de 1964 não deixou margem para dúvidas, ela se auto definia como liberal e democrática, conforme apontam Mota e Capelato (1981). Para os autores, dentro de sua autoconceitualização, ela procurava ser liberal, e enfatizou isso no Caderno Especial sob o título 1964: o Brasil continua. Isso porque, "a ideologia do "jornal novo" casava-se com a ideologia da "modernização" - palavra-chave, aliás, do período do reformismo desenvolvimentista que se encerrava precisamente naquela data, 31 de março de 1964" (MOTA & CAPELATO, 1981, p. 194).

Nesse período, a Folha conservou importantes vínculos com o novo governo instalado, uma vez que o Estado anunciava na Folha (DIAS, 2013). Conforme aponta Taschner (1992, p.107) "criou-se certa solidariedade entre o Estado e os meios de comunicação de massa, em mãos da iniciativa privada". Isso porque, a publicidade feita pelo governo, que era uma importante fonte de receitas para os jornais, poderia ser usada para fins táticos do governo, como aponta Smith (2000).

Cabe ressaltar, portanto que o Estado teve um papel fundamental para o desenvolvimento da indústria de comunicação em massa. Uma vez que, conforme aponta Taschner (1992, p. 115) este "gastou pesadamente em publicidade [...] investiu em telecomunicações, ampliando a infraestrutura e propiciando novas possibilidades de desenvolvimento". Aquino (1999, p.17) complementa ainda que "embora não se possa estabelecer uma relação tão direta no que tange à formação de conglomerados jornalísticos, os governos militares têm sua parcela de responsabilidade nesse processo".

Além disso, entre os anunciantes que destinaram parte significativa de suas verbas para os jornais, no que se refere a esse período, a presença da indústria automobilística, dos bancos, de agências de viagens, de lojas de

material de construção, de outras mídias como televisão e rádio se destacam, como ressalta Taschner (1992). De certo modo, a Folha se reorganizava para "integrar com maior fluidez e agressividade na esfera da circulação de mercadorias, enquanto no plano da opinião (editoriais, sobretudo)" (MOTA & CAPELATO, 1981, p. 190). Dessa forma, a Folha expressava suas opiniões explicitamente através de seus editoriais (TASCHNER, 1992).

Assim como as empresas que ali anunciavam, o jornal se colocava como um porta-voz do progresso, que têm trabalhado incansavelmente para dar continuidade ao regime de fé, democrático. Seus discursos refletiam também a suposta imagem de seu próprio leitorado, que assumiu nas defesas da dita "legalidade democrática". O suplemento é o exemplo mais concreto de que a Folha neste momento se comportava como uma empresa preocupada com seus lucros e em reestruturar-se financeiramente e que, para isso, precisava sim definir-se politicamente (DIAS, 2013, p.54).

Neste momento, o otimismo da Folha refletia a imagem de uma empresa que aparentemente não mais temia o futuro, pelo contrário, conforme aponta Dias (2013). Para o autor, era como se as radicalizações, com a intervenção dos militares, estivessem a ponto de se findar, era como se o Brasil estivesse caminhando para frente, rumo ao progresso, e a Folha, segura para apoiar a nação em seus novos caminhos. Pires (2008, p. 122) corrobora que "de maneira ainda mais intensa que outros veículos de comunicação, a empresa colaborou com a instalação e manutenção da ditadura militar, assim como com os seus métodos repressivos". Isso porque:

Apesar de todo o conturbado cenário, as crises e dificuldades eram vistas pelo jornal como passado, estavam no ano anterior e pareciam ter sido superadas. Só restava à empresa apoiar, expandir o crescimento da nação e caminhar junto para que esta ainda mais prosperasse (DIAS, 2013, p.55).

Além disso, quando teve início a censura nos jornais, a Folha optou pela autocensura, conforme aponta Capelato (2014). Além disso, segundo a autora, o grupo Folha, nos "anos de chumbo", também colaborou com os agentes da repressão encarregados das prisões e torturas. Como já citado, o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), também traz esse apontamento nominal da Folha como colaboradora do governo ditatorial, como por exemplo, no volume 3: "Os agentes de repressão colocaram na rua um jipe do Exército aparentemente com problemas e à volta dele, em um caminhão baú do jornal Folha de São Paulo, estavam escondidos os agentes do DOI-CODI/SP portando

metralhadoras” (CNV, 2014, p.735). Capelato (2014) reforça que como a Folha só se posicionou contra o governo militar na fase final do regime, foi menos visada.

Cabe destacar que a maior parte dos grandes jornais apoiou o golpe de 1964 (TASCHNER, 1992) bem como, os principais jornais tinham uma postura convencional e raramente crítica da nova ordem existente (SMITH, 2000). Entretanto, quando apareceram discordâncias, alguns jornais tentaram expressá-las e prosseguiram nessa tentativa, mesmo sob censura, através dos meios de que dispunham (TASCHNER, 1992). Além disso, logo depois a censura prévia sobre a grande imprensa seria suspensa e a Folha nesse momento já estava praticamente sem dívidas. De acordo com Taschner (1992, p.120), a Folha então começa "numa política de "avanços e recuos" a assumir uma postura mais crítica e menos omissa. Mas sentiam a necessidade de fazer isso, pois a Folha de S. Paulo tinha se tornado algo amorfo e dessincronizava-se da realidade de seu público-alvo".

Com o declínio do regime militar, a percepção de Frias, seu *felling* mercadológico, apontou para a ascensão das forças sociais contra o regime militar e, usando uma estratégia de marketing perfeita, ele fez da Folha de São Paulo a defensora das eleições diretas para presidente, numa campanha que mobilizou não só a redação, mas também a Agência Folha (SEQUEIRA, 2004, p.12).

Desse modo, de um jornal que "apoiou e precisou do regime militar para sua reestruturação e consolidação, a Folha passou a ser identificada como um jornal de resistência, uma espécie de “porta-voz” das necessidades da sociedade civil no período de redemocratização", como corrobora Dias (2012, p.62). Pode-se dizer, ainda de acordo com o autor, que a Folha mudou de acordo com suas necessidades, para sobreviver enquanto empresa e para satisfazer as necessidades de seus leitores, que clamava por outro tipo de posicionamento e informação. Sequeira (2004) complementa que o jornal agiu estrategicamente no campo político e no campo mercadológico. Isso porque, segundo o autor,

(...) oferecendo uma linha de produto (jornais) diversificada, o Grupo Folha consolidou seu império, tendo para qualquer tendência da política, ou do mercado, um produto pronto para ser ativado. E foi exatamente isso que aconteceu: quando percebeu que as mudanças no campo político não tinham mais volta e todos os segmentos sociais queriam a volta da democracia (SEQUEIRA, 2004, p. 13).

Em síntese, a historiografia produzida sobre a Folha de São Paulo é unânime em afirmar que, "pouco íntimos dos meios de comunicação, Frias e Caldeira investiram na reorganização do empreendimento e no saneamento das dívidas [sendo] a modernização tecnológica considerada uma marca do período" (Pires, 2008, p.17). Além disso, é uma empresa que apoiou e colaborou com a tomada de poder pelos militares em março de 1964, embora anos mais tarde também tenha apoiado e promovido o projeto de distensão e abertura política a partir do governo Geisel, ainda segundo o autor.

Desse modo, a historiografia acerca do posicionamento da Folha no contexto do golpe de 1964 salienta o questionamento sobre como se estrutura o poder através da imprensa, como integra os interesses do Estado e como formula opiniões para a sociedade. Nesse sentido, o próximo capítulo irá abordar de que forma os mecanismos de comunicação podem assumir determinados posicionamentos ideológicos e que construções discursivas podem ser observadas dentro desses textos midiáticos.

2.4. Discurso, Ideologia e Poder

Para trabalhar com a análise do discurso a partir da tríade discurso/ideologia/poder, alguns conceitos precisam ser abordados dentro dessa perspectiva (WODAK, 2004). Isso ocorre porque, de acordo com Blommaert e Bulcaen (2000), o discurso é visto como um meio através do qual e no qual as ideologias estão sendo reproduzidas. Como desdobramento, pode-se através da investigação das relações entre discurso e prática social, desnaturalizar e desarticular crenças que atuam como suporte a estruturas de dominação (RESENDE & RAMALHO, 2004). Ramalho e Resende (2011) apontam que discurso tem possui dois significados:

Como substantivo mais abstrato, significa o momento irreduzível da prática social atrelado à linguagem; como substantivo mais concreto, significa um modo particular de representar nossa experiência no mundo.

Fairclough (2016), por sua vez, no que tange ao conceito de discurso, também considera o uso da linguagem como forma de prática social. Isso porque, conforme corroboram Resende e Ramalho (2004), este se apresenta em duas vertentes, sendo socialmente constitutivo e constituído socialmente. Ou

seja, por meio do discurso se constituem as estruturas sociais e, o discurso varia de acordo com os domínios sociais em que são gerados (FAIRCLOUGH, 2016) Assim, o discurso contribui para construção de identidades sociais, relações sociais entre as pessoas e na construção de sistemas de conhecimento e crença (FAIRCLOUGH, 2016). Como desdobramento, é neste sentido que Faria e Meneghetti (2001, p.1) defendem o argumento de que "todo discurso esconde uma rede simbólica de relações de dominação ideológica e de poder".

Desse modo, Blommaert e Bulcaen (2000) apontam o discurso também como um objeto de poder opaco em sociedades modernas. Por esse motivo, para análise do discurso, a linguagem não é transparente, e interpretar não significa atribuir sentido, mas expor-se à opacidade do texto, explicando como um objeto simbólico produz sentidos, tornando-o mais visível e transparente (BLOMMAERT & BULCAEN, 2000). Nesse sentido, o discurso é definido em termos de eventos comunicativos complexos, no qual o acesso e o controle podem ser definidos tanto pelo contexto quanto pelas próprias estruturas dos textos orais e escritos (VAN DIJK, 2001). Wodak (2004, p.237) complementa ainda que "o poder é sinalizado não somente pelas formas gramaticais presentes em um texto, mas também pelo controle que uma pessoa exerce sobre uma ocasião social através do gênero textual".

Por sua vez, Spink e Medrado (2013) apontam que o discurso endereça às regularidades linguísticas. Mas, embora o conceito de discurso aponte para uma estrutura de reprodução social, de acordo com os autores, ele não desconsidera a diversidade e a não regularidade presentes em seu uso diário pelas pessoas. Motta (1992) afirma que as ideologias surgem e modificam-se de acordo com relações sociais. Souza e Carrieri (2014) corroboram que o discurso é a linguagem como manifestação da ideologia, uma prática social que atua como mediador entre o homem e sua realidade. Isso porque, segundo Van Dijk (2001), dado um contexto específico, certas formas e sentidos do discurso exercem mais influência sobre as pessoas do que outros fatores.

Essa relação nos endereça ao conceito de ideologia que, apesar de ser um conceito complexo e muito discutido por suas noções controversas, já possui algumas definições aceitas como coerentes e possíveis. Para Motta (1992, p.39) a ideologia é uma verdade em conflito, isto é, "um conjunto de valores e crenças que visa à manutenção de uma determinada ordem social, ocultando os elementos que a ameaçam e lhe são inerentes". Nesse sentido, Motta (1992,

p.42) aponta que: “a ideologia deve ser encontrada na ação das classes sobre o Estado, a empresa, a escola e todas as instituições modernas. É preciso notar que a ideologia está sempre a serviço de um projeto, que se traduz em uma prática política”. Norman Fairclough (2016, p.122), por sua vez, aponta ideologia como:

(...) significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Ainda de acordo com Fairclough (2016) a ideologia investe a linguagem de diversas formas e em vários níveis. Para o autor a ideologia está localizada tanto nas estruturas que constituem o resultado de eventos do passado, como na condição para eventos atuais e nos próprios eventos, quando reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras. Thompson (2011), por sua vez, argumenta que o conceito de ideologia possui uma natureza ambígua por descrever um estado de coisas (como um sistema de ideias políticas) e por também ser usado para avaliar esse estado de coisas.

Esse autor afirma que a literatura social e política trouxeram duas respostas a essa herança ambígua da ideologia. A primeira delas, uma tentativa de domar o conceito, tirando seu sentido negativo a fim de incorporá-lo em um conjunto de conceitos descritivos, criando o que se pode chamar de concepção neutra da ideologia. Por outro lado, aponta que, uma segunda resposta a essa herança ambígua do conceito de ideologia foi a de abandonar o conceito, como tem sido feito por muitos pensadores sociais nos últimos anos.

De forma a ultrapassar essa ambiguidade, o autor propõe uma concepção crítica de ideologia. Ou seja, sem eliminar seu sentido negativo toma-o como um índice dos problemas os quais o conceito se refere. Ao assim proceder, busca focar novamente esse conceito numa série de problemas que se referem às inter-relações entre sentido e poder, como sendo esse o fator responsável pela sustentação das relações de dominação (THOMPSON, 2011).

Desse modo, Thompson (2011) reforça que o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido serve em conjunturas particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que não sistematicamente assimétricas, o que o autor chama de relações de dominação.

Proponho conceitualizar ideologia em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas (THOMPSON, 2011, p. 79).

Fairclough (2016, p. 126) aponta ainda que as "práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder". Por esse motivo, Thompson (2011, p.16) aponta que o estudo da ideologia exige:

(...) que investiguemos as maneiras como o sentido é construído e usado pelas formas simbólicas de vários tipos, desde as falas linguísticas cotidianas até às imagens aos textos complexos. Ela exige que investiguemos os contextos sociais dentro dos quais essas formas simbólicas são empregadas e articuladas. Ela exige que perguntemos se o sentido, construído e usado pelas formas simbólicas, serve ou não para manter relações de poder sistematicamente assimétricas.

Partindo desses conceitos, Cabral (2005) aborda que a análise do discurso – apresentada no próximo capítulo - considera essencial a relação da linguagem com a exterioridade, que pode ser compreendida como as condições de produção do discurso. Nessas condições estão incluídos não apenas o falante e o ouvinte, mas também o contexto histórico-social e ideológico da comunicação, conforme aponta o autor. Além disso, a linguagem enquanto discurso e interação, e um modo de produção social não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia (CABRAL, 2005). De forma complementar, também Resende e Ramalho (2004) corroboram que no que se refere à ideologia, os aspectos do texto como os sentidos das palavras, as metáforas, as pressuposições e o estilo podem ser observados como investidos ideologicamente.

3 Metodologia

3.1. Classificação da pesquisa

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e de postura epistemológica interpretativa. Qualitativa, uma vez que, essa é uma abordagem em que estão cobertas formas de investigação que auxiliam os pesquisadores no entendimento do sentido mais particular e específico dos fenômenos sociais (GOULART & CARVALHO, 2005) e, oferece descrições bem fundamentadas e com maior profundidade sobre os processos de um fenômeno (VIEIRA, 2004). Interpretativa, visto que se buscou entender como os fenômenos são construídos socialmente e discursivamente, a partir das interações entre os diferentes agentes sociais que nele estão inseridos (SCHWANDT, 2006).

Cabe ressaltar que, o presente trabalho compreende a realidade como subjetiva e múltipla e, o pesquisador como um indivíduo que não é neutro e indiferente em relação aos seus objetivos do estudo (DENZIN & LINCOLN, 2006), mas, pelo contrário, é politicamente e socialmente posicionado. Ademais, não se teve por objetivo construir generalizações ou buscar verificações que apresentem uma realidade única e objetiva, mas sim compreender e problematizar como os momentos de rupturas e mudanças políticas são construídos discursivamente pela imprensa.

Além disso, conforme as classificações apresentadas por Vieira (2004), no que tange ao nível de análise, a pesquisa foi realizada no nível organizacional, uma vez que o objeto central de interesse foi a empresa Folha de São Paulo. Cabe a ressalva, no entanto, que o jornal faz parte de um grupo de organizações mais amplo do Grupo Folha (MOTA & CAPELATO, 1981). Desse modo, no que se refere à unidade de análise pelo qual as inferências foram feitas, nessa pesquisa as fontes utilizadas foram os editoriais diários dos meses de janeiro a junho de 1964 e o Caderno Especial “64-Brasil continua” do Jornal Folha de São Paulo.

3.2.Procedimentos e Instrumentos de Coleta de Dados

Para coleta e seleção de dados foi utilizada a pesquisa documental, denominada como o exame de materiais de distintas naturezas, que ainda não receberam nenhum tratamento analítico ou que a partir deles é possível buscar novas interpretações através de uma nova análise (GODOY, 1995; SÁ-SILVA, ALMEIDA & GUINDANI, 2009). Dentro dessa pesquisa, documentos são entendidos não apenas como materiais escritos tais como: jornais, revistas e periódicos (GODOY, 1995), mas são entendidos como "qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita" (KARNAL & TATSCH, 2009, p. 24), no que se refere a documentos históricos.

A pesquisa documental, neste trabalho, vincula-se à pesquisa histórica. O estabelecimento desta relação pressupõe uma constante preocupação com os procedimentos da operação histórica, ou seja, com as especificidades da análise empreendida pelo pesquisador ao se deparar com uma fonte, a crítica interna e externa dos documentos. Isso inclui: verificar a autenticidade do documento, identificar a contextualização da fonte, investigar a validade e credibilidade sempre indagando as condições de criação e o objetivo de tal documento "ciente da impossibilidade de neutralidade dos documentos" (COSTA & SILVA, 2019, p 13). Desse modo, é fundamental identificar o "contexto histórico do documento, não apenas definindo relações entre seus conteúdos e a época e que o mesmo foi produzido", mas também reconhecendo seus autores (SAMARA & TUPY, 2010, p. 122)

Nessa perspectiva, dentro da pesquisa histórica é fundamental identificar, como já mencionado, quais foram os mecanismos de produção de tais documentos e quem é o enunciador por trás do mesmo. Ademais, é de extrema importância observar quais os objetivos desses autores ao produzir tal fonte, identificar quem são os receptores vinculados e qual amplitude de recepção desses documentos (SOUZA & CARRIERI, 2014), também sendo essa uma das preocupações da Análise Crítica do Discurso (RESENDE & RAMALHO, 2004), método de análise que foi utilizado na presente pesquisa, como será apresentado no próximo tópico. Além disso, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009,

p. 13) apontam que esse é um procedimento metodológico que “pode se caracterizar como principal caminho de concretização da investigação”, uma vez que, através dessa abordagem é possível produzir novos conhecimentos criando formas de compreender os fenômenos ao entender como esses têm sido desenvolvidos.

Desse modo, identificar e selecionar a unidade de análise capaz de responder ao questionamento acerca de como o Jornal Folha de São Paulo atuou discursivamente e se posicionou ideologicamente antes, durante e depois da crise política de março de 1964 fez parte da primeira etapa da presente pesquisa. Desse modo, foram coletadas as seguintes fontes: (1) o conteúdo do Caderno Especial do jornal “64- Brasil continua”; e (2) os editoriais diários de janeiro a junho de 1964. Cabe destacar que o referido caderno especial foi descoberto através da revisão de literatura, no qual o autor apresenta uma discussão acerca da história e memória das impressões da Folha sobre o golpe de 1964 (ver DIAS, 2013). Esse caderno especial faz parte de um conjunto de outros cadernos especiais que são elaborados, também em outros periódicos e em outros períodos, como no caso da própria Folha, processo de abertura política de 1985.

A coleta das fontes ocorreu tanto por meio eletrônico quanto por pesquisa no acervo da Biblioteca Nacional. No caso do Caderno Especial foi feita uma busca na Biblioteca Nacional e solicitado a impressão do caderno publicado no dia 31 de março de 1964 contendo 44 páginas, para a realização da análise. No caso dos editoriais, foi realizada uma leitura prévia dos mesmos, predominantemente presentes na página 4, ainda no acervo digital da Folha de São Paulo. A partir dessa leitura prévia foram selecionados os editoriais que abordavam temáticas como: governo federal, Goulart, comunismo, crise, desordem, reforma, presidente, democracia, povo, ilegalidade, legalidade, forças armadas, empresas, revolução, ordem, entre outros, que estivessem ligados ao campo mais macro do contexto político do país.

Desse modo do período de 01 de janeiro a 30 de junho de 1964, 112 editoriais foram selecionados para análise conjunta ao Caderno Especial. Isso porque, apesar de haver 182 dias no total, em 3 dias dentro desse período o jornal não publicou editorial, 10 editoriais estão ilegíveis no acervo e 57 deles não se referiam ao contexto político do país, de acordo com a seleção já

mencionada. A partir dessa seleção, foi realizada a análise crítica do discurso, de forma complementar e conjunta ao caderno especial publicado no dia 31 de março.

3.3. Tratamento dos dados

Para a análise das fontes foi utilizado a teórica-metodologia Análise Crítica do Discurso (ACD), mais especificamente o modelo tridimensional de Norman Fairclough (2016) que compreende o discurso não apenas como texto, mas também como prática discursiva e prática social. A ACD tem sido considerada uma fonte robusta de elementos metodológicos para respaldar análises qualitativas que busquem evidenciar processos de construção de sentido em contextos sociais e organizacionais específicos, conforme defendem Souza e Carrieri (2014). Dessa forma, o seu uso direciona o pesquisador para um viés interpretativo e construtivista, uma vez que, através do esclarecimento do funcionamento dos textos e da consequente observação de sua articulação com as formações ideológicas, ela permite entender, no contexto da sociedade, o confronto de forças, as relações de poder e os domínios do saber (BLOMMAERT & BULCAEN, 2000; CABRAL, 2005).

A escolha pelo uso desse modelo justifica-se por três aspectos: a) o modelo apresenta um quadro analítico capaz de mapear os vínculos entre as relações de poder e os recursos linguísticos selecionados, no caso da presente pesquisa, pelo jornal (RESENDE & RAMALHO, 2004); b) permite o preenchimento de lacunas na análise de temas multidisciplinares a fim de contribuir para o desenvolvimento de paradigmas críticos em relação ao estudo das organizações (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 2010) de forma estruturada através de categorias; e c) busca identificar as práticas sociais por trás das formações discursivas (BLOMMAERT & BULCAEN, 2000), sendo esse o principal objetivo da análise crítica do discurso.

Thompson (2011), por sua vez, reforça que se a ideologia for pensada como a maneira por meio da qual o sentido é mobilizado pelas formas simbólicas para estabelecer e sustentar relações de dominação, então se pode entender que o desenvolvimento da comunicação de massa traz enormes consequências para a natureza e o alcance dos fenômenos ideológicos. Nesse sentido, entende-se que uma abordagem crítica do discurso exige uma descrição acerca dos processos e práticas sociais “que levam à produção de um texto, quanto das

estruturas e processos sociais no seio dos quais indivíduos ou grupos, como sujeitos sócio-históricos, criam significados em suas interações com os textos” (WODAK, 2004, p. 225).

Cabe reforçar ainda que, apesar de se compreender que esse modelo tridimensional já tenha sido repensado sobre o contexto de modernidade tardia a fim de se reconsiderar a centralidade do texto (ver CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 2010), a presente pesquisa esteve ancorada no modelo tridimensional de Fairclough (2016) em função de sua estrutura e seu didatismo na construção da análise discursiva, levando em consideração as contribuições de tal modelo para o alcance do objetivo da pesquisa. Além disso, será utilizado, como será apresentado mais a frente, o arcabouço de modos de operação da ideologia de Thompson (1995) sugerido por Resende e Ramalho (2011) a fim de enriquecer essa análise no que tange a dimensão de prática social do modelo tridimensional.

3.3.1. Teórica-metodologia Análise Crítica do Discurso

Para a análise crítica do discurso (ACD) “as relações entre a linguagem e a sociedade são tão complexas e multifacetadas que é necessário adotar um foco interdisciplinar de pesquisa” (WODAK, 2004, p. 232). Ramalho e Resende (2011, p. 13) corroboram ainda que “sua característica interdisciplinar explica-se pelo “rompimento de fronteiras epistemológicas” com teorias sociais, pelo qual objetiva subsidiar sua própria abordagem sociodiscursiva assim como oferecer suporte para que pesquisas sociais possam contemplar, também, aspectos discursivos”. Isso porque, a ACD concebe o discurso como um fenômeno social e procura, conseqüentemente, melhorar os fundamentos teórico-sociais para praticar a análise do discurso e pontuar o discurso na sociedade (BLOMMAERT E BULCAEN 2000).

Além disso, “a ACD volta-se não só para a noção das lutas pelo poder e pelo controle, mas também para a intertextualidade e a recontextualização de discursos que competem entre si” (WODAK, 2004, p. 236). Ramalho e Resende (2011) complementam ainda que isso ocorre porque a linguagem se mostra como um recurso capaz de ser utilizado tanto para estabelecer e sustentar relações de dominação, como para contestar e superar tais questões. Wodak (2004, p.225) complementa ainda que a ACD pode ser entendida como um campo que visa analisar “relações estruturais, transparentes ou veladas, de

discriminação, poder e controle manifestas na linguagem”, tendo em vista que, a linguagem pode ser vista como um meio para se legitimar relações de poder organizado.

Para a ACD, a linguagem não é poderosa em si mesma, mas adquire poder pelo uso que os agentes que detêm poder fazem dela. Desse modo:

Levando em conta as premissas de que o discurso é estruturado pela dominação; que cada discurso é historicamente produzido e interpretado, isto é, está situado no tempo e no espaço; e que as estruturas de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detêm o poder, a abordagem complexa [...] da ACD possibilita a análise das **pressões verticalizadas**, e das possibilidades de resistência às relações desiguais de poder, que figuram como convenções sociais. A partir dessa perspectiva, as **estruturas dominantes** estabilizam as convenções e as naturalizam, isto é, **os efeitos da ideologia e do poder na produção de significados são mascarados**, e assumem formas estáveis e naturais: eles são tomados como ‘dados’ (WODAK, 2004, P.226, grifo nosso).

De acordo com Van Dijk (2011, p. 353, tradução nossa), “a ACD enfoca as formas pelas quais as estruturas discursivas encenam, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam relações de poder e dominação na sociedade”. Isso porque, segundo o autor, esta análise atua como uma investigação analítica discursiva que busca entender como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados e reproduzidos por textos orais e escritos no contexto político e social, concentrando-se, sobretudo nos problemas sociais e nas questões políticas. Nessa perspectiva, as pesquisas se voltam “especificamente para os discursos institucional, político, de gênero social, e da mídia (no sentido mais amplo), que materializam relações mais ou menos explícitas de luta e conflito”. (WODAK, 2004, p. 224).

Nesse sentido a ACD também permite “revelar a natureza discursiva de muitas das mudanças sociais e culturais contemporâneas”, conforme aponta Wodak (2004, p. 231). Em particular, a autora ainda aponta que, a linguagem da mídia de massa pode ser minuciosamente analisada como um espaço de poder e de lutas, bem como, um espaço onde a linguagem é aparentemente transparente. Contudo, ela enfatiza que tal construção não é neutra (SOUZA & CARRIERI, 2014), apesar das instituições midiáticas considerarem-se neutras ao acreditarem que dão espaço para o discurso público e que são capazes de refletir os estados de coisas de forma desinteressada, como aponta Wodak

(2004). Dessa forma, a autora afirma que um dos objetivos da ACD é desmistificar os discursos, decifrando as ideologias.

Nessa perspectiva, compreende-se que a ACD compartilha a visão interpretativa em relação à preocupação com a construção social da realidade a partir dos discursos. Desse modo, a ACD se interessa na relação entre linguagem e poder (WODAK, 2004), uma vez que, o universo simbólico mediado pela linguagem não é apenas um mecanismo de comunicação e de construção de sentidos, mas opera essencialmente legitimando certas representações e visões sobre da realidade (SOUZA E CARRIERI, 2014). Assim, a análise crítica do discurso concentra-se, sobretudo nos problemas sociais e nas questões políticas (VAN DIJK, 2001), buscando compreender que aspectos ideológicos estão inseridos no discurso.

3.3.2. Modelo Tridimensional de Norman Fairclough

De forma a alcançar os objetivos da ACD, Fairclough (2016) propõe um quadro tridimensional para se analisar o discurso: como texto, como prática discursiva e como prática social, como já mencionado. No que se refere à primeira dimensão, o autor afirma que, os textos são geralmente ambivalentes e abertos à diferentes interpretações. Além disso, existem quatro itens nos quais a análise textual pode ser organizada, conforme aponta Fairclough (2016), são eles: a) vocabulário, que trata das palavras individuais (neologismos, lexicalizações, superexpressão, relações entre palavras e sentidos); b) gramática, referente às palavras combinadas em orações; c) coesão, que diz respeito a ligação entre orações, através de mecanismos de referência, palavras de mesmo campo semântico, sinônimos próximos e conjunções; e, d) estrutura textual, que trata da organização dos textos (às maneiras e à ordem em que elementos são combinados), como apresentado no quadro a seguir.

Quadro 1: Elementos da Análise Textual

| ELEMENTO | DESCRIÇÃO |
|----------------|---|
| 1. VOCABULÁRIO | Significado das palavras: Este item visa identificar palavras cujo significado é construído socialmente e representam processos sociais e culturais mais amplos (FAIRCLOUGH, 2001). Muitas vezes o significado social de determinado termo, busca naturalizar situações de |

| | |
|-----------------------------|---|
| | acordo com a ideologia hegemônica; |
| 2. GRAMÁTICA | Metáfora: O objetivo desta análise é expor quais metáforas foram utilizadas, trabalhando a transposição do sentido próprio ao figurado."As metáforas estruturam o modo como pensamos e agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental" (FAICLOUGH, 2016, p.250); |
| | Transitividade: O exame da transitividade inclui identificar os tipos de vozes – passiva ou ativa – utilizados no texto. A utilização de voz passiva pode indicar uma omissão direta dos agentes de determinada ação, ofuscando assim a causalidade e a responsabilidade pela mesma. Uma motivação social para analisar a transitividade é tentar formular que fatores sociais e ideológicos determinam como um processo é significado num tipo particular de discurso; |
| | Modalidade: A análise da modalidade do texto busca identificar o uso de modalizações das afirmações e argumentações do texto, e como isso influencia na formação do discurso. Afirmações menos modalizadas aproximam-se de afirmações categóricas que, por sua vez, podem ser menos dialógicas chegando inclusive a adotar suposições no texto. Isso envolve inclinação tanto por afirmações positivas quanto por negativas. |
| 3. COESÃO | Avaliação: O objetivo dessa análise é identificar quais as apreciações ou perspectivas do locutor, sobre aspectos do mundo. Refere-se à demonstração do que é desejável ou indesejável e a que valores o autor se compromete; |
| | Coesão Textual: Analisar a coesão textual significa identificar como ocorrem as ligações entre orações e períodos do texto. Essa análise é importante para identificar o modo retórico dos produtores textuais, ou seja, como ocorre o processo de convencimento do texto. Por meio do mapeamento dos elementos conectivos utilizados nos textos, será possível determinar os padrões e racionalidade que esses elementos pressupõem e perceber os tipos de identidades sociais do discurso; |
| 4. ESTRUTURA TEXTUAL | Controle Interacional: Diz respeito ao controle das ações em um texto. Esta análise salienta quem detém o poder de tomada de turnos ou quem detém o controle dos tópicos do texto. Identificar assimetrias no controle interacional que podem indicar assimetrias de poder nas interações entre os participantes o discurso. [Esse elemento está relacionado à interações como diálogos, |

| | |
|--|---|
| | por exemplo]; |
| | <p>Ethos: Podemos entender o conceito de <i>ethos</i> como os atores ou identidades sociais que fazem parte do discurso. De acordo com Fairclough (2001), os atores sociais constituem e são constituídos pelo discurso no qual estão inseridos. O objetivo é identificar o que caracteriza a construção do <i>ethos</i> no discurso. As maneiras como os atores sociais são representados nos textos podem indicar posicionamentos ideológicos dos produtores do texto (RESENDE & RAMALHO, 2006).</p> |

Fonte: Adaptado de Silva (2014, p.74) de acordo com Fairclough (2001).

A segunda dimensão do discurso, a prática discursiva, segundo Fairclough (2016), é constitutiva tanto de forma convencional (contribuindo para reproduzir a sociedade) ou de forma criativa (contribuindo para transformar a sociedade). Esta dimensão envolve processos de produção, distribuição e consumo textuais, que variam entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais, uma vez que, os textos são produzidos, distribuídos e consumidos em diferentes contextos sociais. O autor exemplifica mostrando que alguns textos conduzem a guerras enquanto outros à destruição de armas nucleares, podendo também modificar as atitudes, crenças ou as práticas das pessoas.

Para Spink e Medrado (2013, p.5) o conceito de prática discursiva “remete, aos momentos de ressignificações, de rupturas, de produção de sentido, ou seja, corresponde aos momentos ativos do uso da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como a diversidade”. Assim, é possível definir, conforme abordam os autores, a prática discursiva como linguagem em ação, formas pelas quais as pessoas produzem sentido e posicionam em suas relações sociais no cotidiano. Isso porque, de acordo Souza e Carrieri (2014), parte-se do pressuposto de que o mundo social é historicamente construído a partir de práticas discursivas que conferem significado simbólico aos elementos das interações humanas e essas práticas são respaldadas por relações de poder e reprodutoras delas. Resende e Ramalho (2004, p. 187) complementam que:

Na análise das práticas discursivas, participam as atividades cognitivas de produção, distribuição e consumo do texto. Analisam-se também as categorias força, coerência e intertextualidade. A força dos enunciados refere-se aos tipos de atos de fala desempenhados; a coerência, às conexões e inferências necessárias e seu apoio em pressupostos ideológicos; a análise intertextual refere-se às relações dialógicas entre o texto e outros textos (intertextualidade) e às relações entre ordens de discurso (interdiscursividade).

Dentro dessa perspectiva, as práticas discursivas estão situadas em uma abordagem construcionista. Isso porque, essas práticas implicam em ações, escolhas, contextos, linguagens e uma variedade de produções sociais das quais são expressão, constituindo um caminho privilegiado para compreender a produção de sentido cotidiano (SPINK E FREZZA, 2013). Assim, é possível definir, conforme Spink e Medrado (2013), as práticas discursivas como linguagem em ação, formas pelas quais as pessoas produzem sentido e posicionam em suas relações sociais no cotidiano. Desse modo, esta segunda dimensão e seus elementos estão sistematizados no quadro abaixo.

Quadro 2: Elementos da Prática Discursiva

| ELEMENTO | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| <p>1. PRODUÇÃO DE TEXTOS</p> | <p>Forças dos enunciados: a força está representada nos atos de fala, exemplificados em promessas, pedidos ou ameaças. A força de um enunciado advém, comumente, de seu contexto. Por isso é importante que este seja identificado antes da análise das forças do texto. Ao identificar a força do discurso, podemos inferir as promessas ou ameaças que esse discurso oferece ao interlocutor, e como elas moldam ou reforçam a estrutura social.</p> |
| | <p>Intertextualidade: de forma ampla, essa dimensão diz respeito às relações entre dois ou mais textos e como se dá essa relação. Sua análise indicaria a presença de outros textos no discurso analisado e como os textos “se baseiam, incorporam, recontextualizam, dialogam com outros textos” (MISOCZKY, 2005, p 133). A intertextualidade pode ser manifesta ou constitutiva, essa última também chamada de interdiscursividade. Na intertextualidade manifesta, outros textos estão explicitamente presentes no texto analisado e podem aparecer por meio de citações, por exemplo. Na intertextualidade constitutiva, o texto analisado se apropria de convenções, idéias ou discursos de outros textos, por isso recebe também o nome de interdiscursividade, e podem ser evidenciados, por exemplo, por meio de suposições ou afirmações que consideram um conhecimento prévio.</p> |
| <p>2. DISTRIBUIÇÃO DE TEXTOS</p> | <p>Cadeia Intertextual: a cadeia intertextual é a responsável pela distribuição do discurso, e diz respeito às cadeias de comunicação nas quais o discurso está inserido. Como este discurso participa de determinada cadeia, transformando e sendo transformado por outros textos dentro da cadeia.</p> |
| <p>3. CONSUMO DE TEXTOS</p> | <p>Coerência: a coerência de um texto é a base do consumo do discurso e, por isso, depende do leitor e de quem está interpretando o texto. A coerência existe se o texto faz</p> |

| | |
|--|--|
| | sentido para quem o está interpretando, e se este é capaz de compreendê-lo. Analisar a coerência do texto é identificar suas ambivalências e heterogeneidades, pois assim é possível supor o trabalho de inferência do leitor. A identificação do leitor com o texto é baseada, em parte, na coerência que este texto tem para o leitor. |
|--|--|

Fonte: Silva (2014) adaptado de Fairclough (2001).

Por sua vez, no que diz respeito à terceira dimensão, prática social, Fairclough (2016) corrobora que esta tem vertentes econômica, política, ideológica e cultural. Mais especificamente em relação ao discurso como prática ideológica, o autor aponta que este, "constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder" (FAIRCLOUGH, 2016, p.98). Além disso, a prática social é uma dimensão do evento discursivo, assim como o texto. Desse modo, as dimensões texto e prática social são mediadas pela prática discursiva.

Ramalho e Resende (2011, p.112) corroboram que categorias analíticas são "formas e significados textuais associados a maneiras particulares de representar, de (inter) agir e de identificar-se em práticas sociais situadas". Desse modo, ressalta-se que a "escolha de que categorias utilizar para análise de um texto não pode ser feita *a priori*. É sempre uma consequência do próprio texto e das questões/preocupações de pesquisa" (RAMALHO & RESENDE, 2011, p.113). Cabe acrescentar que "o número de categorias a ser aplicado [no caso do trabalho, elementos a serem analisados] a um texto depende de vários aspectos, como o objetivo da análise e a natureza do trabalho analítico", como apontam Ramalho e Resende (2011, p.116).

Além disso, as autoras ainda corroboram que as pesquisas que utilizam o aparato teórico-metodológico da análise crítica do discurso são empreendimentos complexos que não se restringem a análise textual. Isso porque, a proposta transdisciplinar da ACD possibilita o diálogo e a operacionalização de diversas disciplinas. Assim, as autoras afirmam que para ter acesso a efeitos ideológicos do texto é preciso relacionar a microanálise à macroanálise de maneiras como relações de poder operam por meio de redes de práticas e estrutura. Com esta finalidade, para além desses elementos da análise textual e da prática discursiva foram utilizadas também algumas das estratégias explicativas do arcabouço teórico de Thompson (2011) para análise de construções simbólicas ideológicas de operação da ideologia, no que se

refere a terceira dimensão do modelo de Fairclough (2016), como presentes no quadro abaixo.

Quadro 3: Modos de operação da ideologia

| MODOS GERAIS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA | ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA |
|--|--|
| <p>LEGITIMAÇÃO Relações de dominação são representadas como legítimas</p> | <p>RACIONALIZAÇÃO (uma cadeia de raciocínio procura justificar um conjunto de relações)</p> <p>UNIVERSALIZAÇÃO (interesses específicos são apresentados como interesses gerais)</p> <p>NARRATIVIZAÇÃO (exigência de legitimação inserida em histórias do passado que legitimam o presente)</p> |
| <p>DISSIMULAÇÃO Relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas</p> | <p>DESLOCAMENTO (deslocamento contextual de termos e expressões)</p> <p>EUFEMIZAÇÃO (valoração positiva de instituições, ações ou relações)</p> <p>TROPO (sinédoque, metonímia, metáfora)</p> |
| <p>UNIFICAÇÃO Construção simbólica de identidade coletiva</p> | <p>PADRONIZAÇÃO (um referencial padrão proposto como fundamento partilhado)</p> <p>SIMBOLIZAÇÃO DA UNIDADE (construção de símbolo de unidade e identificação coletiva)</p> |
| <p>FRAGMENTAÇÃO Segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante</p> | <p>DIFERENCIAÇÃO (ênfase em características que desunem e impedem a constituição de desafio efetivo)</p> <p>EXPURGO DO OUTRO (construção simbólica de um inimigo)</p> |
| <p>REIFICAÇÃO Retratção de uma situação transitória como permanente e natural</p> | <p>NATURALIZAÇÃO (criação social e histórica tratada como acontecimento natural)</p> <p>ETERNALIZAÇÃO (fenômenos sócio-históricos apresentados como permanentes)</p> <p>NOMINALIZAÇÃO/PASSIVAÇÃO (concentração da atenção em certos temas em detrimento de outros, com apagamento de atores e ações)</p> |

Fonte: Resende e Ramalho (2011, p.52) adaptado de Thompson (1995).

Por fim, acredita-se que esse método de análise tenha sido apropriado para alcançar o objetivo de pesquisa. Isso porque, toda análise crítica do discurso parte da percepção de um problema que normalmente está relacionada com relações de poder, distribuição desigual de recursos e naturalizações de discursos particulares como se fossem universais (RESENDE & RAMALHO, 2011), como foi o caso da presente pesquisa. Segundo as autoras, após esse momento de percepção do problema, é preciso identificar ainda as barreiras para que o problema seja superado. Essa etapa consiste em analisar a conjuntura das práticas sociais atreladas ao problema, analisar o momento da prática com ênfase no discurso a fim de se entender suas relações e, analisar o discurso identificando sua estrutura e interação.

Nessa conjuntura, Resende e Ramalho (2011), apontam que uma etapa seguinte consiste em buscar possíveis modos de superação dos problemas identificados. Além disso, por ser a análise crítica do discurso reflexiva, um trabalho final consiste em uma reflexão sobre a análise realizada, como será mais bem abordado no capítulo de análise. Isso porque, essa abordagem busca estabelecer um quadro analítico capaz de mapear a conexão entre relações de poder e recursos linguísticos selecionados por pessoas ou grupos sociais.

Nesse sentido, cabe apontar que a identificação dos elementos acima apresentados, nas três dimensões foi realizada à posteriori. Isso porque, somente após fazer a leitura dos editoriais foi possível identificar em cada nível diferentes elementos presente nos textos. Desse modo, cumpre salientar que não há uma única fórmula para a análise crítica do discurso e que, decerto, as conclusões apontadas no trabalho foram resultados de uma leitura dentro de tantas outras, equivalentemente possíveis.

4 Análise e Interpretação dos Resultados

Este capítulo, organizado em sete seções apresenta e discute os principais resultados alcançados e produz implicações sobre o problema de pesquisa. Cabe aqui salientar que a análise ocorreu na busca dos temas específicos de cada mês e dos temas que perpassam todos seis meses, como serão apresentados em cada seção. Cabe salientar que a análise tridimensional de Fairclough (2016) foi realizada de forma conjunta durante todos os meses em função das temáticas levantadas nos editoriais, dos quais para melhor visualização, foram expostos quadros sínteses no final de cada mês analisado. Sendo assim, a primeira, segunda e terceira seção apresenta a análise dos editoriais dos meses de Janeiro, Fevereiro e Março. A quarta seção, por sua vez, analisa o caderno especial. E em seguida, a quinta, a sexta e a sétima seção abordam respectivamente os meses Abril, Maio e Junho.

Nesse sentido, de forma a orientar a leitura das seções apresentadas a seguir, cabe salientar que através da análise realizada foi possível identificar três etapas na trajetória discursiva do posicionamento do Jornal Folha de São Paulo em relação ao golpe civil-militar de 1964. Um primeiro momento de significativa contribuição do Jornal Folha de S. Paulo para a desestabilização do governo do presidente João Goulart, marcado pelos editoriais de Janeiro, Fevereiro e Março. Um segundo momento de alinhamento do Jornal Folha de S. Paulo com o golpe militar, marcado pelo Caderno Especial e os editoriais do mês de Abril. E, um terceiro momento de apoio do jornal ao posterior governo de Castelo Branco, com ressalvas, marcado pelos editoriais de Maio e Junho.

4.1. Janeiro: "Repulsa à subversão"

No início do mês de Janeiro, já diante das crises no contexto econômico e político, o Jornal Folha de S. Paulo inicia seu editorial com críticas as greves e agitações. Todavia, na busca por um 1964 melhor que o 1963, os votos do jornal

são de esperança pautados na “capacidade de trabalho de seu povo e fé na pátria”, como pode se observar no fragmento abaixo.

*Ao mesmo tempo fértil em **agitação**, em despistamentos e em greves políticas à paralisar pontos vitais do país (...). Dessa falta de orientação, ligada a constante **agitação** e a repetida paralização dos portos e serviços essenciais, **outra coisa não se poderia esperar senão o crescimento da inflação**, que é hoje um verdadeiro martírio para o povo brasileiro. **Força**, porém é reconhecer que **apesar de tantos mares** e de tamanhos empecilhos, **o Brasil vai prosperando** e assegurando-se a posição de respeito cada vez maior no mundo civilizado. Deve-se isto **a capacidade de trabalhode seu povo e a fé** que ele manifesta em sua pátria. A inspiração que **ele** recolhe de sua tradição cristã e ao sadio **otimismo** com que encara a vida(Folha de S. Paulo, 01/01/1964, grifo nosso).*

No que se refere a análise textual, é possível identificar algumas palavras que são muito marcadas a longo de todo o texto, como: força, fé e otimismo em contraposição de agitação. Nesse sentido, também se identifica o elemento *metáfora* presente nesse primeiro editorial quando se refere aos “tantos mares” fazendo referência às problemáticas do país. Ademais, é possível identificar o elemento de *avaliação* quando o jornal afirma que diante das agitações “outra coisa não poderia se esperar senão o aumento da inflação”, criticando àqueles que por suas ações de greves e paralisações estão prejudicando o crescimento do país.

Além disso, o elemento *transitividade* pode ser observado quando o jornal se refere ao Brasil como ele, não se inserindo como parte, como agente dessas ações. Nesse ponto específico, é possível identificar também ao modo de operacionalização ideológica de *fragmentação* de Thompson, no quadro 3, já apresentado, com a estratégia de *expurgo do outro*. Isso porque, o jornal segmenta àqueles que produzem essa agitação como uma ameaça ao Brasil.

Nos dia seguinte o jornal já aponta como 1964 sendo o Ano das Reformas fazendo referência ao ano de 1963 com a crítica do não cumprimento do chamado Ano da Educação. Como se observa nos fragmentos abaixo, ao afirmar que o “governo logo se esqueceu de seus compromissos” sem nenhum modalizador, o jornal revela um forte comprometimento com as idéias expostas em seu discurso:

O que se espera é que não aconteça com 64, o Ano das Reformas, o que aconteceu com 63, o Ano da Educação. (...) O

governo logo se esqueceu de seus compromissos (Folha de S. Paulo, 02/01/1964, grifo nosso).

Ainda sobre as Reformas de base, que Skidmore (2010) vai apontar como uma oportunidade de Jango adquirir uma reputação histórica para si construindo seu próprio apoio popular diante da forte crise econômica no país, o jornal compara o anúncio de Jango com o de Fidel Castro. Bem como, ao referir-se ao ano de 1963 como o dito ano da educação crítica o governo e aponta suas falas e promessas como inúteis. Além disso, o jornal vai chamar as Reformas de base como uma “repetição monótona de frases feitas” que “não chegam a configurar idéias definidas”, frisando os “termos vazios” no que se refere ao ano das reformas, mesmo já no final do mês.

*Na Rússia, Fidel Castro anuncia que 64 será o ano da economia em seu país. Aqui também se fala em ano de reforma, ano de educação, ano de tudo, mas **inutilmente**. Isso parece que não da sorte. (...) há varias semanas se falam do assunto e agora se diz que o Ministério será reformulado logo depois do carnaval. O novo corpo de auxiliares do sr. João Goulart teria a incumbência de transformar em realidade o Ano das Reformas, **prometido pelo presidente**. Que Reformas? Reformar o que? E com o quê? Com a **repetição monótona de frases feitas**, que podem ter algum efeito publicitário, mas **não chegam a configurar idéias definidas?** (Folha de S. Paulo, 23/01/1964, grifo nosso).*

*E o presidente da República, mais que todos, em ocasiões propícias ou não, falou das reformas em **termos igualmente vazios** (Folha de S. Paulo, 25/01/1964, grifo nosso).*

Seguindo esse raciocínio, o editorial concorda que a realização das reformas de base não será tarefa fácil, mas levanta uma crítica a atuação do governo:

*E mais difícil ela se torna [...] porque o atual governo, que fez do reformismo a tecla praticamente única em que sabe bater, **não soube equacionar** com precisão nenhuma reforma. (...) Continua o presidente a alegar que, na situação atual, é impossível fazer alguma coisa para resolver os problemas brasileiros. É **uma tese simplista e cômoda**, pois pode ser invocada para justificar a omissão e a **incapacidade das autoridades** que se dariam ao luxo de **cruzar os braços** à espera de alterações profundas na estrutura do país (Folha de S. Paulo, 02/01/1964, grifo nosso).*

*Sempre do ponto de vista das possibilidades técnico-administrativas, os efeitos do grande salto da inflação de 1963 podem ser consideravelmente neutralizados, **se... o governo quiser e souber**. (...) A rigor, e em conclusão, o aspecto mais perigoso da crise está na **insuficiência do senso de responsabilidade**, do espírito público e, algumas vezes, da*

competência técnica das classes dirigentes do país (Folha de S. Paulo, 03/01/1964).

Nos fragmentos apresentados, é possível identificar, mais uma vez, o elemento de *avaliação* sendo utilizado pelo jornal. Ao julgar como “simplista e cômoda” a alegação sobre a dificuldade de se resolver os problemas do país, o jornal faz uma apreciação sobre sua ação. Bem como, é possível reconhecer o uso de *metáfora*em “cruzar os braços” referindo a inércia do presidente em tomar ações antes que se tenham “alterações profundas na estrutura do país”. Ainda, no que se refere ao elemento *ethos*no texto, os atores sociais na figura de governo são representados pelo jornal como incompetentes, dos quais há um perigo eminente de “insuficiência do senso de responsabilidade e da competência técnica”. Além disso, o jornal aponta que o governo pode neutralizar os efeitos do grande salto de inflação, “se” ele “quiser e souber”, inserindo um condicional, nesse caso.

Na mesma linha crítica, o jornal segue seus editoriais indicando o pouco progresso do país como conseqüência dos desperdícios administrativos:

*Parece evidente que o governo federal, apesar das limitações decorrentes de dificuldades financeiras e da situação política (**muitas vezes por ele próprio agravada**) de um jeito ou de outro vai procurando dar continuidade aos programas de investimentos nos setores básicos da nossa economia (...). Isso não impede que se diga que **muito mais poderia ter sido realizado** se, como tem se dito muitas vezes, fossem **eliminados os desperdícios e gastos improdutivos existentes na administração** e se a arrecadação de impostos não tivessem as deficiências que notoriamente lhe reduzem o rendimento (Folha de S. Paulo, 05/01/1964, grifo nosso).*

No fragmento acima, por sua vez, é possível identificar pistas de mais uma estratégia de construção simbólica, a *racionalização*, visto que, o jornal apresenta uma cadeia de raciocínio a fim de justificar um conjunto de relações. Isto é, o jornal vai construindo, através do elemento de coesão textual, um processo de convencimento do leitor. No qual, o governo federal diante das dificuldades financeiras do país, que muitas vezes são agravadas por ele mesmo, apesar de continuar com programas de investimentos, poderia fazer mais pelo Brasil se não fosse pelos desperdícios e gastos improdutivos na administração.

Ainda dentro da temática sobre as reformas, o jornal vai apresentar uma forte crítica ao decreto da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), que

viria entrar em vigor no mês de março. Isso porque, de acordo com esse decreto a SUPRA estaria autorizada a promover, para seus planos e projetos, desapropriações de terra. Desse modo, esse decreto não foi bem recebido nas páginas editoriais.

*Nenhuma medida que afete **radicalmente** os **interesses nacionais** deve o chefe da nação adotar, sem que sobre ela se pronunciem os diferentes setores de opinião. Decerto o presidencialismo, enfeixando excepcional soma de poderes nas mãos do presidente da república, lhe confere teoricamente o direito de **agir como quiser** em ampla e profunda faixa. (...). Mais uma vez **lamentamos, por estas colunas, a forma errada** como o sr. João Goulart conduziu esse caso das desapropriações (Folha de S. Paulo, 08/01/1964, grifo nosso).*

*Há ainda a considerar que comprovada **incapacidade da máquina administrativa federal** não cria condições nem esperanças para a efetivação de esquemas reformistas, pelo menos com a **eficiência** proclamada em determinadas áreas do país (Folha de S. Paulo, 09/01/1964, grifo nosso).*

Como reforma agrária, por sinal, parece que o governo entende apenas desapropriações de terras (Folha de S. Paulo, 16/01/1964).

*Nesta altura de acontecimentos, depois de tantas demonstrações de que nenhuma reforma, ainda mesmo dentre as mais sentidas e reclamadas, é para valer, dificilmente se poderá acreditar no que diz o agora o **arquiteto João Goulart**. (...) Basta atentar para duas coisas. Aí está o SUPRA, feito **órgão de pura demagogia**, a **entretar a promessa** de uma reforma agrária sempre colocada em **termos irrealizáveis**, e chegando à **suprema audácia** de procurar envolver em seu jogo as Forças Armadas, em nome de um decreto ainda não assinado (Folha de S. Paulo, 30/01/1964, grifo nosso).*

Nos trechos acima, é possível constatar, mais uma vez, o elemento de *avaliação* expresso no discurso do jornal em diferentes momentos. Primeiro, quando o jornal aponta a “forma errada” como Goulart conduz o caso das desapropriações. Segundo, ao apontar, novamente, a “incapacidade da máquina administrativa federal”, a falta de “eficiência”, o “órgão de pura demagogia” e a “suprema audácia” do governo ainda inserir as Forças Armadas nesse decreto, o jornal se compromete com a valoração das ações do governo. Ainda referente aos fragmentos acima, é possível analisar o *significado da palavra* “demagogia” referindo-se ao SUPRA como órgão pejorativo que se utiliza de apoio popular para conquista de poder.

Ainda na primeira quinzena no mês já se começa a falar do comunismo com o programa de alfabetização do Ministério da Educação e Cultura (MEC), inclusive como sendo pregado por mestres na faculdade que esquecem "sua missão educativa".

*São, pois fundados os temores de que a alfabetização, de que cuida agora o Ministério, seja usada **não para o nobre fim** que aparentemente se propõe, mas com o objetivo de **incutir a semente comunizante em nossos "patricios"** (Folha de S. Paulo, 10/01/1964, grifo nosso).*

*Infelizmente os mestres têm, no caso, **grande parcela de culpa**, porque muitos deles, **esquecendo sua missão educativa**, têm feito de suas cátedras verdadeiras **tribunas de pregação política** (...). Alguns ministros da Educação tentaram fazer da mocidade estudantil uma **brigada a serviço do comunismo** ou pelo menos da **desintegração nacional**. Pregaram em **termos indiscutivelmente antidemocráticos** e levaram para congressos de estudantes, patrocinados e organizados praticamente pelo governo, **a semente da radicalização esquerdista** (...). Essas atividades, de pesquisa e ensino, exigem, porém, enorme dedicação, tanto dos professores quanto dos alunos, aos seus trabalhos escolares. Não podem ser perturbadas pelo **clima de agitação**, que bem se pode dizer **criminosa**, daqueles que preferem ver, na mocidade que estuda, ou que deve estudar, uma **simples força política, na mão de políticos ambiciosos** ou de **hábeis agentes de desordem** (...). Inflação se vence com trabalho e aumento de produtividade (Folha de S. Paulo, 12/01/1964, grifo nosso).*

Nos fragmentos acima, pode-se visualizar que o jornal utiliza o elemento textual de *transitividade* ao inferir "nossos patricios" fazendo menção aos cidadãos patrióticos, àquele grupo a quem o jornal se insere. Além disso, ao observar o elemento de *significado das palavras*, tem-se o termo "semente" sendo proferido, mais de uma vez, ao referindo-se ao comunismo e a radicalização esquerdista. Isto é, o jornal ainda utiliza a *metáfora* semente como forma de propor que pode ser algo a crescer e contaminar a sociedade. Além disso, ao referir-se ao modelo de ensino de Paulo Freire o jornal afirma que:

*Há muitos educadores sinceros e não comprometidos com extremismos, a quem se apresentou o método rápido de alfabetização [referindo-se ao modelo de Paulo Freire] e que ao mesmo tempo leram as críticas tecidas ao plano ministerial, logo ocorre uma pergunta: **se o autor do método é comunista**, ou se o próprio método, por sua natureza, é comunista. Justifica-se essa cautela, pois sabedores de que **o povo brasileiro repele o comunismo**, não lhes agradaria servir de qualquer forma à difusão de um método de alfabetização que afinal pudesse transformar-se em arma ou **fermento comunista** (...). **O método***

é sem dúvida admirável porque permite rápida alfabetização. Mas também é claro que em mãos desonestas - sim, por que não falar assim? - ele poderia ser um fator de perturbação social, um simples meio de espalhar na grande massa por alfabetizar conceitos e sentimentos contrários à ordem e favoráveis a uma política antidemocrática (...). Teríamos preparado uma revolução que poderia, por exemplo, ter propósitos continuístas, para manter no poder uma certa oligarquia de falsos líderes populares. Nada mais se teria feito do que um trabalho de doutrinação, e de doutrinação quase que pelos métodos subliminares, tão caro e necessário às ditaduras (Folha de S. Paulo, 15/01/1964, grifo nosso).

No recorte acima, é possível identificar duas características importantes desse editorial de meado de janeiro. A primeira característica refere-se à construção do significado do termo comunismo - repetido em diferentes momentos - como diretamente "contrários à ordem e favoráveis à um política antidemocrática". Observa-se aqui que uma construção discursiva relevante para os acontecimentos seguintes, em consonância com Abreu (2005) que aponta que a imprensa foi um dos vetores da divulgação do discurso do fantasma do comunismo que foi utilizado como uma das principais justificativas para a derrubada do governo. Em segundo lugar, esse fragmento vai referir-se aos "propósitos continuístas", umas das preocupações da direita em relação a Goulart, como aponta Skidmore (2010), além de utilizar os termos "falsos líderes populares". Por fim, o jornal ainda vai falar do trabalho de doutrinação pelos métodos subliminares que são necessários "às ditaduras", no qual, após tantas referências no texto, indica sua preocupação com uma possível ditadura comunista.

Nessa conjuntura, o jornal reforça essa preocupação apresentando as reformas de base como meio de restabelecer a legalidade do Partido Comunista, dizendo que o governo corteja a esquerda, como pode ser observado abaixo:

Qual a relação poderá haver entre reformas de base e restabelecimento da legalidade para o Partido Comunista? (...). Pois tudo isso, segundo acreditados cronistas políticos, consta "planos reformistas" do presidente da república, neste momento submetidos à apreciação das forças "forças progressistas" com cujo apoio o sr. João Goulart desejaria contar (é o que diz o noticiário praticamente unânime de todos os jornais) para a "reformulação completa" do governo (...). Para atingir esses objetivos, o governo corteja as esquerdas, as tão derrotadas esquerdas, que aparecem rotuladas de "forças progressistas", como se fossem retrogradadas as que têm ousadia de denunciar a farsa em que a incapacidade de governar ou a insinceridade do

governante transformou a idéia das reformas (Folha de S. Paulo, 16/01/1964, grifo nosso).

Aqui, um elemento da prática discursiva pode ser observado no editorial. Ao incorporar as vozes de "acreditados cronistas políticos" e "noticiário praticamente unânime de todos os jornais", o jornal está afirmando e legitimando seu discurso diante de uma *intertextualidade*, dando força às suas afirmações, uma vez que, não é apenas o que o jornal pensa, mas também o que pensa essas vozes adicionais.

No dia seguinte, o editorial começa a enaltecer as ações das Forças Armadas, indicando que elas têm sido o "baluarte", o alicerce desse regime democrático. Além disso, o editorial afirma que elas "não se prestarão ao papel de demolidoras da democracia" e "não se voltarão contra o povo", uma vez que também são anti-comunistas. Resende e Ramalho (2011) vão apontar como uma estratégia de construção simbólica a *eufemização* realizada, isto é, a valoração positiva de uma instituição específica, no caso as Forças Armadas.

*Certo é que as Forças Armadas **não se prestarão ao papel de demolidoras da democracia, elas que têm sido o baluarte desse regime em nossa pátria. E mais certo ainda é que essas Forças, necessárias para manter a integridade do país e assegurar o respeito à Constituição, não se voltarão contra o povo, cujas tendências e cuja filosofia política são bem conhecidas e profundamente anti-comunistas** (Folha de S. Paulo, 17/01/1964, grifo nosso).*

Ainda dentro dessa temática, mais pro final do mês quando há uma cerimônia realizada no palácio das laranjeiras em que as Forças Armadas com a colaboração do SUPRA estariam planejando as desapropriações de terras, o editorial faz uma crítica a relação destas com a política.

*Mais de uma vez temos dito que as Forças Armadas constituem uma das **mais preciosas reservas da legalidade em nosso país**. Não queiramos envolvê-las na política. Mantenhamo-las onde devem elas estar, nos estritos e fundamentais limites do artigo 177 da Constituição (Folha de S. Paulo, 26/01/1964, grifo nosso).*

O jornal começa a falar também sobre a Frente Única, fazendo mais uma vez, uma crítica ao presidente João Goulart, No fragmento abaixo, pode-se observar que o jornal utiliza o elemento textual de *avaliação* ao dizer que o governo continua a insistir "num erro velho", além de afirmar que ele tem interesse em confundir o povo "com essas forças que a si mesmo se intitulam

populares", ou seja, se intitulam, mas não são assim reconhecidos pelo povo. Que por sua vez, é chamado de autêntico.

*A imprecisão de informação não permite ninguém saber até que ponto pode ser levada a sério essa anunciada tentativa de organização de uma Frente Única (as vezes também chamada de Frente Popular ou Frente Progressista) para assegurar ao presidente da República apoio que lhe permitiria reformular o governo e partir daí para a efetivação das famosas reformas de base (...). O governo do sr. João Goulart **continua a incorrer num erro velho: o de confundir o povo**, o povo autêntico, com essas forças **que a si mesmo se intitulam populares** (...). Precisa-se, portanto se dar conta de que é o presidente de todos os brasileiros - e não de uma parcela (Folha de S. Paulo, 21/01/1964, grifo nosso).*

Nos últimos editoriais do mês de janeiro é possível identificar um prenúncio do que viria a se repetir nos próximos meses até o golpe de Estado, como será apresentado mais a frente. Os termos "falta de ordem", "infiltração comunista" e "subversão" começam a se repetir em diferentes editoriais, como no caso da crise na Petrobrás que segundo o jornal, foi causada por "infiltração comunista", por exemplo.

*Infelizmente, a **falta de ordem** está sendo a ordem nas altas esferas da República. Existem os ministérios, mas suas funções e suas responsabilidades se diluem e se perdem. Sem autoridade, os ministros evidentemente não podem agir e sua inação logicamente se reflete no governo como um todo. A própria autoridade do presidente acaba comprometida, e o país passa a andar como tem andado, **aos trancos e barrancos sem rumo certo** (Folha de S. Paulo, 22/01/1964, grifo nosso).*

*Num país com as tradições de liberdade do Brasil, tem-se admitido a realização de **congressos comunistas**, como o que estava programado para Belo Horizonte e acabou sendo transferido para Brasília. Embora ninguém tenha dúvidas sobre o **caráter subversivo** de tais reuniões, a imensa tolerância brasileira permite que elas se efetuem em nosso território (Folha de S. Paulo, 24/01/1964, grifo nosso).*

*A notória **infiltração comunista** na PETROBRAS procura mobilizar sindicatos para defender diretores acusados de negociatas, pura e simplesmente. Às acusações que trocam entre si as facções envolvidas, procura-se dar um **conteúdo ideológico** que, no caso, é inadmissível (...). O governo federal está no dever de apurar rigorosamente as denúncias vindas a público (...). Uma limpeza na direção da PETROBRAS se impõe, para que desapareçam as **preocupações ideológicas** que hoje a marcam e para que ela se dedique, desvinculada de preocupações políticas, à sua real tarefa que é de natureza econômica (Folha de S. Paulo, 28/01/1964, grifo nosso).*

Expurgá-los dos comunistas que aí se encastelaram era tarefa primordial para desenvolver à PETROBRAS o caráter de companhia colocada acima **das injunções ideológicas** que a vêm manietando e impedindo o seu crescimento (Folha de S. Paulo, 29/01/1964, grifo nosso).

Desde a sua fundação se proclama, com a sua intocabilidade, a sua característica de ser elemento atual de libertação do povo. **O petróleo é nosso** e a PETROBRAS é intocável - eis aí dois estribilhos que encontraram eco **no coração do povo** (Folha de S. Paulo, 30/01/1964, grifo nosso).

Cabe salientar, a partir desses fragmentos, que o jornal atenta para o elemento de *coesão textual*, ao construir uma narrativa coesa entre as orações. Ou seja, num processo de convencimento do leitor, o jornal vai adotando padrões como pode-se perceber nos usos atrelados entre os termos "comunista", "subversivo" e "ideológico". Além disso, o jornal fecha o mês apresentando os editoriais sobre a temática da crise na Petrobrás, mais uma vez, direcionando para problemática de infiltração comunista. Ademais, é possível identificar que, ao se colocar no texto em "o petróleo é nosso", o jornal se inclui como parte interessada. Diante do exposto, o quadro 4 abaixo tem por objetivo sintetizar a análise desse mês de Janeiro:

Quadro 4: Síntese da análise tridimensional do mês de Janeiro

| | | |
|----------------|--------------|--|
| JANEIRO | TEXTO | <p>Em relação à primeira dimensão foi possível identificar cinco elementos textuais:</p> <p><i>transitividade</i>: uma vez que o jornal se distancia e se aproxima, se afirma ou se nega como parte da sociedade, como em "nossos patrícios" fazendo menção aos cidadãos patrióticos, grupo no qual o jornal se insere.</p> <p><i>avaliação</i>: esse elemento aparece em diversos editoriais apontando os possíveis efeitos negativos das ações de Goulart, como por exemplo "não poderia se esperar senão o aumento da inflação", também ao tratar o caso das desapropriações conduzido por Goulart visto de "forma errada" e, ainda ao dizer que o governo continua a insistir "num erro velho".</p> <p><i>metáfora</i>: quando os editoriais utilizam termos como "tantos mares" fazendo referência aos problemas do país e, "cruzar os braços" referindo a inércia do presidente Goulart.</p> <p><i>ethos</i>: ao analisar a forma como o jornal construiu os atores sociais, foi possível identificar a construção de Goulart como "incompetente" através dos editoriais.</p> <p><i>significado das palavras</i>: analisando esse elemento foi</p> |
|----------------|--------------|--|

| | | |
|--|---------------------------|--|
| | | possível identificar que o jornal utiliza o termo "demagogia" de forma pejorativa apontando que o governo se utiliza de apoio popular para conquista de poder. |
| | PRÁTICA DISCURSIVA | No que se refere à segunda dimensão, foi possível identificar o uso constante do elemento <i>intertextualidade</i> . Isso porque, ao incorporar as vozes de "acreditados cronistas políticos" e "noticiário praticamente unânime de todos os jornais", o jornal está afirmando e legitimando seu discurso, dando força às suas afirmações. Assim como, num processo de convencimento do leitor, o jornal vai adotando padrões como pode-se perceber nos usos atrelados entre os termos "comunista", "subversivo" e "ideológico". |
| | PRÁTICA SOCIAL | Em relação à terceira dimensão foi possível identificar duas estratégias de construções simbólicas ideológicas: <i>expurgo do outro</i> : quando o jornal cria simbolicamente como inimigo àqueles que estão produzindo agitação e por isso, ameaçando o Brasil; <i>racionalização</i> : quando o jornal apresenta uma cadeia de raciocínio a fim de justificar um conjunto de relações entre as ações do governo e o estado de crise do país; |

Fonte: elaborado pela autora.

Desse modo, foi possível identificar alguns indícios do posicionamento do Jornal Folha de S. Paulo no mês de Janeiro sobre o contexto político em que estava inserido. De acordo com a análise realizada, percebe-se que, nesse momento, o jornal já começa a construir o governo de João Goulart de forma negativa indicando sua responsabilidade pela crise presente no país, construindo-o discursivamente como incompetente. Nesse sentido, o mês de Janeiro é marcado por uma construção de que o estado de crise do país está diretamente relacionado com as ações do governo.

4.2.Fevereiro: "Combate à inflação: o que falta"

No mês de fevereiro, o jornal continua com as críticas ao governo em seus editoriais. Como se pode ver nos fragmentos abaixo, o jornal aponta que o governo age no sentido de agravar a inflação, inclusive que este já a oficializou e "nada indica que pretende combatê-la seriamente". Com essas afirmações, é possível perceber através do elemento de análise textual *modalidade*, que o

jornal se compromete com essas afirmativas. Isso porque, sem o uso de modalizadores como talvez, é possível que, por exemplo, o jornal não relativiza suas convicções.

*(...)pois em várias ocasiões se tem evidenciado que, embora declarando lutar contra a inflação, **o governo acaba agindo no sentido de agravá-la** (...). É necessário, pois, um diálogo franco, continuado e objetivo, **se o governo quiser** efetivamente contribuir para modificar o clima inflacionário, cuja "densidade" não se mede apenas pelo maior ou menor número de emissões. Ao lado desse diálogo, é claro, medidas concretas para frear a alta do custo de vida (Folha de S. Paulo, 02/02/1964, grifo nosso).*

*Através de mais de uma atitude, o governo por assim dizer **oficializou a inflação** e nada indica que pretende combatê-la seriamente (Folha de S. Paulo, 06/02/1964, grifo nosso).*

Ainda na primeira semana, o jornal utiliza a palavra "paternalismo" e a ideia de um "pai generoso" para referir-se à forma como o governo estava agindo em relação ao salário mínimo. Além disso, o editorial vai trazer a *metáfora* de "asfixiados" fazendo referência aos milhões de trabalhadores que estavam sofrendo o impacto da alta inflação e, utilizar dois termos já trazidos no mês anterior "ameaça" e "intranquilizadoras". Ao assim proceder, aponta para o desejo do governo de manter esse contexto de preocupação, como pode se observar nos trechos abaixo.

*Condena-se ainda o **modo paternalístico** com que o governo age nessa questão. **Quer aparecer como um pai generoso**, que cuida de presentear os filhos com algo importante para enfrentar as dificuldades presentes. Como se não tivesse a menor responsabilidade por essas dificuldades. Como se só essa medida estivesse ao seu alcance para evitar que **milhões de trabalhadores sejam asfixiados pela inflação**. E protela, e transfere sua decisão, e adia decretação do mínimo, como quem procura valorizar sua "dádiva" e com isso fazer jus a maior gratidão por parte dos beneficiários(...). O mínimo tem que vir, e vir logo - por que não resolver o assunto de uma vez, e acabar com a agitação? **Mas ao governo parece que interessa manter sempre o país sob a ameaça das paredes intranquilizadoras**(Folha de S. Paulo, 06/02/1964, grifo nosso).*

Nos dias seguintes, os editoriais começam a apontar para o Partido Comunista como apoiador de Goulart, para fazer as reformas de base com a chamada Frente Única. Além disso, na análise textual quanto aos *significados das palavras* é possível identificar o uso pelo editorial, da palavra "coitado" ao se referir ao Brasil diante dessa conjuntura de alta inflação e custo de vida que aponta Abreu (2005).

*Está em articulação nos meios políticos a chamada "Frente Única", também conhecida por outros nomes, como "Frente Progressista" ou "Frente Popular", que se destinaria a fornecer apoio político, parlamentar e popular aos planos reformistas do sr. João Goulart.(...) Quando a discussão esquentar, anticomunistas extremados estrebucharão anti a possibilidade de o Partido Comunista ser de novo legal. As esquerdas não ficarão atrás nos virulentos ataques a esses "reacionários". E o **coitado do Brasil**, angustiado pelos seus dramas reais, assistirá compungido a esse debate inoportuno e, no fundo, estéril (Folha de S. Paulo, 08/02/1964, grifo nosso).*

No fragmento abaixo, foi possível identificar dentro do elemento *transitividade*, da análise textual, que o editorial se coloca como parte do povo ao pronunciar "nosso país" em com a voz ativa. Em contraposição de "os homens do governo", pode-se também observar uma estratégia de construção simbólica de *expurgo do outro*, isto é, no editorial, os homens do governo são colocados na construção de um inimigo, aqueles que estão do outro lado.

***Todo povo** já sabe que a inflação, no grau que atingiu em **nosso país**, representa gravíssimo risco não só econômico e financeiro, mas também social e político. Só não o descobriram ainda **os homens do governo** (Folha de S. Paulo, 08/02/1964, grifo nosso).*

Em diferentes momentos, pode-se observar que os editoriais buscaram frisar a "incapacidade do governo", no caso do fragmento abaixo, em conter a inflação. Novamente, o termo "demagógico" aparece de forma pejorativa como se o novo projeto de reestruturação do governo fosse uma conquista ambiciosa para se obter poder. Ainda, mais uma vez, uma *metáfora* é utilizada nos editoriais. Ao afirmar que o "demagógico projeto equivale a jogar poeira nos olhos da nação" o editorial está se utilizando de uma metáfora para apontar o interesse do governo em cegar, confundir ou distrair a nação.

*O projeto de lei que se diz estar com o presidente da República, sobre reestruturação das caixas econômicas federais, e já criticado em seus aspectos gerais nesta página sábado passado, apresenta grandes deficiências. (...) Antes de mais nada, ele tem o vício moral de reconhecer, como já observamos em nosso comentário anterior, a **incapacidade do governo de conter a inflação**. (...) O **demagógico** projeto de decreto equivale a **jogar poeira nos olhos da nação**. Pois ele vem desviar a atenção dos verdadeiros problemas nacionais (Folha de S. Paulo, 12/02/1964, grifo nosso).*

Em editoriais seguintes, o jornal levanta a bandeira: reeleição nunca, referindo se ao governo de Goulart. No fragmento abaixo, observa-se que o

jornal utiliza a estratégia de *simbolização da unidade* construindo uma noção de identidade coletiva em "as forças democráticas da nação" ao afirmar que estas não permitirão alterações nas regras do jogo das reeleições. Cabe aqui salientar ainda que, no editorial abaixo, fica nítida o posicionamento do jornal contra a reeleição de Jango que, ainda teria dois anos de governo pela frente, pelo menos isso era o que o jornal acreditava, nesse momento. Ademais, a palavra "estéril" começa a aparecer em diversos momentos apontando para o governo de Goulart como se nada pudesse produzir.

*Percam as esperanças os que insinuem a necessidade de o atual presidente poder disputar o cargo de novo em 1965. **As forças democráticas da nação**, que em outras ocasiões lutaram contra essa alteração nas regras do jogo, **não o permitirão**. (...) Quem mais acreditará na sinceridade da pregação pró-reforma agrária do sr. João Goulart? Não haverá motivos muito fortes para supor que a questão agrária serviu apenas de pano de fundo para disfarçar o objetivo principal, o continuísmo? (...) Depois, é preciso lembrar, por mais condescendência que se tenha com o atual governo da República, que ele não chegou a iniciar, de fato, nenhuma obra significativa, cuja conclusão pudesse ser invocada como justificativa para sua permanência no poder por mais cinco anos. Em matéria de realizações, força é dizer, é este um dos governos mais pobres que tivemos.(...) O chefe de governo teve as prerrogativas de seu mandato plenamente restabelecidas há mais de um ano, e **nada fez senão agitar esterilmente a questão das reformas. Restam-lhe quase dois anos pela frente: se tiver algo a fazer, faça-o nesse período.** (...) Que os adeptos do presidente busquem outras maneiras de lisongear-lo ou de atrair-lhe as boas graças. **Reeleição, nunca!** (Folha de S. Paulo, 09/02/1964, grifo nosso).*

Entretanto, apesar de nesse momento não estar ciente dos movimentos golpistas que se sucederia, o jornal não mede suas críticas em relação ao presidente nos seus editoriais. Como é o caso do fragmento abaixo, o jornal aponta Goulart como mero agitador e soprador de chavões reformistas sem conteúdo que "ainda tem algum tempo para governar seriamente".

*Tem o presidente da República, até aqui mero **agitador e soprador de chavões reformistas** sem conteúdo, algum tempo ainda para governar seriamente (Folha de S. Paulo, 11/02/1964, grifo nosso).*

Além disso, o jornal reforça sua confiança nas Forças Armadas, mostrando suas características, como o fez no mês anterior. Ao fazer a análise da estrutura textual desses editoriais, no que tange ao *ethos*, no fragmento abaixo, pode-se observar que as Forças Armadas como atores sociais são construídas e identificadas pelo jornal como "núcleos de disciplina".

*A esperança está nos **núcleos de disciplina** que dificilmente permitirão que se lance na confusão o país já infelicitado por tantas crises. E esses núcleos encontram-se, **é óbvio**, nas Forças Armadas e no Parlamento, que devem vigiar atentamente os atos dos interessados, como está patente, em dividir o Brasil (Folha de S. Paulo, 14/02/1964, grifo nosso).*

Uma das temáticas que o jornal insiste em seus editoriais é a chamada comunista. No trecho abaixo, por exemplo, o editorial indica a doutrina comunista como sendo apoiada por certos setores católicos.

*Digamo-lo sem reboços: a **doutrina comunista** recebeu no Brasil, nos últimos tempos, considerável alento com o incompreensivo **apoio que obteve de certos setores católicos**. Membros do clero e leigos tidos como líderes de catolicismo andavam lendo a mesma cartilha de conhecidos comunistas, defendendo idênticas teses, usando até mesmo o jargão (Folha de S. Paulo, 14/02/1964, grifo nosso).*

Assim como no mês de janeiro, no mês de fevereiro, os editoriais também reforçam os termos "subversão" e "desordem", sempre os atrelando ao governo de Goulart. Ainda, é possível identificar mais críticas ao governo por suas "deficiências técnicas", uma vez que, o " atual governo não se tem revelado capaz" e "não tem sido bastante forte" para resolver a problemática da alta inflação, construindo simbolicamente um inimigo, um *expurgo do outro*. Em contrapartida, os termos "confiança" e "ordem" começam a surgir como necessários ao país.

*A **desordem** monetária que vem atormentando o país nos últimos anos somente seria explicável, quando vista pelos padrões clássicos, pela completa ausência de governo. Naturalmente, o problema tem outras explicações, ligadas à própria estrutura econômico-social do país bem como a fatores de ordem histórica. Nada justifica, porém, que **deficiências técnicas** e fraqueza política de governo federal continuem a permitir um desenvolvimento da inflação como o que temos tido nos últimos tempos.(...) Isso prova que **o governo não tem sido bastante forte**, politicamente, e dotado de suficiente senso de responsabilidade para resistir aos poderosos grupos que sempre reagem contra todo o programa de saneamento monetário, seja porque se beneficiam economicamente com a inflação, seja porque desejam aproveitar-se das angustias que ela causa aos setores menos favorecidos, atraindo-os para a **subversão da ordem**.(...) Em resumo a situação inflacionária exige um programa global e complexo **cuja elaboração não apresenta dificuldades insuperáveis aos especialistas existentes nos próprios órgãos governamentais**. Se mais não se fez até agora, é porque **o atual governo não se tem revelado capaz** de cumprir com o programa antiinflacionário, serio, não tem conseguido inspirar ao público a **confiança** necessária para que*

*toda nação substitua o seu atual comportamento inflacionário por uma austeridade sem a qual não se restabelecerá um mínimo de **ordem** monetária (Folha de S. Paulo, 16/02/1964, grifo nosso).*

Novamente, o editorial critica as ações do governo no que tange ao aumento do salário mínimo na tentativa de minimizar os impactos das altas taxas inflacionárias. Mais uma vez, o editorial ressalva a incapacidade do governo em controlar a inflação e aponta a necessidade de um "trabalho ordenado e consciente do governo - coisa que ainda não viram". Além disso, o editorial ainda utiliza outra metáfora ao apontar que as ações do governo são uma "tentativa de colocar a tranca na porta já arrombada", referindo-se às ações "atrasadas do governo" na busca por resolução de problemas.

*Se o governo da República deixa muito a desejar, não é certamente por falta de planos.(...) E por isso que se vê com cepticismo o programa mínimo elaborado pela chamada Frente de Apoio às Reformas de Base, com o expresso objetivo de “assegurar apoio parlamentar e popular” ao governo do sr. João Goulart, nos seus objetivos reformistas.(...) No conjunto é um lindo programa, praticamente um programa de governo, cuja execução significaria para este último uma espécie de definição. O governo do sr. João Goulart passaria, enfim, a seguir determinada orientação, da qual se poderia discordar. É certa, mas que já seria muito melhor do que a fluidez e as contradições atuais.(...) Há, pois muitas razões para cepticismo em torno do assunto. Mesmo porque não é de planos e programas ambiciosos que necessitamos, mas do **trabalho ordenado e consciente do governo – coisa que ainda não vimos** (Folha de S. Paulo, 18/02/1964, grifo nosso).*

*Temos aí o novo mínimo e desta vez acompanhado de medidas pelas quais pretende o governo defender a economia popular, mais especificamente tentando impedir que a majoração salarial concedida seja absorvida por aumentos injustificáveis de preços, que a anulariam ou a tornariam insuficiente no mesmo ato de decretação. É uma preocupação louvável, embora tardia.(...) De tal modo que os cuidados agora demonstrados pelo governo pouco mais representam que uma **tentativa de colocar a tranca na porta já arrombada**.(...) Como o **governo é e continua sendo o principal responsável pela inflação** - seja pela **incapacidade** de controlá-la, seja pelos impulsos que lhe dá - aumentar o mínimo não passa de obrigação sua.(...) Muito do esforço que o atual governo vem despendendo em prol das reformas de base - umas necessárias, outras discutíveis, outras irrealizáveis, outras ainda puramente demagógicas - deve ser canalizado para um objetivo mais simples e mais imediato, que é a contenção da inflação.(...) Faça dessa luta, o governo, sua principal meta e merecerá o reconhecimento de todos. Dê o bom exemplo para acabar com a irracional corrida entre salários e preços e por certo contará com o apoio e a colaboração da esmagadora maioria de brasileiros, para os quais o processo*

inflacionário já ultrapassou de há muito os limites do tolerável (Folha de S. Paulo, 23/02/1964, grifo nosso).

*O governo da República está **cometendo erro grave** no plano mais geral da política econômica: com medidas setoriais ou subsetoriais, está tentando corrigir efeitos ou sintomas da inflação, mostrando-se **incapaz de formular uma política global de ataque às próprias causas da inflação** (Folha de S. Paulo, 25/02/1964, grifo nosso).*

Além disso, o jornal ainda enfatiza que é contra qualquer ideia de plebiscito. Para legitimar seu argumento de que não caberia tal ação em um regime de democracia representativa, o jornal utiliza o exemplo de Hitler na Alemanha nazista. Ou seja, a *força dessa afirmativa* pode ser identificada uma vez que, indiretamente, conduz uma ameaça, ou pelo menos um alerta de que "atalhos como o plebiscito conduzem ao desconhecido, vai-se ver, bem pode ser uma ditadura", como pode-se ver observado no fragmento abaixo.

*Seja qual for, entretanto, a questão que se pretende colocar, deve-se desde logo condenar a idéia do plebiscito. O regime vigente no país é a democracia representativa, o que quer dizer que o povo se manifesta sobre os problemas nacionais através dos representantes que escolhe, em eleições livres. Se estas não são livres como deveriam ser, e os representantes do povo na realidade não o representam bem, o problema é outro: será solucionado com o aperfeiçoamento do processo eleitoral, coisa com que poucos parecem se preocupar neste país.(...) Qualquer plebiscito realizado eventualmente agora, em torno de temas que o governo tem agitado com incomum insistência, estaria sujeito à mesma distorção.(...) **Nunca é tarde demais lembrar que na Alemanha de Hitler se recorreu com freqüência aos plebiscitos. (...) Atalhos como esse, do plebiscito, conduzem ao desconhecido – que no fim, vai-se ver, bem pode ser uma ditadura** (Folha de S. Paulo, 20/02/1964, grifo nosso).*

Caminhando para o final do mês, pode-se notar que o tema da inflação é ainda recorrente, tendo em vista que para o jornal "o governo não tem sabido cumprir a exigência geral de que se contenha a inflação". Além disso, é possível observar que, alguns termos que serão maciçamente utilizados, sobretudo, no próximo mês. Já começa a surgir aqui, tais como "moral" e "confiança". Termos esses cujo conceitos, inclusive, passaram a estar no plano de fundo do golpe de Estado.

*Contudo, é preciso insistir em que a inflação não se domina apenas com medidas técnicas, isto é, o efeito destas não é automático ou decorrente de sua simples existência. A luta contra ela exige **autoridade moral**, autoridade política e o programa global a que nos referimos deve impor-se ao respeito de todos e*

*inspirar confiança e cooperação, pela força do exemplo. É sabido que essa luta exige austeridade, que deve começar na administração pública. (...) A grande maioria da nação está disposta a dar maior apoio do que parece o governo imaginar a um programa realmente saneador das finanças nacionais. **O governo é que não tem sabido utilizar esse apoio nem cumprir a exigência geral de que se contenha a inflação** (Folha de S. Paulo, 22/02/1964, grifo nosso).*

No fragmento abaixo, o jornal enfatiza sua preocupação pela educação que, no ponto de vista presente no editorial, está sendo ameaçada. Para isso, o jornal se refere aos professores com termos como "profissionais de fé comunonacionalista" que aplica a "politização no objetivo marxista", como pode se observar abaixo.

*Está em fase ainda de seleção de professores. E essa seleção tem sido o que todo mundo sabe. Só estão sendo escolhidos futuros mestres que, nas provas a que foram submetidos, fizeram uma espécie de **profissionais de fé comunonacionalista**. Esse pessoal vai aplicar o método Paulo Freire, que se presta às mil maravilhas à politização das massas analfabetas - e **politização no objetivo marxista**. (...) Doire-se como quiser a pílula, a verdade é que caminhamos para o livro único, o livro editado pelo governo, para servir às conveniências do governo e **baseado na filosofia (?)** adotada por esse governo. (...) Receberão doses maciças de **lições da ideologia** que hoje domina o MEC. (...) Denunciando esse processo de **subversão que invade as nossas escolas**, queremos chamar para ele a atenção dos educadores e pais de alunos. Que tomem ao menos consciência do que se está passando, como primeiro passo para a vigorosa reação que se impõe, antes que seja tarde demais (Folha de S. Paulo, 26/02/1964, grifo nosso).*

Desse modo, a crítica do editorial recai novamente sobre Goulart ao dizer que tudo isso para "servir às conveniências do governo e baseado na filosofia". Mais uma vez, o termo "ideologia" aparece com avaliação negativa, estando atrelado à subversão. Ainda, é possível notar a inserção do jornal em escolas, em "nossas" escolas. Isto é, o editorial enfatiza que está do mesmo lado que as escolas preocupando-se em conscientizar os educadores e pais de alunos. No quadro 5 abaixo, uma síntese é apresentada para melhor observação da análise.

Quadro 5: Síntese da análise tridimensional do mês de Fevereiro

| | | |
|------------------|--------------|--|
| FEVEREIRO | TEXTO | Tendo os aspectos dessa dimensão, foi possível identificar quatro elementos na construção do mês, pelo jornal: <i>transitividade</i> : uma vez que o jornal se coloca como parte do povo ao pronunciar "nosso país" com a voz |
|------------------|--------------|--|

| | | |
|--|---------------------------|---|
| | | <p>ativa;</p> <p><i>modalidade</i>: com a discussão sobre a inflação, o jornal vai apontar que "nada indica que o governo pretende combatê-la seriamente", no qual sem o uso de modalizadores mostra que o jornal se compromete com essas afirmativas.</p> <p><i>metáfora</i>: utilizando termos como "asfixiados" para fazer referência aos milhões de trabalhadores que estavam sofrendo o impacto da alta inflação; ainda, ao afirmar que o "demagógico projeto equivale a jogar poeira nos olhos da nação" para apontar o interesse do governo em cegar, confundir ou distrair a nação .</p> <p><i>ethos</i>: ao analisar esse elemento, é possível observar que as Forças Armadas como atores sociais são construídas e identificadas pelo jornal como "núcleos de disciplina", de forma positiva;</p> |
| | PRÁTICA DISCURSIVA | <p>Esse mês foi marcado pelos editoriais que reforçam os termos "subversão" e "desordem", sempre os atrelando ao governo de João Goulart. Ainda, é possível identificar mais críticas ao governo em que o jornal o aponta como deficiente, incapaz e fraco para resolver a problemática da alta inflação. Em contrapartida, os termos "confiança" e "ordem" começam a surgir como necessários ao país. Desse modo, é possível analisar a força das afirmativas feitas pelo jornal, através da ameaça, ou pelo menos um alerta de que "atalhos como o plebiscito conduzem ao desconhecido, vai-se ver, bem pode ser uma ditadura".</p> |
| | PRÁTICA SOCIAL | <p>Com relação a terceira dimensão, foi possível identificar duas estratégias de construções simbólicas ideológicas:</p> <p><i>expurgo do outro</i>: em que os homens do governo são colocados, pelo jornal, na construção de um inimigo, aqueles que estão do outro lado;</p> <p><i>simbolização da unidade</i>: o jornal constrói uma noção de identidade coletiva em "as forças democráticas da nação" ao afirmar que estas não permitirão alterações nas regras do jogo das reeleições.</p> |

Fonte: elaborado pela autora.

Nesse sentido, foi possível identificar alguns indícios do posicionamento do Jornal Folha de S. Paulo no mês de Fevereiro sobre o contexto político em que estava inserido. De acordo com a análise realizada, percebe-se que, nesse momento, o jornal continua a construir o governo de João Goulart de forma negativa e inicia a construção das Forças Armadas de forma positiva. Desse

modo, os editoriais reforçam os termos "subversão", "comunismo" e "desordem", sempre os atrelando ao governo de Jango. Nesse sentido, no mês de Fevereiro o jornal continua a construir os homens do governo como um inimigo da nação.

4.3. Março: “Comício-provocação”

O mês de março, como já visto na historiografia apresentada, é um mês repleto de acontecimentos relevantes para a efetivação do golpe de Estado. O jornal Folha de S. Paulo, por sua vez, continua anunciando a gravidade do momento econômico e político que país estava passando, sempre criticando as ações do governo.

*O Estado tem sido tantas vezes posto a serviço de interesse dos outros, que **ninguém mais acredita em sua recuperação**. (...) A luta política fica assim bem caracterizada, onde não se devia cogitar de política partidária, mas no atendimento dos interesses do trabalhador.(...) O governo que aí se acha instalado no poder, fazendo por vezes, mediante alguns de seus porta-vozes, **propaganda nitidamente subversiva**, é um governo eminentemente trabalhista. Ou assim se diz. O que ressaltamos é, pura e simplesmente, a demonstração que mais uma vez se dá ao público de que, em verdade, toda essa máquina, tão cara e tão ineficiente, está muito longe de atender aos elevados fins para que foi criada, presa que se acha da mais miúda política partidária. (...) Enquanto assim for, enquanto o governo “trabalhista” não conseguir endireitar sequer esse setor básico do trabalhismo, como poderá esperar que o povo acredite no que ele fala a respeito de reforma agrária, de reforma urbana, de reforma de tudo, inclusive da Constituição? (Folha de S. Paulo, 01/03/1964, grifo nosso).*

No fragmento acima, é possível notar uma estratégia de construção simbólica do jornal. Em "ninguém mais acredita em sua recuperação" ao se referir ao Estado, o autor do texto utiliza uma estratégia de unificação ao trazer a *simbolização da unidade*, isto é, constrói uma identificação coletiva que, pode não necessariamente existir. Como também, fala como se o Estado estivesse doente. Além disso, já no primeiro dia do mês, o termo "subversiva" já aparece fazendo referência à negatividade do governo vigente. Assim, como pode-se também observar no fragmento abaixo, o uso dos termos "radicalizações", "agitação", "subversão" e "desordem" estão sempre ligados às "atividades comunistas" e à "infiltração comunista". O que corrobora a afirmação de Campos (2018) de que grande parte da grande imprensa brasileira se opôs ao governo de Goulart, referindo-se a um suposto perigo comunista e ao caos administrativo no período.

As **radicalizações** das posições políticas no Brasil estão-se aproximando dos **limites sumamente perigosos**. (...) Não se podem alimentar ilusões sobre a nociva **atividade do comunismo** neste país, ou daqueles setores que, a ele aliados, lhe servem aos desígnios. Aí estão o desvirtuamento dos sindicatos, as falsas organizações sindicais que montaram uma fábrica nacional de greves, **a infiltração comunista na administração federal**. (...) Aí está a luta pelas chamadas reformas de base totalmente descaracterizada e transformada em pretexto para **agitação e subversão da ordem**. (...) Condene-se a **desordem**, venha de onde vier, a intolerância, seja qual for a máscara que use, a exploração do homem pelo homem, a perpetuação da miséria, o exacerbamento dos ódios. (...) Mais vezes merecem críticas os **radicalismos de esquerda** que os de direita. É que eles são **mais agressivos, mais provocadores, mais danosos ao país**. **Recebem hoje, é inegável, o beneplácito do governo federal e por isso são mais perigosos. A cada dia se tornam mais ousados nos ataques à iniciativa privada, por exemplo, cuja destruição significaria também a ruína do governo democrático** (Folha de S. Paulo, 06/03/1964, grifo nosso).

Além disso, o fragmento acima ainda chama atenção para uma avaliação do jornal quanto aos radicalismos. Para o editorial, "mais vezes merecem críticas os radicalismos de esquerda que os de direita". Isso porque, "são mais agressivos, mais provocadores" e além de tudo, ainda estão sendo chancelado pelo governo, o que demonstrava, na visão do jornal, um perigo iminente e, um perigo eminente que não pode ser negado. O último trecho "a cada dia se tornam mais ousados nos ataques à iniciativa privada", referindo-se aos radicalismos de esquerda que remete e se reforça a afirmação de Ferreira e Gomes (2014) de que os empresários ficavam cada vez mais receosos diante do poder dos sindicatos de desencadear greves. Desse modo, o anticomunismo foi usado para difundir o medo de uma possível passagem do regime capitalista para o comunista (ABREU, 2005).

Tendo em vista o comício que estava sendo preparado para o dia 13 de março, os editoriais que antecederam essa data já começaram o anunciar como sendo uma escolha errada, perigosa e inconveniente do presidente. No trecho abaixo, pode-se observar o conselho do jornal de que seria melhor até cancelá-lo.

O ideal seria que o sr. João Goulart compreendesse todos os inconvenientes da concentração e usasse de suas ascendência sobre os promotores para cancelá-la, pura e simplesmente.(...) Aprofunda-se assim o abismo que hoje separa o governo federal do da Guanabara, o que só satisfaz aos partidários do caos. (...)

Entre os organizadores do comício estão notoriamente algumas das entidades mais comprometidas com o extremismo de esquerda. (...) Ao lado disso tudo, o próprio clima criado em torno do comício desaconselha a sua realização. (...) Por alguns instantes, chega-se a pensar na possibilidade de atos de terrorismo, prática que felizmente, até aqui esteve completamente fora das nossas tradições de lutas políticas. (...) O sr. João Goulart não deve ignorar todas essas coisas. Se tem providências de larga repercussão a anunciar, ou decretos de conteúdo polêmico a assinar, não é necessário que o faça em praça pública, no ambiente intranquilizador que está cercando, significativamente, esse comício de sexta-feira, 13 (Folha de S. Paulo, 07/03/1964, grifo nosso).

Além disso, o jornal é enfático ao atrelar o comício à entidades de extrema esquerda. Todavia, como aponta Skidmore (2010), o objetivo de Goulart com esse comício era convocar as forças populares a fim de retomar o crescimento econômico do país com as reformas de base propostas. Entretanto, nas páginas editoriais do jornal Folha de S. Paulo, muitas críticas vieram sobre esse evento e sobre a "desorientação do governo" e de sua "deficiência", em diferentes momentos, como se observa também no fragmento abaixo.

A falta de um planejamento de medidas de conjunto na frente econômico-financeiro constitui evidente indicio de desorientação do governo federal. (...) Como se não bastasse, frequentemente autoridades federais tomam novas atitudes contraditórias que vêm agravar problemas não solucionados por outras medidas. (...) É sabido que a improvisação tem longa tradição em nossa vida política e administrativa, e talvez seja ingenuidade pretender que ela desapareça do dia pra noite. Mas o próprio governo federal tem mais recursos, tanto humanos como técnicos e de organização, do que se está utilizando. Trata-se mais **de deficiência** no plano da formulação da política geral e na coordenação de cúpula de órgãos de serviços, do que propriamente de falta de homens capazes (Folha de S. Paulo, 08/03/1964, grifo nosso).

Outro aspecto pertinente nesse mês é a discussão sobre a possível reeleição do presidente. O jornal aponta as bases para essa cogitação como "falsas e até impatrióticas" visto que pela constituição Goulart era inelegível. Desse modo, o jornal ainda culpa o presidente em exercício por permitir essa "impatriótica agitação" em torno de uma possível reeleição. Cabe ainda salientar que o uso dessa dicotomia patriota *versus* impatriota é muito abordado ao longo dos editoriais, fazendo refletir sobre quem o jornal, naquele momento, considerava patriótico ou não patriótico.

*Tem bases inteiramente **falsas e até impatrióticas** o movimento a que determinados setores da esquerda, ligados ao sr. João Goulart, vêm procurando dar consistência nos últimos dias: o de que a reeleição do atual presidente, em 1965, representa uma "solução" para os problemas eleitorais das forças que a si se intitulam populistas, progressistas, nacionalistas e coisas parecidas. (...) O sr. João Goulart, por força da constituição, é ilegível no próximo pleito. (...) Em qualquer uma dessas hipóteses, **é impatriótica a agitação**. E é nesse ponto que se faz evidente a responsabilidade do sr. João Goulart, ao qual não é lícito, por ação ou omissão, estimular a atividade de seus pretensos amigos (Folha de S. Paulo, 10/03/1964, grifo nosso).*

Sobre o pronunciamento de Goulart do dia 9 de março, em que o presidente apontou "medidas para conter a inflação, solucionar a crise cambial, aumentar as exportações, combater a sonegação de impostos e renegociar a dívida externa visando a equilibrar a balança de pagamentos" (FERREIRA & GOMES, 2014, p.246), algumas avaliações positivas são feitas pelo jornal. Isso porque, para o editorial o presidente utilizou de "linguagem serena e objetiva". Diferentemente do que se espera do comício esperado para o dia 13, no qual, "justifica apreensões".

*O discurso do dia 9 foi efetivamente um diálogo com todos os brasileiros. O chefe da nação, **em linguagem serena e objetiva**, expôs as providências que tomou ou pretende tomar para saneamento das finanças nacionais, depurando-as do tom polêmico de outras oportunidades. (...) Já os preparativos que se fazem para o próximo pronunciamento do chefe da nação, sexta-feira próxima, dia 13, até aqui apenas **justificam apreensões**. Entre o João Goulart de anteontem e aquele que o noticiário dos jornais esboça para depois de amanhã, parece haver um abismo. **E se a nação tivesse que escolher**, preferiria sem sombra de dúvidas o do dia 9. (...) Repitamos: anteontem o presidente dialogou com todos os brasileiros. Façamos votos para que depois de amanhã **não dialogue com uma minoria de brasileiros, aquela que deseja incendiar o país e que está muito longe de representar os legítimos anseios da nação** (Folha de S. Paulo, 11/03/1964, grifo nosso).*

O jornal, mais uma vez, utiliza a estratégia de *simbolização da unidade*, ao dizer "se a nação tivesse que escolher" e referir-se aos "legítimos anseios da nação". Isso porque, o jornal está se inserindo como parte e construindo uma identidade coletiva. Além disso, o jornal, passa a indicar o diálogo do presidente como tendo inclinação para a minoria de brasileiros, ou seja, a extrema esquerda, que "deseja incendiar o país". Desse modo, sobre no dia 13 de março, sobre o comício que viria acontecer no final do dia, o jornal, emite o posicionamento do editorial abaixo, que teve por título o comício-provocação.

Surdo ao bom-senso, preferiu o sr. João Goulart prestigiar uma iniciativa vista com justificada apreensão **por toda a opinião pública** nacional que não se deixa embair pela pregação de **uma dúzia de extremistas interessados em subverter o regime.** (...) Os preparativos para a reunião desta tarde reforçaram as razões dos que lamentam o envolvimento do governo em assuntos dessa natureza. É com dolorosa sensação de perplexidade que se observa, por assim dizer, numa **ação conjunta do Partido Comunista e do Exército, de organismos sindicais comunizados e das nossas Forças Armadas.** (...) O **radicalismo de esquerda**, cuja tina flor deve comparecer no palanque, parece empenhado em **atiçar o radicalismo de direita** para a prática de atos insensatos. (...) Tudo indica, porém, que cairão no vazio das palavras e atitudes desafiadoras previstas hoje. (...) **É duvidoso que compareçam aqueles que honesta e seriamente se preocupam com os verdadeiros problemas nacionais.** Estes (e entre eles se incluem muitos que estão de acordo com as próprias teses do governo) preferirão assistir de longe o espetáculo, que **lembra as maciças concentrações populares organizadas e dirigidas para sustentar ditadores ou aspirantes a tal** (Folha de S. Paulo, 13/03/1964, grifo nosso).

No trecho acima alguns relevantes aspectos podem ser analisados. Primeiramente, que novamente, o jornal se utiliza da estratégia *simbolização da unidade* ao indicar a apreensão de "toda a opinião pública brasileira", construindo uma identidade homogênea e coletiva. Além disso, é possível notar o uso da estratégia *expurgo do outro* realizando uma construção simbólica de um inimigo em "uma dúzia de extremistas interessados em subverter o regime". Isto é, o jornal se encontra do lado de toda nação e das "nossas Forças Armadas" enquanto o inimigo é o que está do outro lado, numa ação conjunta do "Partido Comunista" e dos "organismos sindicais comunizados". Em terceiro lugar, observa-se à *avaliação* do editorial de que seria "duvidoso que compareçam aqueles que honesta e seriamente se preocupam com os verdadeiros problemas nacionais", ou seja, estariam presentes apenas os que estivessem ao lado dos extremistas. Por fim, o editorial ainda compara o comício com as concentrações populares "organizadas para sustentar ditadores ou aspirantes a tal", mostrando sua inclinação à construção de uma possível ditadura comunista.

O editorial do dia seguinte ao comício levanta a discussão sobre a finalidade de tal evento. Assim como abordado na historiografia, fica claro a partir de então o explícito apelo do jornal Folha de S. Paulo por alguma ação por parte das Forças Armadas, uma vez que resta saber se "preferirão ficar com o

sr. João Goulart, traíndo a Constituição e a pátria, ou permanecer fiéis àquilo que devem defender, isto é, a Constituição, a pátria e as instituições.

*Depois de uma longa, sensacionalista e até por vezes **ridícula preparação psicológica**, realizou-se sem maiores incidentes, como era de se esperar, **o comício que as esquerdas promoveram** na Guanabara.(...) A pregação reformista de sempre, sem o menor esforço para dar-lhe o conteúdo pelo qual se interessam tantos brasileiros sinceros, que reconhecem a necessidade de muitas reformas, porém feitas com honestidade. E nessa pregação, os ataques costumeiros à Constituição que o presidente jurou defender e respeitar, **e a afirmação, sem dúvida lamentável de que a multidão vale mais que a Constituição.** (...) E para não falar também das referências à **legalização do comunismo no país.** (...) É tempo de perguntar qual a finalidade desse comício. Assinar os decretos da SUPRA e das desapropriações de refinarias particulares constituiria na verdade ato que, por mais transcendental que o considere o governo, dispensaria o **espetáculo e o cenário organizados à custa do dinheiro do povo.** Com mais dignidade far-se-ia a assinatura longe do ambiente de agitação e passionalismo do comício. (...) **É que a organização e o tom do discurso têm muito dos movimentos que os candidatos a ditador seguem, para matar a democracia.** (...) **O comício de ontem, se não foi um comício de pré-ditadura, terá sido um comício de lançamento de um espúrio movimento de reeleição do próprio sr. João Goulart.** Resta saber **se as Forças Armadas, peça fundamental para qualquer mudança desse tipo, preferirão ficar com o sr. João Goulart, traíndo a Constituição e a pátria, ou permanecer fiéis àquilo que devem defender, isto é, a Constituição, a pátria e as instituições** (Folha de S. Paulo, 14/03/1964, grifo nosso).*

Ainda sobre o fragmento acima, pode-se observar a enfática afirmação do editorial de que foram as esquerdas que promoveram o comício, depois de uma "ridícula preparação psicológica", novamente com um tom de crítica ao governo. Além disso, o editorial já parte do pressuposto de que para o governo a multidão vale mais do que a Constituição. Isto é, por sugerir mudanças na Constituição, Goulart foi interpretado como golpista, conforme aponta Skidmore (2010). Por sua vez, o jornal também *avalia* que o tom do discurso "tem muito dos movimentos que os candidatos a ditador seguem, para matar a democracia", como fez em editorial anterior a esse. Por fim, reforça seu posicionamento de que "se não foi um comício de pré-ditadura, terá sido um comício de lançamento de um espúrio movimento de reeleição do próprio sr. João Goulart". Isso porque, em seu discurso, segundo Ferreira e Gomes (2014), Goulart defendeu a necessidade de se revisar a Constituição, para viabilizar as reformas agrária, tributária, eleitoral e outras.

*Todas as restrições que se fazem à pregação reformista do presidente da República não implicam em negar a importância de certas reformas. (...) Já se tem assinalado uma das maiores anomalias institucionais de nossos dias, **que é o presidente governando por decretos, que modificam e anulam leis** (Folha de S. Paulo, 17/03/1964, grifo nosso).*

Nas páginas editoriais do jornal, o posicionamento da Folha de S. Paulo começa então a ficar nítido. Sobre as reformas no congresso, o jornal enfatiza que não nega a importância das reformas. Todavia, o jornal argumenta, com afirmações não *modalizadas* que o presidente vem "governando por decretos, que modificam e anulam leis", mostrando seu grau de comprometimento com a afirmativa. Entretanto, apesar das críticas, o jornal aponta ser contra o impeachment do governo.

***O impedimento não deve ser cogitado**, por numerosas outras razões, muito mais sérias, e entre elas a que ele, no momento, **apenas serviria aos interesses dos que querem tumultuar o país e criar clima para a subversão.** [...] a cegueira política, os compromissos ideológicos, os interesses de facção fazem com que uns neguem com veemência **notórios excessos que o sr. João Goulart vem praticando**, e outros **considerem sistematicamente criminosos os mais rotineiros atos do presidente.** (...) O que deve ter em vista é que o Parlamento Nacional, por seus erros, suas omissões e suas acomodações, tem de certo modo contribuído para os atos do sr. João Goulart que agora seriam caracterizados como crimes de responsabilidade, capazes de justificar o impedimento. (...) **"Impeachment, não. Já há fogueiras acesas em demasia, para que se lance mais combustível a elas** (Folha de S. Paulo, 19/03/1964, grifo nosso).*

De acordo com o jornal, o impedimento só serviria "aos interesses dos que querem tumultuar o país e criar clima para a subversão". Por isso, apesar dos "notórios excessos que o sr. João Goulart vem praticando", o jornal levanta a bandeira "Impeachment, não". Isso porque, para o jornal, isso só jogaria mais combustível às fogueiras acesas, ou seja, a *metáfora* aponta para um crescimento da complexidade política já vivenciada no país.

***Acertaram, sem dúvida**, as organizações femininas que prepararam para hoje a chamada "Marcha da Família", que deverá significar, não um desafio ou uma provocação ao governo constituído, mas a demonstração de que **a grande massa da população brasileira** não se vê sem protesto as manifestações de desrespeito às instituições nacionais, empreendidas por agentes do próprio governo e até mesmo pelo presidente da República. (...) Não é de hoje que se denuncia a atuação, **na cúpula federal, de tendências comunistas**, as quais explicam muitas das agitações entretidas em todo o país, com imensos*

*prejuízos para a economia nacional. (...) há uma pregação de reformas, tantas delas necessárias - e este jornal já tentou defini-las mediante o esforço de grandes especialistas num congresso memorável - feita em termos que deixam claro que o que menos importa são as reformas em si mesmas, mas determinados frutos políticos que favoreçam, talvez, o **continuismo de um mesmo político no poder e a implantação, no país, de uma estrutura antidemocrática.** (...) Se todos os que estão em desacordo com aqueles rumos saírem às ruas, **em ordem, em todo território nacional**, logo verá o sr. João Goulart que o povo não é apenas aquela multidão que os pelegos comandam. **E perceberá a extensão dos seus erros e, queira Deus, percebendo-a, passe a empenhar-se em melhor governar** (Folha de S. Paulo, 19/03/1964, grifo nosso).*

Outro evento que os editoriais abordaram foi a Marcha da Família com Deus pela liberdade, sendo apresentado como o evento de maior representativo de democracia. O editorial, mais uma vez, utiliza o elemento de *avaliação* ao apontar que "acertaram, sem dúvidas" os responsáveis pelo evento. Além disso, mais um vez retoma, o posicionamento homogêneo e coletivo, através da *simbolização de unidade* em "grande massa da população brasileira. Ademais, ainda reforça a preocupação de uma intenção continuísta por parte de Goulart. Ainda, o jornal sugere que "se todos os que estão em desacordo com aqueles rumos saírem às ruas, em ordem, em todo território nacional, logo verá o sr. João Goulart que o povo não é apenas aquela multidão que os pelegos comandam", fazendo referência à esquerda. Por fim, espera-se que assim o governo perceba a extensão de seus erros e "passe a empenhar-se em melhor governar. Aqui, tem-se uma pista de que o jornal nesse momento, apesar de todas as críticas e insatisfação, não tinha dimensão do que estaria por vir.

*Poucas vezes ter-se-á visto no Brasil tão grande multidão na rua, para exprimir **em ordem um ponto de vista comum**, um sentimento que é de todos, como a que ontem encheu o centro da cidade de São Paulo, na "Marcha da Família com Deus e pela liberdade". (...) **Ali estava o povo mesmo, o povo povo**, constituído pela reunião de todos os grupos que **trabalham pela grandeza da pátria**, cioso de suas tradições e de suas crenças e consciente de seus destinos democráticos. (...) **Aquele mar humanoformou-se espontaneamente**, pelo natural desembocar de afluentes vários, surgidos dos bairros e do interior, nascidos nas mais diversas fontes. (...) O povo não estava na rua para desafiar, para tripudiar, para forçar, para ameaçar. Estava pura e simplesmente para afirmar-se e afirmar sua crença. Para definir seus ideais e para mostrar, enfim, que o sentido do vocábulo povo não por mais tempo ser desvirtuado, deixando de significar a população como um todo, **unida pelos mesmos sentimentos de nacionalismo, pela mesma fé no trabalho, pela mesma***

capacidade de sofrer pela pátria, para definir apenas as suspeitas multidões arregimentadas para as greves políticas e para os comícios subversivos, essas multidões que os encarregados de defender a Constituição proclamam estarem acima da Constituição.(...) Não, **era o povo que reconhece a necessidade de muitas reformas e prega a melhor adequação de muitas leis às necessidades do país** (Folha de S. Paulo, 20/03/1964, grifo nosso).

A lição de tirar do acontecimento é uma só: continuam vivas as tradições cívicas do **povo brasileiro**, de que o paulista é uma amostra.(...) Não se veja na passeata nenhuma provocação a quem quer que seja. (...) **Povo, apenas povo**, dissemos num primeiro editorial sobre o assunto, compareceu às ruas para fazer a "Marcha da Família".(...) Tentará caracterizá-la como uma "demonstração de reacionários", ou "conservadores", ou defensores de estruturas arcaicas"? Ou irá ignorá-la? Ou procurará responder a ela com outros "gigantescos" comícios organizados pelos comunistas, aparatosamente policiados pelas Forças Armadas, financiados pelos cofres públicos e presenciados por massas cuidadosamente industriadas para aplaudir os ataques à Constituição? (...) **O melhor que tem a fazer é escutá-lo, no mínimo com a mesma atenção com que escutou a multidão do comício central.** (...) Se o problema é de plebiscitos, a "Marcha da Família" pode ser encarada como uma espécie deles. O pronunciamento livre de uma grande parcela do povo está aí. **Queiram os céus que o governo saiba ouvi-los** (Folha de S. Paulo, 21/03/1964, grifo nosso).

Ferreira e Gomes (2014) confirmam que nessa marcha havia ainda um expressivo número de faixas com mensagens legalistas e anticomunistas, como lemas em defesa da Constituição e do Congresso Nacional. Em seu discurso, o jornal aponta que "ali estava o povo mesmo, o povo povo", "povo, apenas povo", isto é, aqueles que "trabalham pela grandeza da pátria", uma multidão "unida pelos mesmos sentimentos de nacionalismo, pela mesma fé no trabalho, pela mesma capacidade de sofrer pela pátria". Nessas afirmativas é possível observar a estratégia de *universalização* em que o jornal aponta os interesses específicos daqueles que estavam na marcha como sendo interesses gerais, de toda a sociedade. Além disso, em "aquele mar humano formou-se espontaneamente" o jornal Folha de S. Paulo utiliza a estratégia de *naturalização* em que apresenta uma construção social como um acontecimento natural.

Por fim, o jornal aponta que o melhor que o governo tem a fazer é escutar o povo presente na marcha "no mínimo com a mesma atenção com que escutou a multidão do comício central" e que "queiram os céus que o governo saiba ouvi-los". Ainda, nos fragmentos acima, é possível observar que os próprios editoriais

vêm construindo a relação dicotômica entre ordem *versus* desordem, liberdade *versus* opressão, povo *versus* multidão. Isso no sentido de fazer um comparativo entre o Comício do dia 13 e a Marcha da Família, no qual, esse é patriótico e aquele impatriótico.

Sabe o presidente da República que ninguém, ou pelo menos nenhuma expressiva maioria, deseja pô-lo abaixo.(...) O povo quer eleições, em que possa, no devido tempo, escolher o presidente que dentro da lei e da ordem, deverá suceder o sr. João Goulart. Não há fantasmas nisso. Por que, então, a espécie de pânico revelado pelos homens do governo? (Folha de S. Paulo, 22/03/1964, grifo nosso).

No trecho acima, é possível reforçar a afirmativa de que o jornal Folha de S. Paulo ainda não sabia o que se sucederia no panorama político do país. Isso porque, o editorial aponta que "ninguém, ou pelo menos nenhuma expressiva maioria, deseja pô-lo abaixo". De acordo com as afirmativas desse editorial, a intenção era de uma eleição "dentro da lei e da ordem" para o sucessor de Goulart.

A conclusão é clara: entre a Constituição e o povo não existe mais o Congresso, porém apenas o presidente da República que assessorado pelo seu ignorante e audacioso ministro, baixa decretos que na realidade são decretos-lei. Esta é a legalidade do governo federal. Não é a legalidade como a entendem os juristas. Não é a legalidade como se há de entender no regime democrático em que os três poderes básicos têm funções definidas, independentes entre si, porém harmônicas. Não é a legalidade da Constituição (Folha de S. Paulo, 25/03/1964, grifo nosso).

Ninguém pode subestimar a gravidade do momento que o Brasil atravessa. (...) Esse povo, entretanto, já demonstrou em muitas ocasiões que não está disposto a servir de massa de manobra de aventureiros inconscientes. (...) O povo não quer golpes, não quer revoluções, não quer soluções que impliquem em restrições às liberdades individuais, não quer o paroxismo de discussões que colocam em risco a integridade nacional (Folha de S. Paulo, 27/03/1964, grifo nosso).

Entretanto, nos editoriais seguintes, seguindo para o final do mês, o editorial já começa a falar de ilegalidade nas ações do governo. Assim, um governo de esquerda que ameaçava a Constituição, a família e a religiosidade dos brasileiros, prometendo uma autêntica "comunização" do país, passa a ser propagado, em consonância com o que apontam Ferreira e Gomes (2014), como se observa nos editoriais acima.

*A solução dada pelo presidente da República à crise na Marinha de Guerra tem todas as características de uma capitulação. **A indisciplina saiu vitoriosa, e aos indisciplinados só falta conceder medalha de honra ao mérito.** (...) A falta de pulso na repressão a esses movimentos conduz a sua repetição: **a indisfarçável simpatia do governo federal pelos rebeldes significa-lhes precioso estímulo.** Em relação à área militar, as ações das autoridades da República têm contribuído poderosamente para jogar subalternos contra oficiais, comandados contra comandantes. Só faltava, talvez, erigir o CGT em árbitro de problemas estritamente afetos às Forças Armadas. Nem isso, infelizmente, falta mais (Folha de S. Paulo, 29/03/1964, grifo nosso).*

*O presidente da República na sua condição de comandante supremo das Forças Armadas, subverteu esse processamento. Ansioso, talvez, por colocar ponto final na crise, pretendeu oferecer ao problema uma **solução que era pura e simplesmente capitulação perante a rebeldia, um prêmio aos rebeldes e estímulo à indisciplina.** (...) Estas notas não devem encerrar-se sem uma palavra de confiança na solução pacífica da crise. **Talvez ela já se tenha aprofundado até níveis perigosos, mas em todos os setores responsáveis pelos destinos nacionais deve haver uma reserva de bom senso que lhes permita enxergar o caminho a seguir. É essa a sincera convicção dos que querem ver restabelecidas nas Forças Armadas as tradições de disciplina que lhes asseguram a confiança e o respeito de toda nação** (Folha de S. Paulo, 31/03/1964, grifo nosso).*

Um último evento no mês e prenúncio do golpe de Estado foi a revolta dos marinheiros, dado para Ferreira e Gomes (2014) como a gota d'água que fez o copo transbordar. Isso porque, diante da rebelião dos marinheiros, a atitude do presidente foi interpretada com um ato que dava continuidade à quebra da disciplina e hierarquia nas Forças Armadas. Desse modo, os editoriais dos jornais da grande imprensa, assim como o da Folha de S. Paulo analisados aqui, atacavam duramente o presidente João Goulart. Para o jornal, "a indisciplina saiu vitoriosa". Todavia, o jornal aponta seu desejo de se ver "restabelecidas nas Forças Armadas as tradições de disciplina que lhes asseguram a confiança e o respeito de toda nação". Nesse sentido, no quadro abaixo é possível observar uma síntese da análise tridimensional desse mês.

Quadro 6: Síntese da análise tridimensional do mês de Março

| | | |
|--------------|--------------|--|
| MARÇO | TEXTO | <p>Tendo os aspectos dessa dimensão, foi possível identificar dois elementos na construção do mês, pelo jornal:</p> <p><i>avaliação:</i> o jornal avalia como "impatriótica agitação" em torno de uma possível reeleição de Goulart. Bem como,</p> |
|--------------|--------------|--|

| | | |
|--|----------------------------------|---|
| | | <p>acerca do comício avalia que apenas estariam presentes os que estivessem ao lado dos extremistas. Desse modo, o jornal também <i>avalia</i> que o tom do discurso apontando como o tom que os candidatos a ditador seguem, para matar a democracia. Ainda, sobre a marcha da família, o jornal aponta que "acertaram, sem dúvidas" os responsáveis pelo evento;</p> <p><i>modalidade:</i> o jornal argumenta, com afirmações não <i>modalizadas</i> que o presidente vem "governando por decretos, que modificam e anulam leis", mostrando seu grau de comprometimento com a afirmativa.</p> |
| | <p>PRÁTICA DISCURSIVA</p> | <p>Esse mês foi marcado pelo uso dos termos "radicalizações", "agitação", "subversão" e "desordem" sempre ligada às "atividades comunistas" e à "infiltração comunista" no governo. Ainda, reforça seu posicionamento de que "se não foi um comício de préditadura, terá sido um comício de lançamento de um espúrio movimento de reeleição do próprio sr. João Goulart".</p> |
| | <p>PRÁTICA SOCIAL</p> | <p>Na terceira dimensão, foi possível identificar três estratégias de construções simbólicas ideológicas:</p> <p><i>universalização:</i> em seu discurso, sobre a marcha da família, o jornal aponta que "ali estava o povo mesmo", "povo, apenas povo", como os que "trabalham pela grandeza da pátria", apontando os interesses específicos daqueles que estavam na marcha como sendo interesses gerais, de toda a sociedade;</p> <p><i>simbolização da unidade:</i> o jornal constrói uma identificação coletiva, ao apontar que "ninguém mais acredita em sua recuperação" ao se referir ao Estado e, ainda, ao indicar a apreensão de "toda a opinião pública brasileira" acerca do comício do dia 13;</p> <p><i>naturalização:</i> o jornal utiliza essa estratégia em "aquele mar humano formou-se espontaneamente", no qual, apresenta uma construção social como um acontecimento natural.</p> |

Fonte: elaborado pela autora.

Nesse sentido, foi possível identificar alguns indícios do posicionamento do Jornal Folha de S. Paulo no mês de Março sobre o contexto político em que estava inserido. De acordo com a análise acima, foi possível perceber que, nesse momento, o jornal critica fortemente o comício do dia 13 e o compara como o discurso de ditadores que querem acabar com a democracia. Ainda, constrói a marcha da família como uma demonstração do povo de insatisfação

com as ações do governo, reforçando a crise política do país sobre o comando de Goulart. É possível observar ainda termos como "disciplina", "confiança" e "respeito" já nos últimos editoriais no mês, que vão acompanhar grande parte dos votos do jornal no caderno especial e nos editoriais do mês a seguir.

4.4. O caderno Especial "64: o Brasil continua"

A edição do Caderno Especial do Jornal Folha de São Paulo possui 44 páginas e foi publicado no dia 31 de Março de 1964. Inicia-se com a figura de pessoas caminhando e com o enunciado "64 – Brasil continua" preenchendo toda capa, a fim de promover o potencial de desenvolvimento do Brasil. Em termos de estrutura, esse suplemento é um embricamento de reportagens, editoriais e propaganda de empresas. Por exemplo, já na segunda página, ainda antes do editorial do jornal presente na página três, contém uma mensagem das Indústrias Romi S.A comemorando seus 20 anos de exportação.

Figura 1: Algumas páginas do Caderno Especial "64 – Brasil Continua".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1711840/CA



Fonte: Folha de S. Paulo (31/03/1964)

No sumário, apresentado na página quatro, o jornal já aponta quais assuntos seriam tratados ao longo do Caderno, fazendo um panorama do cenário político e econômico visualizado pelo jornal. O progresso da indústria de adubos, os 10 mil quilômetros de novas estradas, a capacidade produtiva da energia elétrica, o parque siderúrgico como líder da América-latina e como terceira força industrial do país, o faturamento dobrado da indústria químico-farmacêutica, a força da construção civil estimulando os setores industriais, o Brasil como exportador de ferro, entre outros, foram os conteúdos abordados por todo caderno.

Desse modo, à medida que o jornal publicava informações acerca destes tópicos, uma série de empresas comprava espaço no Caderno para apresentar mensagens de crescimento, confiança, esperança, desenvolvimento e futuro, termos que já haviam sendo anunciado nos editoriais antecedentes. General Motors do Brasil S.A, Mercedes-Benz do Brasil S.A, Ford, Erontex Exportação Ltda., Squibb Indústria Química S.A, Banco Itaú S.A, Banco Colonial de São Paulo S.A, CIA Ultragaz S.A, Metalúrgica Triângulo S.A, São Paulo Light S.A, RCA Eletrônica Brasileira S.A, Krupp Metalúrgica Campo Limpo S.A, Aços Villares, Laboratórios Pfizer, Usiminas, Esso, Grupo Votorantim, foram algumas das empresas que fizeram parte da composição desse Caderno Especial.

A conexão entre a participação dessas empresas no presente caderno e o momento político – véspera do golpe (DIAS, 2013), pode ser pensada através da aliança estabelecida entre elite empresarial brasileira e os setores de repressão ainda antes do golpe, com a criação do IPES (BORTONE, 2018; COSTA & SILVA, 2018; DREIFUSS, 1981). Dessa forma, cabe salientar que o apoio das empresas também foi oferecido, conforme aponta Costa e Silva (2018, p.25), “através de suportes ideológico e operacional, principalmente com notícias, reportagens e editoriais de apoio ao movimento golpista”. Em contrapartida, muitas empresas passaram a ser favorecidas pelas políticas econômicas do regime ditatorial e alguns setores “(...) foram particularmente beneficiados, como o da construção civil, indústria pesada de siderúrgica, metalúrgica e aço e o setor bancário” (COSTA & SILVA, 2018, p.26).

Nesse sentido, é possível identificar uma série de empresas desses setores corroborando mensagens de crescimento e confiança no Caderno

Especial. Ao analisar a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade sobre a participação de empresas na ditadura civil-militar, Costa e Silva (2018) apontam para empresas como Ford, General Motors e Mercedes Benz, como financiadores e colaboradores na manutenção do governo ditatorial, bem como empresários do Grupo Folha, do Grupo Votorantim, do Aço Villares, entre outros, como financiadores do IPES. Nessa conjuntura, ao explorar o Caderno Especial é possível observar algumas das mensagens que essas empresas anunciantes trazem: “Acreditamos no progresso do Brasil”, da Aços Villares (p. 5), “Brasileiro: 64 é o Brasil e depende de você”, do Grupo Votorantim (p.7), “Chama da paz e da esperança (...) para todos os milhões de lares desse fabuloso país”, da Ultragaz (p.15), “Há 45 anos a Ford dá ao Brasil veículos do progresso, com eles o Brasil cresceu mais depressa”, da Ford (p.29).

Desse modo, ao analisar o editorial da Folha de S. Paulo, mais especificamente à página três pôde-se observar algumas características. Logo de início percebe-se que, preenchendo toda página – e mesmo antes do sumário do caderno especial, o texto apresenta uma imagem de um bebê (Figura 1), fazendo analogia a um novo momento, que posteriormente no texto vai se articular com um olhar otimista de desenvolvimento econômico e mudança política.

Ao olhar o fragmento abaixo, é possível, por meio da análise textual, identificar de acordo com a categoria ou elemento de *transitividade*, que há uma voz ativa em “nossa” relacionando tanto à capacidade de fazer quanto à determinação de vencer, além de colocar-se como parte de um grupo, nesse caso, o jornal fala como e em nome da sociedade. Por outro lado, “eles” aparecem como o outro, como os momentos de incertezas a quem o “nós” precisa superar, utilizando também a estratégia de *expurgo do outro*, na construção simbólica de um inimigo. Nesse sentido também é possível verificar outra estratégia de construção simbólica ideológica, apresentado por Thompson (2011): a *universalização*, pelo fato de o jornal apresentar seus interesses como gerais, em “para todos”, como forma de legitimação das relações de dominação. Além disso, ao iniciar com o termo “ato de fé” enfatiza a importância de se acreditar, conduzindo o texto para um olhar esperançoso do leitor:

*Construir é um ato que encerra muito mais do que ciência e técnica, porque é necessariamente um **ato de fé**. Fé na capacidade **nossa** de fazer e fé no destino último do que fazemos – em sua utilidade social, em sua permanência entre os valores da*

*comunidade, em seu significado para a própria ascensão da espécie. Não importam os tropeços, os momentos de incerteza, aqueles instantes aflitos em que imaginamos parar, desistir, renunciar à tarefa, quando a **eles** opomos a fé em nosso propósito, em **nossa** determinação de vencer não para nós, **egoisticamente**, mas **para todos**, para a **elevação de nossa gente**, de nossa terra (64 – BRASIL CONTINUA, p.3, grifo nosso).*

Seguindo com o texto, é possível identificar também outro elemento apresentado por Ramalho e Resende (2011), como *avaliação*, conforme trecho abaixo:

*Esta é a mensagem que 64-BRASIL CONTINUA, organizado pela equipe da FOLHA DE S. PAULO em íntimo contato com as mais ativas forças da produção nacional, procura levar a todos os seus leitores, a todos os brasileiros. Mensagem de fé que **antagoniza** os que vivem a proclamar a incurabilidade de nossos males de nação **em pleno processo de desenvolvimento, e com reservas de energia capazes de superar os maiores obstáculos**. Mensagem de fé nascida do vigor dos depoimentos de números grupos, que, nas mais diversas atividades, têm contribuído com máximo idealismo para a construção do progresso do Brasil - **realidade indiscutível** (64 – BRASIL CONTINUA, p.3, grifo nosso).*

Em “antagoniza” e “realidade indiscutível”, é possível perceber que o jornal ao utilizar esses termos parte de uma perspectiva avaliativa sobre aspectos do mundo, sobre o que considera bom ou ruim. Além disso, no texto “em pleno processo de desenvolvimento, e com reservas de energias capazes de superar os maiores obstáculos”, o jornal apresenta outra estratégia de construção simbólica ideológica, pelo qual ocorre a valorização positiva de ações, a *eufemização*. Isso porque o texto busca suavizar o peso de “os males da nação” enfatizando tanto o desenvolvimento e as reservas de energias a fim de se minimizar os obstáculos.

No trecho abaixo, também é possível identificar em “indiscutíveis líderes”, que o autor enfatiza a certeza do exercício dessa liderança como verdade, legitimando o discurso dos mesmos para as afirmações subsequentes. Ademais, em “não tem dúvida”, pode se observar que é descrito um posicionamento do outro que passa a ter voz, com um elemento de *intertextualidade*, articulando o discurso dos líderes como relevante para reafirmar o discurso do texto. Ainda, em “construtiva reportagem” e “observações insuspeitas” é possível observar adjetivos que colocam em evidência a *avaliação* positiva feita pelo autor sobre seu próprio texto como benéfico:

*Baseia-se 64-BRASIL CONTINUA em meticoloso trabalho de levantamento estatístico e econômico, assim como no depoimento de **indiscutíveis líderes** dos vários campos que esta **construtivareportagem** abrange. E porque assim se fundamenta em números e **observações insuspeitas**, ao lado das manifestações daqueles que, responsáveis pelo desenvolvimento dos setores apresentados à consideração do público, **não têm dúvida** em olhar com plena confiança o futuro, a mensagem que deixamos, entre alegres e orgulhosos, ante os olhos dos leitores, é um grito de confiança, um AVANTE sem restrições. **Nem tudo são rosas**, apenas rosas, em todos os campos. Há problemas, e graves. Mas o que existe de mais importante é que nenhum deles surge como insolúvel. O caminho até aqui percorrido, pelos desbravadores em alguns casos, por seus herdeiros e continuadores em outros, ensinou a todos a grande lição da experiência técnica e administrativa. Com essa lição vem a capacidade de equacionar os problemas em termos cada vez mais científicos, na busca de crescente produtividade e com interesse **cada vez mais social** (64 – BRASIL CONTINUA, p.3, grifo nosso).*

Além disso, no mesmo fragmento pode-se identificar o uso da categoria/elemento *metáfora* em “nem tudo são rosas”. Isso, para dizer que em qualquer contexto, mesmo em um momento de crescimento e desenvolvimento do país em que o jornal intitulava estar (ou, seguindo a mesma metáfora, em um jardim florido), considera-se a existência de problemas graves. Ainda, novamente, o texto apresenta pistas de *universalização* em “cada vez mais social” após referir-se à crescente produtividade, assumindo e tornando o interesse da indústria como se fosse um interesse social. Sobre esse aspecto, Fairclough (2011) ainda corrobora que os jornais tendem a oferecer versões da verdade às vezes opostas, em que a perspectiva pode ser universalizada.

No fragmento abaixo, é possível identificar dois advérbios *avaliativos* “sadiamente” e “aceleradamente”, ambos colocados de forma positiva, o primeiro em relação aos investimentos e segundo relacionado ao saber do homem. Ainda, ao utilizar o verbo “surgirá” sem nenhum *modalizador*, revela um forte comprometimento do autor com as ideias expostas em seu discurso. Além disso, é possível identificar o entusiasmo com que o jornal retrata o futuro do país, com a metáfora de “mais senhor de si mesmo”, como se a partir desses investimentos o Brasil se tornaria mais independente. Ademais, utiliza-se da estratégia de construção ideológica de *nominalização*, no qual concentra a atenção do leitor para o tema de crescimento e desenvolvimento econômico, apagando a movimentação do golpe de Estado:

*A sensata ponderação de todos os dados, não dos elementos frios, quase diríamos abstratos, mas desses mesmos dados compreendidos e vistos à luz de todos os processos sociais econômicos em que se definiram – e que tremendos e desafiantes processos são esses num país de tamanha extensão e de tão grandes contrastes de riqueza ainda situado na faixa dos subdesenvolvidos! – essa ponderação leva-nos a acreditar que o **Brasil de 1964 será maior que o de 63** e de todos os outros períodos de sua história. Que os investimentos aqui **sadiamente** feitos se reproduzirão em obras colossais de que logo nos orgulharemos. Que desses investimentos, tanto os feitos em máquinas e equipamentos, quanto os que disserem respeito ao próprio homem que tão **aceleradamente** vai conseguindo o domínio da ciência e da técnica em nosso país, **surgiráum Brasil maior, mais senhor de si mesmo**, mais robusto em sua democracia, mais presente no mundo como nação condutora, mais feliz pela felicidade maior de seu povo e pela mais ampla e completa realização de seus cidadãos (64 – BRASIL CONTINUA, p.3, grifo nosso).*

Ao analisar o último fragmento é possível identificar algumas pistas que encaminham a análise do discurso como prática social, partindo da análise mais micro para o mais macro:

*Mais do que **as radicalizações**, mais do que os **fermentos de ódio**, importa essa lição de trabalho e de fé. Pois se somos um país em desenvolvimento, envolto nas malhas de uma grande inflação, não venceremos nossos percalços senão pela força do trabalho cada vez mais eficiente, **dentro da ordem** e da comunhão de ideais. Desse trabalho haveremos de participar todos nós, na medida de nossas possibilidades, fazendo da melhor maneira sempre o que soubermos fazer, e cômnicos de que lutamos todos por **um objetivo comum**. E haveremos de participar com animo, dentro de um clima **POSITIVO**, pois o **NEGATIVISMO** nada constrói mas pode, este sim, solapar todas as estruturas do país e minar as energias de seu povo. Basta olhar o homem nas ruas, nas fábricas, nos escritórios, nas oficinas, nos gabinetes, nos laboratórios, para sentir a **vocação para a ordem** e o trabalho. Assim não fora e 64-BRASIL CONTINUA não poderia constituir a mensagem do mais sadio otimismo, que sem dúvida é. **Avante!** (64 – BRASIL CONTINUA, p.3, grifo nosso).*

Os termos “radicalizações” e “fermentos de ódio” se referem ao que estaria acontecendo no governo reafirmando o discurso da oposição de que estava se instaurando uma esquerda radical que levaria o Brasil ao comunismo caso não houvesse a deposição de Goulart. Desse modo, o jornal utiliza o termo “ódio” avaliando negativamente a postura de quem estava contra o movimento de golpe do Estado. Além disso, a Folha reforça essa polarização entre bom e ruim, quando utiliza os termos *avaliativos* “positivo” e “negativismo”, mostrando que no bom momento em que se vivia o país não precisava e nem devia se

manifestar contra, pois assim perder-se-ia a oportunidade de se construir e desenvolver um país melhor. Ao finalizar o texto com o termo “Avante”, reforça ainda o tom entusiasmado do jornal com o novo cenário político.

Por fim, pode se observar o termo “ordem” duas vezes no mesmo fragmento em “dentro da ordem” e “vocação para a ordem”, mais uma vez reforçando o discurso que estava sendo pregado pela oposição. Isso porque, conforme apresentado, um dos principais *slogans* e conceitos ligados à deposição de Goulart era de restabelecer a ordem no país, preservando-o da subversão de valores. De forma a melhor visualizar a análise tridimensional realizada, segue abaixo um quadro síntese:

Quadro 7: Síntese da análise tridimensional do Caderno Especial

| | | |
|---|-------------------------------|--|
| CADERNO ESPECIAL 64- O BRASIL CONTINUA | TEXTO | <p>Tendo os aspectos dessa dimensão, foi possível identificar quatro categorias/elementos utilizados pelo jornal na construção do caderno especial, são eles:</p> <p><i>transitividade</i>: uma vez que o jornal utiliza a voz ativa sempre que se refere à capacidade de crescimento do país;</p> <p><i>avaliação</i>: polarizando como negativo aqueles que vivem a proclamar os males do país e como positivo os que conseguem observar o processo de desenvolvimento do mesmo;</p> <p><i>metáfora</i>: quando o editorial utiliza o termo “rosas” para mostrar que em todos os contextos existem problemas, no entanto, não insolúveis; e</p> <p><i>modalização</i>: ao fazer uso de verbos como “surgirá” para dizer que um Brasil melhor irá aparecer sem nenhum modalizador, revelando um forte comprometimento do jornal com as idéias expostas em seu discurso.</p> |
| | PRÁTICA DISCURSIVA | <p>No que se refere à segunda dimensão, foi possível identificar o uso constante do elemento <i>intertextualidade</i>. Isso porque, termos como “ordem”, “progresso” e “confiança” aparecem mais de uma vez ao longo do editoriale de todo o caderno reforçando o discurso que estava sendo pregado pela oposição.</p> |
| | PRÁTICA SOCIAL | <p>Na terceira dimensão foi possível identificar três estratégias de construções simbólicas ideológicas:</p> <p><i>universalização</i>: quando o jornal trouxe os interesses da indústria como sendo gerais, falando em nome da sociedade;</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p><i>eufemização</i>: buscando suavizar os problemas sociais ao enfatizar o potencial de desenvolvimento do Brasil e;</p> <p><i>nominalização</i>: no qual, o jornal concentra a atenção do leitor para o tema de crescimento e desenvolvimento econômico, apagando o golpe civil-militar.</p> |
|--|--|---|

Fonte: elaborado pela autora.

Desse modo, foi possível identificar alguns indícios do posicionamento do Jornal Folha de São Paulo em relação ao golpe de Estado. Dentre eles, a relativização de um golpe de estado em prol de um suposto desenvolvimento, o destaque do potencial de crescimento do país em detrimento do olhar para as questões sociais e, a inserção do jornal como parte do todo enfatizando as vantagens da indústria como sendo benefício de toda sociedade.

4.5.Abril: "Retroceder, não"

No dia que ocorreu o golpe de Estado, dia 1 de abril, o jornal Folha de S. Paulo, em seu editorial, remete ao "discurso infeliz" de Goulart, numa reunião de sargentos no Automóvel Clube, como o motivador da tomada de poder pelos militares do governo de Goulart. "Um pouco mais de trabalho e um pouco menos de discurso e agitação" é o que o jornal deseja aconselhar aos homens do governo através do editorial abaixo.

*Se infeliz foi o comício do dia 13 de março, em que o presidente da República, após longa preparação psicológica da multidão que deveria ouvi-lo e aplaudi-lo, **atacou duramente a Constituição que jurou defender**, para ao mesmo tempo anunciar com estardalhaço a assinatura de alguns decretos no seu entender fundamentais, mas cujo significado, segundo se viu logo, é bem menor do que o propalado – **mais infeliz ainda** foi a manifestação presidencial de anteontem, em que o sr. João Goulart parece haver desejado lançar um desafio a toda a oficialidade das corporações militares. (...) De início, cabe ponderar a inoportunidade da cerimônia do automóvel clube. (...) O mais lamentável, porém, no discurso presidencial foi o tom em que falou aquele que, por sua posição mesma no cenário político, deveria representar a ponderação e o espírito de concórdia e apaziguamento. Era o tom de quem deseja, inflamando sargentos e suboficiais, **cindir de maneira irreparável as Forças Armadas**. Era o tom de quem, tendo por motivo máximo dever preservar as instituições, jogava, numa última e decisiva cartada, o destino delas. (...) Analisado friamente, o discurso do presidente justifica as mais graves apreensões. Mas ainda é tempo de desejar um*

reexame de posições e de aconselhar a todos a máxima ponderação. Um pouco mais de trabalho e um pouco menos de discurso e agitação eis o que gostaríamos de aconselhar aos homens do governo, que já teriam feito muito pela pátria se empregassem naquele objetivo de construir todo o empenho e toda a técnica que têm sido postos a serviço da destruição (Folha de S. Paulo, 01/04/1964, grifo nosso).

Nesse sentido, ainda no dia em que ocorreu o golpe, o jornal Folha de S. Paulo reforça a polarização entre o otimista *versus* o pessimista. Ou seja, o jornal aponta a polarização entre os que confiam no futuro pátria e os que não reconhecem a capacidade do Brasil se desenvolver. Entretanto, o jornal afirma que todos precisam ler o caderno especial do dia 31 de março, que "mostra que ainda sobram razões para confiarmos no futuro da pátria" e, aqueles como os que confiam no futuro da pátria, como se observa no fragmento abaixo:

Aos alarmistas e alarmados, aos céticos e aos pessimistas faria muito bem a leitura do suplemento que editamos ontem: "64 – Brasil continua". Mostra que sobram ainda razões para confiarmos no futuro da pátria (Folha de S. Paulo, 01/04/1964, grifo nosso).

"Confiança, apesar de tudo". Este é o título do editorial do jornal que elogia o discernimento das forças armadas em depor Goulart. O editorial reforça ainda que "não há de se destruir o Brasil". Pelo contrário, as Forças Armadas enfrentaram uma crise por estarem feridas "naquilo que têm de fundamental: a disciplina e a hierarquia" e, que "deve-se crer que os homens de responsabilidade não tenham perdido as últimas noções de patriotismo" visto que, para o jornal, é disso que o Brasil estava precisando. Aqui ainda, cabe salientar que na análise do *ethos*, isto é, como um ator social está sendo construído, o jornal constrói os militares como homens de responsabilidade.

Apesar de tudo, pode o povo brasileiro confiar numa solução pacífica dos problemas da hora presente. Não há de se destruir o Brasil aqueles que procuraram solapar as bases em que devem assentar-se as instituições. (...) Desafiadas foram, mais recentemente, as Forças Armadas, feridas naquilo que têm de fundamental: a disciplina e a hierarquia. (...) Firmeza, sim, na reação aos excessos do governo federal, mas também ponderação para que não se atire mais lenha à fogueira. (...) É por paz que anseia o povo brasileiro. Não quer golpes pró-governo nem golpes contra o governo. Não aplaude atitudes de indisciplina nas Forças Armadas – nem a indisciplina estimulada pelo presidente da República, nem a indisciplina dirigida contra o presidente da República. (...) A próxima meta a atingir é 65, quando a nação escolherá o sucessor do sr. João Goulart. Até lá, todos os esforços devem ser dirigidos no sentido de

resguardar o que é possível da normalidade democrática entre nós. A ponderação, a serenidade, o espírito de conciliação devem ser a palavra de ordem; tudo isso, até os limites que os interesses nacionais permitem, para deixar mais aberto o campo ao diálogo sincero que poderá conduzir ao entendimento pelo qual anseiam os brasileiros. (...) **Na grave crise que estamos vivendo, deve-se crer que os homens de responsabilidade não tenham perdido as últimas noções de patriotismo. E é de patriotismo, por ingênuo que possa parecer, que estamos urgentemente necessitando** (Folha de S. Paulo, 01/04/1964, grifo nosso).

Além disso, é importante ressaltar ainda que, apesar de todo apoio à tomada de poder pelos militares, ainda era cedo para se saber que haveria uma ditadura militar. Conforme aponta Dias (2013) neste momento, o otimismo da Folha refletia a imagem de uma empresa que aparentemente não temia o futuro. Como se pode observar no fragmento acima, para o jornal o próximo passo era a eleição de 1965 e o que se devia nesse momento era "resguardar o que é possível da normalidade democrática". O que pode ser visto e percebido no dia seguinte, quando o jornal elabora um editorial de uma página inteira cujo tema é: "Em defesa da Lei", no qual, o jornal aponta que, "felizmente, sem derramamento de sangue, volta o regime de plena legalidade".

*O que pessoas de bom senso tem reiteradamente perguntado é isto: se o Partido Comunista se acha fora da lei, se os sentimentos do povo brasileiro claramente repelem o comunismo (...), por que haveriam estes de dominar o Brasil e dar o tom da política nacional? Outra pergunta que as mesmas pessoas não raras vezes fizeram é esta: se existem meios constitucionais para resolver a maioria dos grandes problemas nacionais, assim como para realizar as reformas necessárias ao progresso do país, por que se faz desse tema reformista uma simples bandeira de agitação, pregada com violência e com evidente propósito, não poucas vezes, de atirar os vários grupos sociais uns contra os outros? E por que se passou a denunciar a Constituição, a lei suprema, como fonte de todos os males do país e instrumento de opressão do povo? E por que passou atacá-la, exigindo sua reforma, o chefe do Poder Executivo, que jurou cumpri-la, quando essa iniciativa de reforma e prerrogativa de outro Poder? (...) **A cada abuso de poder cresce a apreensão natural das pessoas que têm consciência do regime constitucional em que vivemos, e que é o democrático.** Essa apreensão manifestou-se na maioria da imprensa brasileira independente. Este jornal registrou numerosas vezes sua estranheza ante a cada vez **maior ilegalidade** em que ia mergulhando o governo federal, apelando ao patriotismo dos responsáveis pela coisa pública, a fim de que se reexaminassem as falsas posições e se dessem ao povo, com sinceridade, os frutos de um regime democrático sadiamente aplicado e vivido,*

em julgar dos engodos de um totalitarismo subversivo. (...) Clamamos em defesa da Constituição, em defesa do regime democrático, em defesa da independência e da harmonia dos poderes (Folha de S. Paulo, 02/04/1964, grifo nosso).

Cabe salientar ainda que, nesse momento, o jornal aponta que “existem meios constitucionais para resolver a maioria dos grandes problemas nacionais” e, portanto, não precisa de ilegalidade. Como pode se observar no fragmento acima, o jornal dá um exemplo de como defender a Lei sem agitação, dentro da ordem.

*E logo a seguir, uma verdadeira fúria de quem precisa realizar em pouco tempo uma obra imensa de destruição, a crise provocada na Marinha e o **intolerável atentado a disciplina e a hierarquia militar.** (...) **Quebrar essa disciplina e hierarquia constitui crime pelo qual qualquer chefe de Estado pode ser responsabilizado.** (...) Assim, se deve enxergar o movimento que empolgou o país. **Representa, fora de duvida, um momento dramático de nossa vida, que felizmente termina sem derramamento de sangue. E termina com a vitória do espírito da legalidade,** restabelecido o primado da Constituição e do Direito. **Resta-nos esperar que os focos de resistência esboçados em raros pontos logo se desfaçam, para que a família brasileira reencontre no menor prazo possível a paz a qual tanto aspirava e o povo, livre da pregação e da ação dos comunistas que se haviam infiltrado no governo, volte a ter o direito, que lhe haviam tirado, de trabalhar em ordem e dentro da lei** (Folha de S. Paulo, 02/04/1964, grifo nosso).*

É possível notar ainda que, o jornal fala em nome do povo e *universaliza* ao dizer que "os sentimentos do povo brasileiro claramente repelem o comunismo". Além disso, em “claramente”, “apreensão natural” e “fora de dúvida” é possível perceber que o jornal ao utilizar esses termos parte de uma perspectiva *avaliativa* sobre aspectos do mundo. Mais uma vez, o jornal fala do “atentado a disciplina e hierarquia militar” apontando para a crise na Marinha e que “constitui crime pelo qual qualquer chefe de Estado pode ser responsabilizado”. Ainda, o jornal aponta que esse momento dramático termina com a “vitória do espírito da legalidade” fazendo oposição, de editoriais anteriores apontando, a ilegalidade do governo de Goulart. Assim, o Brasil estaria “livre da ação dos comunistas que se haviam infiltrado no governo”.

*Voltou a nação, **felizmente,** ao regime de plena legalidade que se achava praticamente suprimido nos últimos tempos do governo do **ex-presidente** João Goulart. E isto se fez, note-se, **com o mínimo traumatismo, graças ao discernimento de nossas Forças Armadas,** que agiram prontamente para conter os*

*desmandos de um político que, cercado de assessores comunistas, procuravam manobrar o país de acordo com o pensamento desse reduzido grupo e em ostensivo desrespeito às melhores e mais caras tradições de nossa gente. (...) O dever que agora se impõe a todos é o do trabalho, sem dar atenção a possíveis boatos que alguns agitadores ainda queiram lançar aqui e ali, em desespero. **E é de esperar que o façam, pois nunca, na história desse país, eles estiveram tão perto de conseguir os seus ideais de, embora contra a vontade do povo, instalar no Brasil o regime comunista.** (...) Dentro dos quadros da legalidade, confiantes no processo democrático, e esperançosos de que voltem ao bom caminho, os políticos eventualmente desviados das graves responsabilidades que têm perante o povo e a nação, **olhemos o futuro com olhos otimistas e digamos com inteira convicção a frase que serviu de título ao suplemento que, quase se diria por uma espécie de premonição, publicamos juntamente com nossa edição do dia 31 do mês passado: O BRASIL CONTINUA** (Folha de S. Paulo, 03/04/1964, grifo nosso).*

Sob o título "O Brasil continua", o editorial do dia 3, já começa a se referir à Goulart como ex-presidente. Em consonância com os editoriais passados, o jornal continua a afirmar que "voltou a nação ao regime de plena legalidade". Pode-se notar ainda que, ao usar o termo "felizmente" o jornal também faz uma *avaliação* do que considera bom ou ruim, feliz ou triste. Tudo isso, enfatiza o editorial, "graças ao discernimento de nossas Forças Armadas", mais uma vez, enaltecendo a ação de tomada de poder pelos militares. O editorial ainda ressalta o possível regime comunista que nunca esteve tão perto de se concretizar como no governo do ex-presidente. Ainda, o editorial termina com um apelo à sociedade de que se olhe para o futuro com olhos otimistas, porque o Brasil continua.

Além disso, um elemento relevante e até curioso desse fragmento está em "suplemento que, quase se diria por uma espécie de premonição", fazendo referência ao caderno especial. Ao usar o termo "premonição", o jornal faz menção a um pensamento, uma sensação ou uma intuição do que está para ocorrer. Isto significa que, mesmo sem saber o que aconteceria, o jornal já havia uma visão quanto ao novo cenário do Brasil. Cenário esse narrado de forma otimista pelo jornal que já passava a desejar esperança e confiança mesmo diante do caos instalado no Brasil e proclamado pelo jornal dias antes da publicação do caderno especial. Todavia, cabe salientar que o jornal faz uma análise retrospectiva e constrói uma narrativa pretendida que pode levar o leitor a achar que esse era um jornal inexorável. Como se tudo levasse à queda do

governo de Goulart, de modo que não existiam alternativas, talvez por isso o jornal traz a construção discursiva de “premonição”.

*Mais uma vez as Forças Armadas brasileiras deram provas de sua **vocação intransigentemente democrática**. Intervieram no processo político, quando se tornaram **intoleráveis às ameaças a paz nacional**. Mas logo a seguir a palavra foi transferida ao Congresso. Assim, a substituição do sr. João Goulart na presidência da República processou-se dentro das normas estatuídas pela Constituição e o novo chefe do governo já se acha no pleno exercício do cargo. (...) **Nunca é demais lembrar que uma crise como a que acabamos de atravessar era realmente propícia a uma ditadura militar, fossem menos firmes os sentimentos legalistas das nossas Forças Armadas.** (...) Melhor garantia de que superaremos sem maiores traumas o transe por que passamos não poderia haver do que o comportamento dos chefes militares vitoriosos. Não tripudiaram sobre os vencidos, não se permitiram excessos, não reivindicaram o poder nem fatias dele. O Brasil pode orgulhar-se de estar livre de pronunciamentos, de quarteladas, de juntas militares que se instalam no governo e dele não querem mais arredar-se (Folha de S. Paulo, 03/04/1964, grifo nosso)*

O fragmento acima mostra mais uma vez, o posicionamento do jornal quanto às ações militares de tomada de poder. Em "vocação intransigentemente democrática", o jornal faz uma *avaliação* sobre as Forças Armadas diante de "intoleráveis ameaças a paz nacional", também reforçando a justificativa da deposição de Goulart. Além disso, pode-se notar que em "nunca é demais lembrar que uma crise como a que acabamos de atravessar era realmente propícia a uma ditadura militar, fossem menos firmes os sentimentos legalistas das nossas Forças Armadas", o jornal enaltece a ação dos militares em depor Goulart, mas sem tomar o poder. Isso porque, depois de ser declarada vaga a presidência, em 2 de abril, Ranieri Mazzilli foi empossado ao exercício, uma vez que era o próximo da linha sucessória como presidente da Câmara dos deputados (FERREIRA & GOMES, 2014).

*Para restabelecer o império da lei, que ele vinha negando com as agressões feitas junto ao Legislativo quanto ao Judiciário, e também **para demolir a ditadura comunista que se estava alojando no governo**, por uma serie de golpes que se formavam cada dia mais flagrantes e que culminavam como assalto à disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas e com o envolvimento de alguns chefes militares na trama política ardida pelos vermelhos. (...) Posta abaixo aquela ordem dominante que se transformara em **desordem**, ou melhor, em **antiordem**, impõe-se a tarefa de reconstruir o regime. (...) Busquem-se, portanto homens democratas no verdadeiro sentido desta palavra. E que sejam, além de democratas, competentes para as funções que*

devam desempenhar, pois a democracia não vive apenas de palavras, mas de **trabalho realizado com liberdade e plena responsabilidade**. (...) O Brasil continua, dissemos ontem nestes editoriais, e continuam assim de pé também os seus problemas. Do governo provisório do sr. Mazzilli, do que vier sucedê-lo daqui a um mês, das demais forças responsáveis pelos destinos da nação, o que se espera não é escamoteamos, mistificação, omissão ou protelações desnecessárias e imperdoáveis, o tema das reformas, por exemplo, continua de pé. Constituem elas verdadeiras aspirações nacionais que, despidas do conteúdo demagógico que as vinha envolvendo, não podem deixar de ser atendidas. **Removido os fatores de agitação do assunto, manejados e estimulados pelo governo deposto, é hora de o Congresso cuidar seriamente do problema**. A respeitabilidade que o tema das reformas de base não chegou a adquirir na boca do antigo governo volta a existir agora, quando são outras as condições do país. (...) **Saibam os civis preservar a vitória que as duras penas as Forças Armadas alcançaram, interpretando os sentimentos democráticos da nação** (Folha de S. Paulo, 04/04/1964, grifo nosso).

Nos fragmentos do editorial acima, nota-se o esforço do jornal em reforçar a justificativa para o golpe de Estado, necessário para "demolir a ditadura comunista que se estava alojando no governo". Dentro desse raciocínio cabe observar que além de usar o termo "desordem" referindo-se ao governo de Goulart, o jornal ainda utiliza o termo "antiordem", isso é reforçando a ideia de que mais que sem ordem, o governo de Goulart era contra a ordem. Partindo disso, o jornal aponta que agora "é hora de o Congresso cuidar seriamente do problema". Ainda, deixa mais um conselho para a sociedade de que "saibam os civis preservar a vitória que as duras penas as Forças Armadas alcançaram, interpretando os sentimentos democráticos da nação". Nessa afirmativa, o jornal utiliza a *metáfora* de "duras penas" para fazer referência ao sacrifício das Forças Armadas e, novamente, em "interpretando os sentimentos democráticos da nação", utiliza a estratégia de *simbolização da unidade* para construir uma identificação coletiva entre a nação e as Forças Armadas.

O que se restabeleceu foi a legalidade – **legalidade, mesmo**. A legalidade da Constituição e das leis. A legalidade representada pela obrigação de acatar os dispositivos de todas as leis e respeitar sem a menor dúvida o esquema de ordem estabelecido na Constituição. (...) **Essa a legalidade que FOLHA DE S. PAULO repetidamente reclamou, quando a violavam os poderosos**, não raro ante o sorriso amarelo e conivente dos que não tinham **coragem para denunciar** o que havia de injurídico, de cada vez mais injurídico, nos atos do governo que passou. A Constituição está de pé e o novo governo se acha formado. A hierarquia dentro dos serviços federais encontra-se assegurada pela presença do sr. Ranieri Mazzilli na presidência da República

desde a hora mesma em que o sr. João Goulart abandonou o posto.(...) Não venham, porem, os políticos interesseiros, já de olho na sucessão ou nas vantagens do poder, e em suas glórias gloriolas, tonar ridícula perante a nação a idéia mesma de legalidade. À grandeza dos chefes militares deve corresponder a dos civis, e especialmente dos civis que devem zelar pela exata aplicação da lei (Folha de S. Paulo, 05/04/1964, grifo nosso).

No editorial seguinte, o jornal salienta que se restabeleceu a legalidade, "legalidade mesmo" de acordo com eles. Isso porque, até o momento, de fato, o governo estava com o sucessor civil. Ademais, o jornal se coloca no texto como aquele que "repetidamente reclamou" quando "os poderosos" violavam a legalidade. Dentro dessa perspectiva, o jornal passa a se colocar como agente, isto é, aquele que tem coragem, aquele que reclamou e aquele que denunciou as ações de Goulart, preocupado com o país.

*O que é preciso, enfim, é dar ao povo – sobretudo àquela parte que se revelou mais sensível a determinadas providencias do antigo governo – a **segurança de que o movimento que o depôs não significa retrocesso de espécie alguma em suas conquistas sociais**, nem invalidará o que de legítimo, defensável e democrático haja nas propostas do ex-presidente. **Os chefes militares vitoriosos foram bem claros ao definir a razão do movimento: impedir que o Brasil marchasse para a comunização completa, a que o levava a passos largos o governo passado.** Ameaças a segurança e a paz do país, pela minoria subversiva que se instalara no poder, **não restaram às Forças Armadas alternativa** senão levantar-se em defesa das melhores tradições nacionais. (...) **A maior parte da população brasileira encontrava-se incompatibilizada com o governo do sr. João Goulart, e acontecimentos como as várias “Marchas da Família” eram evidencias disso.** A essa parcela, mas principalmente à outra, que honestamente acreditava na sinceridade de propósitos do antigo governo, é preciso deixar claro que agora, mais do que nunca, afastado o fantasma da subversão, **tudo se fará pela melhoria das condições de vida do homem brasileiro** (Folha de S. Paulo, 05/04/1964, grifo nosso).*

Como se pode observar no fragmento acima, o jornal estava otimista quanto ao novo cenário político, seus votos era que tudo se faria "pela melhoria das condições de vida do homem brasileiro". Para o jornal, "o movimento que o depôs não significa retrocesso". Pelo contrário, novamente, a deposição aparece como única alternativa que os "chefes militares vitoriosos" tiveram para "impedir que o Brasil marchasse para a comunização completa, a que o levava a passos largos o governo passado". Nesse trecho é possível se observar uma coesão

textual utilizada pelo editorial para convencer os leitores de que essa era, de fato, a única alternativa para livrar o país de uma ditadura comunista.

*O problema que nesse momento de coloca perante a consciência da nacionalidade é este: convirá ao país, nesta emergência, um governo transitório, como deve ser o do sr. Ranieri Mazzilli, em face de imperativo constitucional, ou deve-se cuidar desde já de escolher a pessoa a quem caberá concluir o quinquênio iniciado em 1961? (...) A questão é delicada, sobretudo por causa da preocupação geral de conservar dentro da normalidade constitucional a situação criada com a declaração de vaga do cargo de presidente da República. (...) **Parece fora de dúvida, pois, que o presidente definitivo, aquele que ocupará o lugar onde hoje se encontra o sr. Ranieri Mazzilli, só poderá ser eleito no dia 1º de maio. Não são irrelevantes, entretanto, os argumentos que consideram necessário acelerar o processo de consolidação das instituições, abreviando o prazo previsto. Pode-se até dizer que, no interesse da nação, quanto mais cedo resolver o assunto, melhor. É essa, por exemplo, a opinião dos principais chefes militares do movimento vitorioso e tudo aconselha a levá-la em devida consideração** (Folha de S. Paulo, 06/04/1964, grifo nosso).*

Ainda a poucos dias de governo do novo presidente, já se falavam do presidente definitivo que de acordo com a constituição deveria ser eleito no dia 1º de maio. Todavia, o jornal aponta como relevantes "os argumentos que considera necessário acelerar o processo de consolidação das instituições, abreviando o prazo previsto". Mais uma vez, o jornal, *universaliza* essa questão, colocando como interesses gerais os interesses específicos de determinado grupo, que no caso são dos militares, que aparecem apenas como os que opinam e aconselham o abreviamento desse prazo.

*(...) quando se pensou num militar, pensou-se em gente que, por força das circunstâncias paira-se acima das disputas de grupos partidários, condição essencial para que se restaure a normalidade do país. (...) **Desejamos todos um governo forte e não um governo de força. Do ultimo presidente militar que tivemos, o mal. Dutra, já se disse que foi o mais civil dos nossos governantes.** (...) É uma repetição desta conduta que se espera de um outro militar, se o Congresso também se mostrar sensível a tese dominante. **Já dissemos que o novo presidente terá como meta fundamental assegurar condições para que o país marche tranquilamente para o pleito sucessório de 1965.** E isso só se fará se, removidos os focos de agitação que ainda persistam, o governo se mantiver firme na salvaguarda da lei e dos direitos individuais* (Folha de S. Paulo, 07/04/1964, grifo nosso).

Dentro desse panorama então, o jornal começa a anunciar a possibilidade de Castelo Branco assumir a presidência da República. O jornal enfatiza seu desejo de um governo forte *versus* um governo de força, já comparando com o marechal Dutra que diante de sua avaliação "foi o mais civil dos nossos governantes". Isto é, ser forte, mas manter-se como civil para não utilizar-se de seu papel como militar. Sobretudo, o editorial enfatiza que, a principal meta desse presidente é assegurar que o país "marche tranquilamente para o pleito sucessório de 1965". Desse modo, o jornal esperava que novas eleições pudessem ser realizadas, como aconteceria, no ano seguinte.

*A reação do povo, depois dos eventos políticos e militares dos últimos dias, mostra que **ele não chegou a contaminar-se da demagogia** que, à falta de competência ou vontade de trabalhar, o governo anterior erigia em bandeira. **A confiança popular em melhores dias para o país manifesta-se por diversas maneiras**, entre as quais a que mencionamos; manifestou-se, aliás, de forma até comovente, no próprio decorrer da crise, **quando cada brasileiro, praticamente, se conservou em seu posto de trabalho, contribuindo assim para que o movimento político-militar se consumasse sem maiores traumas para a nação.** (...) E com veemência já salientamos que a **revolução** não pode significar um retrocesso no terreno das conquistas sociais, e das medidas realmente democráticas e em favor do povo acaso já adotadas. É essa a expectativa geral. Não falta confiança. O desaponto seria irremediável se deitassem a perder perspectivas tão promissoras (Folha de S. Paulo, 08/04/1964, grifo nosso).*

Nos próximos editoriais, como pode se notar no fragmento acima, o jornal já intitula o evento de tomada de poder pelos militares na deposição de Goulart como "revolução". No que tange à análise do *significado da palavra*, Motta (2013) corrobora que a adoção desse termo revela o modo como a imprensa encarou o novo regime, e a forma positiva em que utilizava esse termo para mostrar legitimidade. Além disso, o jornal enfatiza a confiança popular manifesta quando "conservou em seu posto de trabalho, contribuindo assim para que o movimento político-militar se consumasse sem maiores traumas para a nação", chamando também o golpe de Estado de "movimento político-militar".

A convicção geral** é que, eleito e empossado o presidente ao qual incube terminar este mandato, **a ordem jurídica da nação será plenamente restabelecida**, sem possibilidade sibilinhas interpretações ao gosto deste ou daquele poderoso do momento. **A limpeza de que o país necessita, em muitos setores, deverá prosseguir**, mas escoimada da possibilidade de transformar-se em instrumento de perseguição indiscriminadas. (...) **O Brasil uno, ordeiro, fiel às suas tradições cristãs e aos princípios

democráticos que o têm norteado, precisa enfim ser urgentemente restabelecido, pelo que, segundo o consenso geral, o passo preliminar é a escolha de um presidente definitivo. **Um presidente, é claro, que inspire confiança a todos, enérgico sem ser arbitrário, disposto a pôr a casa em ordem** - a velha imagem tem de ser repetida - e perfeitamente integrado nos objetivos da revolução. (...) **Tudo indica que não terá dificuldade o Congresso em escolher esse homem. Os dois nomes de militares apontados não fazem jus a nenhuma restrição séria e pela sua participação no movimento que depôs o antigo governo mereceram a indicação feita por setores civis.** (...) A imediata aspiração do povo brasileiro, pode-se afirmar sem receio, é essa. Melhor do que lamentar nos excessos que vêm sendo combatidos, é apressar a eleição do presidente que, por si, represente a segurança do retorno do país à plena normalidade democrática (Folha de S. Paulo, 09/04/1964, grifo nosso).

O fragmento acima, por sua vez, faz algumas *simbolizações de unidade* como em "convicção geral" e "que inspire confiança a todos", nos quais, o editorial constrói uma identificação coletiva. Além disso, os termos "confiança" e "ordem" são repetidamente colocados ao longo dos editoriais, ressaltando os valores desse novo momento para o jornal. Ainda, em "os dois nomes de militares apontados não fazem jus a nenhuma restrição séria e pela sua participação no movimento que depôs o antigo governo mereceram a indicação feita por setores civis", o jornal aponta que por terem feito parte do movimento de deposição, os militares merecem indicação dos setores civis.

A promulgação do Ato Institucional **confere ao presidente da República, a ser eleito hoje pelo Congresso, responsabilidades excepcionalmente graves.** (...) Tão amplos poderes, perigosos pela sua mesma amplitude, deverão ser exercidos com o máximo de discernimento e de ponderação, e é essa a esperança que o país deposita no homem que o Congresso elegerá hoje. O Ato Institucional demonstrou, pelo que se pôde ver, **extrema sensibilidade** em relação a um dos nossos mais velhos problemas: o da **morosidade legislativa**, traduzida em centenas de projetos que não acham meios de caminhar nas duas casas do Congresso, senão **a passos de tartaruga.** (...) Tudo indica que se pode confiar em que isso aconteça. **O gen. Castelo Branco** que, com a retirada da candidatura do gen. Amauri Kruehl, **deverá ser conduzido pelo Congresso à chefia do governo, é elemento perfeitamente identificado com os altos objetivos da revolução e tem condições pessoais para usar com equilíbrio os poderes de emergência postos em suas mãos.** Não lhe faltará nem a confiança nem o apoio da opinião pública. Fazer bom uso de uma e de outro é talvez a sua principal tarefa (Folha de S. Paulo, 11/04/1964, grifo nosso).

Sobre o Ato Institucional divulgado dia 9 de abril pelos três ministros militares, conforme aponta Skidmore (2010), o jornal aponta que confere ao presidente que estava para ser eleito pelo Congresso, como de responsabilidades "excepcionalmente graves". Todavia, o jornal aponta que o Ato Institucional, demonstrou "extrema sensibilidade" no que se refere a morosidade legislativa, tendo em vista que dezenas de projetos estavam encaminhados a "passos de tartaruga", *metáfora* utilizada pelo jornal para indicar a demora desses encaminhamentos. Além disso, o jornal começa a elogiar o general Castelo Branco que viria a ser o primeiro presidente militar de uma ditadura de 21 anos. Sem ter como saber disso, o jornal, nesse momento, apontava que esse seria levado à chefia do governo por ser "perfeitamente identificado com os altos objetivos da revolução e tem condições pessoais para usar com equilíbrio os poderes de emergência postos em suas mãos".

A luta anticomunista é imperiosa e deve realizar-se implacavelmente, sem, todavia descambar para a perseguição que, sob rótulo de anticomunismo se faça para fins políticos. Mas a luta implacável contra a corrupção deve merecer igual apoio e empenho do Alto Comando Revolucionário. (...) Finalmente, cabe comentar a questão da liberdade de imprensa. Houve, praticamente, absoluta coesão da imprensa livre na condenação e na crítica nos atos do ex-presidente Goulart. A imprensa é, pois, uma força que pode exigir respeito. Ninguém poderá fazer restrições à ação da imprensa durante as horas de intranquilidade. (...) Fora daí, mal andaremos se a restrição implicar em cerceamento da liberdade de crítica - a falta de crítica poderá levar o governo a erros tremendos, que acabem isolando-o do povo - ou do noticiário. Então será simples mito a liberdade de imprensa o melhor será fechar os jornais e dizer ao mundo que no Brasil morreu a liberdade de manifestação do pensamento. Mas isto não acontecerá, estamos certos, porque confiamos em que a Revolução se fez para reimplantar a democracia, praticamente abolida com os repetidos assaltos ao Congresso pelo ex-presidente da República e pela deslavada pregação comunista feita pelo próprio governo federal. (...) Temos agora um homem de autoridade e respeitável a dirigir os destinos do país. Confiemos, sem renunciar jamais à nossa missão que hoje é mais do que isso, porque é dever para com a pátria, de informar e criticar, em permanente vigília (Folha de S. Paulo, 12/04/1964, grifo nosso).

Sobre esse novo cenário, dois pontos são trazidos em editorial do jornal, o primeiro referente à preocupação do jornal na luta contra a corrupção, informando que essa luta "deve merecer igual apoio e empenho do Alto Comando Revolucionário". Em segundo lugar, o editorial acima, demonstra a preocupação do jornal com o cerceamento da imprensa, apontando que seu

papel foi fundamental na crítica aos atos de Goulart e que sem a crítica o governo pode cometer "erros tremendos".

Aqui, cabe salientar que se observa um ponto de inflexão do jornal ao novo governo, ao apontar para o cerceamento da imprensa. Todavia, o editorial aponta que estão certo que isso não irá acontecer, tendo em vista que, estão certos e confiam que a Revolução foi necessária para "reimplantar a democracia" e, ainda porque agora se tem "um homem de autoridade e respeitável".

*Seja claro que, nos termos do Ato Institucional está fora de discussão o poder do Alto Comando Revolucionário para decretar a cassação de mandatos e a suspensão dos direitos políticos. **Temos razões para acreditar no escrúpulo dos que organizaram a lista.** A falta de maiores explicações, entretanto, deixou incompleto o trabalho e impediu que todos soubessem os crimes contra a democracia que se imputam a muitos dos punidos. (...) **Voltamos a insistir em que deve haver razões para essa aparente disparidade de tratamento; o importante é que tais informações não sejam sonegadas à opinião pública, com cujo apoio contou a revolução vitoriosa** (Folha de S. Paulo, 13/04/1964, grifo nosso).*

Começa-se aos meados do mês a se falar sobre as cassações. Como se observa no fragmento acima, há uma preocupação por parte do jornal em obter maiores informações sobre estas listas. Apesar disso, o editorial reforça que tem razão para confiar "no escrúpulo dos que organizaram a lista". Entretanto, pedem que "tais informações não sejam sonegadas opinião pública, com cujo apoio contou a revolução vitoriosa".

(...) A revolução passará à fase construtiva, inegavelmente a mais difícil. O poder militar e o poder civil têm de dar-se as mãos, para que tenhamos não apenas um governo honrado mas também eficiente (Folha de S. Paulo, 14/04/1964, grifo nosso).

Após a primeira fala do presidente, o jornal aponta que a "revolução" passará para a fase construtiva "inegavelmente a mais difícil". Ao fazer essa afirmação sem uso de *modalizações* o jornal está se comprometendo fortemente com essa ideia, apontando para uma fase complexa em que o "o poder militar e o poder civil têm de dar-se as mãos". Isto é, o jornal acreditava nesse momento que os poderes deveriam estar juntos para que o governo fosse eficiente. No dia da posse do presidente, o jornal faz uma carta ao presidente, como pode-se observar no fragmento abaixo:

*Vossa Excelência vai empossar-se hoje na presidência da República. Será um presidente em condições excepcionais, porque armado de uns tantos poderes como os quais **só não fará deste país uma nação extraordinária se não quiser ou não souber fazê-lo. Mas Vossa Excelência quer e sabe.** Receba por isso, antes de tudo, os nossos votos de que nada, em momento algum, o impeça de cumprir as obrigações imensas desse querer e desse saber. (...) **Acolheu-o o povo, marechal.** E Vossa Excelência tem agora sobre os ombros uma tarefa imensa e gravíssima, porque **ninguém pode admitir o fracasso.** Os poderes que se enfeixam nas mãos da Vossa Excelência são plenos (Folha de S. Paulo, 15/04/1964, grifo nosso).*

Na primeira parte do editorial como uma carta ao presidente, o jornal vai, mais uma vez, apontar a confiança depositada no general Castelo Branco. Para reforçar isso o jornal vai dizer que "só não se fará deste país uma nação extraordinária se não quiser ou não souber fazê-lo", entretanto, o jornal já confirma que o novo presidente quer e sabe. Além disso, o editorial traz a afirmação de que "o povo" o acolheu e, "ninguém" pode admitir o fracasso, novamente, utilizando a *simbolização da unidade* no uso desses dois termos, ao construir uma identificação coletiva.

*(...) Mas se a Vossa Excelência fracassar na missão - o que só se admite para efeito de raciocínio - poderá entregar ao povo dois poderes completamente defeitos à custa de obedecer, e por isso mesmo irrecuperáveis para a democracia. **Ter-se-ia então destruído a democracia no Brasil e a Revolução, feita para salvá-la dos comunistas e dos corruptos, teria instaurado em nossa pátria uma ditadura a mais, um foco a mais de tirania no mundo, uma página a mais no capítulo da violência nos compêndios de História.** E uma oportunidade a mais para os comunistas e os corruptos, o que jamais poderia estar na cogitação dos homens que fizeram a Revolução (Folha de S. Paulo, 15/04/1964, grifo nosso).*

Ainda na carta ao presidente, o jornal aponta apenas para fins de raciocínio, o que viria a acontecer com o Brasil em caso de fracasso do presidente. O que mais chama a atenção é a afirmativa feita pelo editorial de exatamente o que viria acontecer. Isto é, a partir do golpe de Estado "ter-se-ia então destruído a democracia no Brasil e a Revolução, feita para salvá-la dos comunistas e dos corruptos, teria instaurado em nossa pátria uma ditadura a mais, um foco a mais de tirania no mundo, uma página a mais no capítulo da violência nos compêndios de História", o que de fato veio acontecer tempos depois.

*(...) **A democracia está arraigada no coração dos brasileiros. Cumpre aperfeiçoá-la por sua boa aplicação.** Precisamos de*

*trabalho, e muito. Mas trabalho eficiente só se realiza com tranquilidade e paz. Ninguém poderá trabalhar neste país enquanto não tiver a certeza de que sua casa e sua família se acham a salvo de indevidas incursões de autoridades civis despreparadas para as altas missões que a Revolução delas exige. (...) **Marechal, aí está o Brasil, subdesenvolvido ainda, com imensa capacidade de desenvolver-se, com o seu povo manso e trabalhador, talvez a melhor população do mundo.** Aí está o Brasil carente de mão de obra especializada e de capital produtivo, sem os quais não existe desenvolvimento. Que a luta contra o comunismo e a corrupção não atrase a que deve desenrolar-se, e já, para vencer o subdesenvolvimento em todo o seu território. Mas também que, olhos postos nessa corrida desenvolvimentista, não se esqueça o combate sistemático ao comunismo e à corrupção, nem se aceite um ou outro como mal necessário. (...) **Marechal, aí está em mãos de Vossa Excelência a tranquilidade da família brasileira, o futuro da pátria, a esperança dos moços, a capacidade de trabalho dos brasileiros em geral. Aí está o Brasil. Governe-o como Vossa Excelência quer e sabe, cercado de homens sérios e patriotas.** Que Deus ajude e ilumine Vossa Excelência (Folha de S. Paulo, 15/04/1964, grifo nosso).*

No último fragmento sobre a carta ao presidente, pode-se observar a estratégia de *universalização* em que o jornal fala em nome de todos os brasileiros, afirmando que a democracia está "arraigada" em seu coração. Além disso, faz uma *avaliação* sobre o povo brasileiro em "talvez a melhor população do mundo", referindo-se a "imensa capacidade de desenvolver-se". Ademais, o jornal aponta que o presidente está cercado de "homens sérios e patriotas" fazendo menção aos militares.

*A mudança de expectativas e de comportamentos gerais, já ocorrida em resultado da confiança inspirada pelo novo governo, facilitará grandemente a obra de recuperação financeira do país. **Se se dedicar a essa batalha com disposição e firmeza, verá o governo que ela é menos difícil de ser vencida do que geralmente se supõe** (Folha de S. Paulo, 16/04/1964, grifo nosso).*

O editorial do dia seguinte à sua posse, já aborda a batalha financeira que enfrenta o novo governo. Isso porque, ele afirma que se o governo se dedicar com "disposição e firmeza" verá que é mais fácil do que parece ser.

*O presidente da República declarou alto e bom som quais os seus propósitos. **De sua palavra ninguém pode duvidar**, assim como não é possível duvidar da de outros chefes militares que se manifestaram no mesmo sentido: findo este difícil quinquênio, o governo passará às mãos de quem for eleito em processo normal (Folha de S. Paulo, 20/04/1964, grifo nosso).*

Já caminhando para o final do mês, outro editorial aponta a confiança do jornal para com o novo presidente. Isso pode ser observado em "de sua palavra ninguém pode duvidar" e, aqui, novamente se utiliza uma estratégia de *simbolização da unidade*, construindo uma identificação coletiva.

Ninguém defende a impunidade dos maus brasileiros, dos que tramam contra a pátria quer cultivando o comunismo, quer a corrupção, erva daninha que aqui viceja ainda muito mais do que a primeira. Não é possível, entretanto, aceitar que os homens sérios não mereçam respeito e que uma autoridade possa, sem maiores indagações ou provas, afrontar a dignidade alheia. (...)Dirão, os políticos que se aproveitam da Revolução ou as autoridades irresponsáveis que a eles se vergam, que o Ato Institucional permite essas violências. Não, não é verdade. Os atos baixados por qualquer poder legislativo, sejam eles oriundos de um Parlamento ou derivem de uma Revolução vitoriosa, têm de ser interpretados em termos que correspondam à mentalidade de quem os elaborou. Partido de homens sinceros e honestos, há de ser o Ato Institucional interpretado como uma medida que, por sua própria natureza, deve ser aplicada com máxima ponderação e perfeito senso de equilíbrio. Aos maus políticos, as autoridades incompetentes e aos profissionais da futrica não poderia jamais caber a aplicação de tão grave medida. Pois essa gente não entenderia nunca o sentido do Ato, como não entende o da Revolução (Folha de S. Paulo, 25/04/1964, grifo nosso).

Tendo em vista as reclamações de excessos do governo, o jornal traz em editorial as afirmativas de que o Ato Institucional não permite violências. São os "maus políticos" e as "autoridades incompetentes" que não conseguem entender a revolução, portanto "essa gente não entenderia nunca o sentido do Ato". Assim, é possível identificar o uso da estratégia de expurgo do outro, em que o jornal constrói simbolicamente um inimigo em "essa gente" e "maus políticos", a fim de minimizar essas reivindicações e manter legítimas as ações do governo.

Ninguém mais do que este jornal tem reclamado, nos últimos anos, uma política rigorosa de saneamento financeiro e de combate à inflação. Temos proclamado também que o atual governo está em condições, por motivos de todos conhecidos, de executar essa política plenamente e sem complacência para com os desfrutadores da desordem monetária em que o país tem vivido. E não temos poupado louvores e encorajamento às novas autoridades, por se mostrarem conscientes da necessidade de uma corajosa e realmente seria luta contra a inflação. (...) Ao formular essa nova política deve-se, porém, tomar cuidado para que o excessivo apego a certos princípios rígidos de política monetária não redunde em medidas precipitadas que, poderiam conduzir a resultados desastrosos, por não se terem ainda contido adequadamente as pressões

inflacionárias, ou por não se ter feito ainda adequada preparação psicológica do público e dos empresários para aceitar sacrifícios e cooperar construtivamente para o saneamento desejado (Folha de S. Paulo, 26/04/1964, grifo nosso).

Ao voltar a discutir o processo de combate à inflação no país, o jornal torna evidente o seu apoio ao presidente, em "não temos poupado louvores e encorajamento às novas autoridades". Todavia, aconselha ao presidente a tomar cuidado tendo em vista que ainda não havia sido feita a "preparação psicológica do público e dos empresários para aceitar sacrifícios e cooperar construtivamente para o saneamento desejado".

*Agora, mais do que nunca, **podemos todos** contribuir para superação da crise, **pois há um governo organizado com seriedade e cuja sinceridade de propósitos ninguém põe em dúvida**. Ainda mais: há um governo investido de excepcionais condições de ação, e de grande autoridade. (...) **Imaginar o contrário do que acabamos de afirmar seria esperar do governo aquilo que nenhum governo pode fazer: milagres** (Folha de S. Paulo, 30/04/1964, grifo nosso).*

Por fim, o jornal argumenta que o governo não pode fazer milagres. Mas, que todos podem contribuir para a superação da crise. Novamente, o editorial elogia o governo que é "organizado com seriedade e cuja sinceridade de propósitos ninguém põe em dúvida". Ainda, pode-se observar, mais uma vez, o uso da estratégia de *simbolização da unidade* ao utilizar o termo "ninguém" como uma construção de identidade coletiva. Assim, um quadro síntese será apresentado abaixo.

Quadro 8: Síntese da análise tridimensional do mês de Abril

| | | |
|-------|-------|---|
| ABRIL | TEXTO | <p>Tendo os aspectos dessa dimensão, foi possível identificar quatro elementos na construção do mês, pelo jornal:</p> <p><i>ethos</i>: analisando como um ator social está sendo construído, pode-se observar que o jornal constrói os militares como homens de responsabilidade;</p> <p><i>avaliação</i>: em diferentes momentos o jornal realiza esse elemento, como por exemplo, ao usar o termo "felizmente" o jornal mostra o que considera sobre o Brasil ter mudado de rumo com as Forças Armadas. Além disso, em "vocação intransigentemente democrática", as avalia reforçando a justificativa da deposição. O jornal faz ainda uma avaliação sobre o povo brasileiro como a melhor população do mundo, referindo-se à capacidade de desenvolver-se;</p> |
|-------|-------|---|

| | | |
|--|----------------------------------|--|
| | | <p><i>modalidade:</i> o jornal aponta que a "revolução" passará para a fase construtiva "inegavelmente a mais difícil", comprometendo fortemente com essa idéia, apontando para uma fase complexa em que o "o poder militar e o poder civil têm de dar-se as mãos";</p> <p><i>coesão textual:</i> é possível se observar que o jornal se utiliza desse elemento para convencer os leitores de que a deposição de Goulart era a única alternativa para livrar o país de uma ditadura comunista.</p> |
| | <p>PRÁTICA DISCURSIVA</p> | <p>Esse mês foi marcado pela construção discursiva "revolução" adotada para descrever o movimento de tomada de poder pelos militares e deposição do governo de Goulart, mostrando a forma como a Folha de S. Paulo encarou o novo regime. Ainda, o jornal utiliza o termo "premonição", para referir-se à publicação do caderno especial. Cabe salientar que o caderno aponta uma série de pensamentos positivos sobre o momento em que se encontrava o país, mesmo tendo passado os últimos meses apontando sua crise.</p> |
| | <p>PRÁTICA SOCIAL</p> | <p>Na terceira dimensão foi possível identificar duas estratégias de construções simbólicas ideológicas:</p> <p><i>universalização:</i> o jornal fala em nome do povo ao dizer que "os sentimentos do povo brasileiro claramente repelem o comunismo". Ainda, na carta que fez ao presidente, pode-se observar o uso dessa estratégia, no qual, novamente, o jornal fala em nome de todos os brasileiros;</p> <p><i>simbolização da unidade:</i> sobre o novo governo o jornal utiliza essa estratégia com o uso dos termos "convicção geral" e "que inspire confiança a todos", nos quais, o editorial constrói uma identificação coletiva.. Além disso, ao falar sobre o marechal Castelo Branco o jornal traz a afirmação de que "o povo" o acolheu e, "ninguém" pode admitir o fracasso. Desse modo, já caminhando para o final do mês, o jornal aponta a confiança do jornal para com o novo presidente em "de sua palavra ninguém pode duvidar".</p> |

Fonte: elaborado pela autora.

Diante do exposto, foi possível identificar alguns indícios do posicionamento do Jornal Folha de S. Paulo no mês de Abril, após o golpe de Estado. De acordo com a análise acima, foi possível perceber que, nesse momento, o jornal passa a reforçar as justificativas para a deposição de Goulart sempre apontando os militares como responsáveis e importantes para manter-se a democracia no Brasil. Cabe salientar que ainda nesse mês o jornal já começa

a nomear o movimento de tomada de poder pelos militares como "revolução" mostrando a forma como o jornal encarou esse novo momento. O jornal ainda, fala em diferentes momentos em nome do povo, salientando que confia no novo governo, quando já empossado por Castelo Branco.

4.6.Maio:"Popularizar a revolução"

No dia primeiro de maio, dia do trabalhador, o jornal faz em editorial outra carta ao presidente recém-empossado.

*Este ano o fato se encerra sentido todo especial, não por se tratar da presença de um presidente empossado após movimento revolucionário cuja necessidade ninguém discute, tão grandes os descaminhos que ia tomando a República em nosso país, mas por se tratar desse presidente e dessa Revolução. (...) Deposto o governo que das reformas sociais fazia mera bandeira de subversão e a título de amparar o trabalhador corrompia a vida sindical e utilizava determinados grupos para, sob a chefia de falsos líderes, entreter e alastrar a subversão **assumiu plena responsabilidade pelos destinos do país uma autoridade de indiscutível reputação moral, alheia a confabulações eleiçoeiras, ciosa de seu dever e empenhada em restabelecer a ordem em todos os setores da vida brasileira.** (...) Esse presidente deixou claro, mais de uma vez, o seu empenho em realizar as reformas sociais de que a nação precisa. (...) a intenção primeira do atual governo é aprimorar a legislação social-trabalhista e torná-la aplicável a todos os rincões do Brasil. (...) Merece especial consideração o problema sindical. **Preso do governo até há pouco, muitos sindicatos jamais representaram a vontade do trabalhador, mas apenas o desejo e as veleidades dos pelegos, impõe-se sua efetiva libertação, de modo que eles voltem a ser autônomos e independentes e não apêndices, em tantos casos, do Ministério do Trabalho, transformado em órgão de subversão.** Restabelecer a autenticidade da vida sindical, eis aí um grande fim. Mas autenticidade mesmo e não, como talvez desejassem certos grupos de pressão alheios aos trabalhadores, substituição do peleguismo de uma facção pelo de outra.(...) A revolução de que falamos, e que, mais uma vez repetimos, não seria na legislação mas em sua aplicação, exigiria ainda redobrada e mais sábia fiscalização, para que os direitos do trabalhador não se perdessem pelo comodismo, pela ignorância, pela corrupção ou pelo despreparo dos fiscais ante aqueles que não aplicam totalmente a legislação trabalhista, burlando-a de várias maneiras (Folha de S. Paulo, 01/05/1964, grifo nosso).*

O jornal inicia o editorial apontando para o sentido especial desse dia, tendo em vista o novo presidente e a "revolução". Isso porque, para eles, assumiu o governo "uma autoridade de indiscutível reputação". Ao fazer essa

afirmativa, o jornal enfatiza a certeza da reputação do presidente que está empenhado em "restabelecer a ordem", reafirmando uma das principais justificativas do golpe de Estado. Ainda, o editorial aponta os sindicatos como organizações que não representaram a vontade do trabalhador, mais uma vez, utilizando a estratégia de *simbolização da unidade* em construir simbolicamente uma identidade coletiva de trabalhador. Desse modo, o jornal tenta restabelecer a legitimidade dos sindicatos contrastando com o antigo governo. Ademais, o jornal aponta o Ministério do trabalho como "transformado em órgão de subversão".

*Uma das mais gratas notícias que o trabalhador brasileiro deve ter recebido no último 1º de Maio é a de que o governo se prepara para enviar ao Congresso vários projetos de leis complementares à Constituição, entre eles o que objetiva a imediata **regulamentação do direito de greve**. (...) A notícia é alvissareira para quantos reconhecem a importância da greve - como "meio reivindicatório de uma classe" - e sabem como ela esteve a ponto de desmoralizar-se no governo passado. **Os que honesta e sinceramente acham que o trabalhador deve lutar pelos seus direitos e para alcançar melhorias em seu padrão de vida, não podiam deixar de sentir grande apreensão pelo absoluto desvirtuamento que o direito de greve teve no governo do sr. João Goulart** (Folha de S. Paulo, 04/05/1964, grifo nosso).*

Outro editorial do jornal Folha de S. Paulo aborda a temática do direito de greve, que seria regulamentado pela Constituição. Entretanto, nos primeiros editoriais aqui analisados, o jornal faz fortes críticas às greves e agitações. Isso porque, para o jornal, houve um "absoluto desvirtuamento" do direito de greve no governo do sr. João Goulart. Novamente, o jornal faz a classificação dos trabalhadores que lutam por seus direitos para alcançar melhorias, os diferenciando de outra classe de trabalhadores que estariam desvirtuando o direito de greve, no governo de Goulart.

*(...) Trabalhar, enfim, deve ser a **palavra de ordem**, de cima abaixo, dos altos escalões da República ao mais humilde operário brasileiro. (...) É pois para a **etapa construtiva** que devem voltar-se agora os principais esforços do governo. Mandatos presos por um fio, figurões apontados como próximas vítimas, listas colhidas "em fontes fidedignas", intrigas grandes e miúdas surgindo de todos os lados e toda essa sorte de **rumores inquietantes** dos últimos dias apenas servem para retardar o início definitivo da obra de **recuperação nacional, que é, de fato, o que todos esperamos da Revolução vitoriosa** (Folha de S. Paulo, 05/05/1964, grifo nosso).*

As repetidas homenagens às novas autoridades, ainda mesmo quanto sinceras - e nem todas assim se podem classificar - furtam

*apreciável tempo à administração. E está, insista-se, está profundamente desorganizada, pois **o que o atual governo herdou foi uma pobre máquina com quase todas as peças danificadas.** (...) Cada minuto é precioso para **o trabalho de reconstrução.** Por outro lado, a atividade do governo só poderá dar bons frutos se aplicar a uma população tranqüila. E essa desejada e necessária tranqüilidade ainda não se acha plenamente restituída no país. (...) A tarefa do **governo revolucionário** é, pelo que se vê, difícil. Por isso mesmo, devemos ter **paciência na espera dos frutos de sua ação**, mas ao mesmo tempo devemos estar bem despertos para tudo aquilo que se oponha ao trabalho [ilegível] e restaurador, ou o dificulte (Folha de S. Paulo, 06/05/1964, grifo nosso).*

Os editoriais seguintes permanecem definindo a tomada de poder, repetidamente, como "Revolução" ou "governo revolucionário", bem como utilizando termos como "ordem" e "paciência" ao falar sobre as ações do novo governo. Além disso, reforça que a "máquina" que "o atual governo herdou está com quase todas as peças danificadas", utilizando dessa metáfora para referir-se ao Estado cheio de problemática. Por isso, começa a utilizar o termo "reconstrução", acreditando numa ação de reparação dos danos causados por Goulart sob o governo de Castelo Branco.

***Entende-se que uma revolução tenha de prender algumas pessoas**, ligadas de maneira muito íntima e direta aos fatos que a provocaram, ou que sabidamente trabalhem contra a implantação do movimento vitorioso. (...) **Não se entende, porém, que essas prisões e detenções se façam de maneira incoerente e se transformem em pretexto para perseguições ou caçadas particulares**, por parte de autoridades as mais diversas, cada qual agindo a seu talante. (...) **Nesse panorama que começa a preocupar o povo**, que tão bem acolheu o movimento revolucionário, há um aspecto ainda pouco ventilado: **o da perseguição aos intelectuais.** Sabe-se de constrangimentos impostos a vários professores e cientistas, sumariamente rotulados de comunistas, quando o exame imparcial de toda a sua obra revela que nada mais fizeram do que pregar os mais puros aspectos da democracia. (...) É claro que há intelectuais que se entregam a pregação subversiva ou a atos desse mesmo tipo. Fácil é reconhecê-los. Distinguir, porém, entre a obra cultural ou científica e a de pura doutrinação é tarefa que exige conhecimento e, mais do que isso, ponderação. (...) Uma coisa, porém, é a pequena minoria de intelectuais que traem a pátria, e outra coisa é a imensa maioria dos que, pelo seu saber, podem e **devem ser aproveitados para o progresso mesmo do país, trabalhando em paz e cercados do respeito a que fazem jus** (Folha de S. Paulo, 07/05/1964, grifo nosso).*

Sobre as cassações realizadas pelo novo governo, o jornal, em editorial, apresenta sua preocupação com os intelectuais ameaçados. Na construção da sua argumentação o jornal afirma que entende que a prisão de algumas pessoas seja necessária, entretanto, não que se faça "de maneira incoerente e se transformem em pretexto para perseguições ou caçadas particulares". Além disso, o editorial aponta a preocupação do "povo" com esse panorama. No qual, mais uma vez, o jornal realiza a *simbolização da unidade*, tratando como povo a construção de uma identificação coletiva. Por fim, o jornal aponta que os intelectuais precisam ser "aproveitados" para o progresso do país, como se fosse mais vantajoso para o governo que os deixassem trabalhar.

*A Revolução se fez em nome do povo e este espera que ela abra novos caminhos para o país. **Daí a ânsia, pode ser até que exagerada, com que se aguardam medidas efetivas em favor das massas.** Só com essas medidas se cercará o governo do calor popular que lhe servirá de estímulo para completar a grande tarefa que o espera, em todas as frentes da vida nacional (Folha de S. Paulo, 08/05/1964, grifo nosso).*

Ainda, o jornal começa a falar em popularização da "revolução" para que o "calor popular" lhe sirva de estímulo. Ao se referir às medidas efetivas em favor das massas o editorial apontam que "se aguardam", no qual, é possível analisar o elemento de transitividade, em que o jornal não se inclui como aquele que também aguarda, ele permanece na voz passiva.

*Não temos dúvidas de que, chamado a pronunciar-se na época prevista, **o eleitorado legitimará a Revolução, não escolhendo necessariamente candidatos desta, mas votando em candidatos comprometidos a prosseguir na trilha democrática a que o movimento revolucionário reconduziu o país.** A operação-limpeza no processo eleitoral colocará fora da disputa os que não dispõem daquela condição básica. **O resto é, confiar no povo, no bom povo desta terra que compreende por que se fez a Revolução e, à sua maneira, isto é, votando, espera colaborar ainda mais com ela** (Folha de S. Paulo, 09/05/1964, grifo nosso).*

O jornal começa então a falar sobre as eleições diretas. No fragmento acima, é possível identificar que o jornal, nesse período ainda entendia ou atrelava a "revolução" com uma "trilha democrática". Taschner (1992) e Smith (2000) corroboram que os jornais tinham uma postura convencional e raramente criticavam a nova ordem existente, nesse momento. Como pode ser observado no caso da Folha de S. Paulo que aponta que agora era necessário confiar no povo, "no bom povo desta terra", fazendo uma *avaliação* positiva sobre aqueles

que compreendem o motivo de ter se feito a "revolução" e que, colaborariam com ela votando em candidatos "comprometidos com o a trilha do movimento revolucionário".

Disse o presidente que a Revolução ainda não terminou, pois ainda não foi extirpada a ideologia comunista. Preferíamos deixar de lado essa referencia a ideologia - as idéias não se matam nem se destroem - para encarar o problema da infiltração comunista e do propósito de implantação em nosso país de um regime de vida incompatível com nossos ideais e nossas tradições. Evidentemente estávamos correndo esse risco e a Revolução, com sua vitória, tornará possível desmontar a máquina da subversão. (...) Há de aplicar-se, para isso, a vontade dos revolucionários e do povo na grande batalha do desenvolvimento e da produção. Só assim o país poderá superar suas dificuldades e viver uma autêntica vida democrática. (...) Afastemos, porém, o pessimismo e [ilegível] para esperança nossa, e talvez como símbolo mesmo da luta que agora se trava, a imagem que o presidente lembrou: a cobra vai fumar. E vai fumar, assim queira Deus, menos pelas armas do que pelo trabalho decidido, dentro da paz e da ordem (Folha de S. Paulo, 10/05/1964, grifo nosso).

(...) ainda tem o governo longo caminho a percorrer até conquistar inteiramente o apoio e a irrestrita confiança de todas as parcelas da população brasileira (Folha de S. Paulo, 12/05/1964, grifo nosso).

Nos editoriais seguintes, o jornal reforça que ainda há muito trabalho a ser feito pelo governo. O editorial se utiliza da *intertextualidade* ao apresentar a fala do presidente corroborando com sua visão de que a "revolução ainda não terminou". Isso porque, ainda há de se travar a "batalhar do desenvolvimento e da produção". Nesse trecho, é cabível destacar a relação entre a vontade dos "revolucionários e do povo" como sendo uma, utilizando-se da estratégia de *universalização*, colocando como interesse geral, o interesse específico de um grupo, no caso dos "revolucionários". Além disso, é relevante destacar o "pessimismo" novamente sendo construído em contraposição à "esperança" e "confiança". Bem como, mais uma vez, a democracia aparece como uma constante nos editoriais pós-golpe, o que leva a refletir sobre a construção que o jornal fazia do conceito de democracia naquele momento.

(...) É preciso definir atribuições e responsabilidades, firmar a hierarquia e deixar claro o sistema que se pretende seguir no governo do país: se deve ele guiar-se realmente pelas normas legais que o Ato Institucional declarou válidas, e por aquelas que acrescentaram, ou se deve prevalecer em cada caso a vontade dos que sobre seus ombros colocaram a grave responsabilidade

de, pela Revolução, restaurar em sua plenitude o regime democrático no Brasil (Folha de S. Paulo, 15/05/1964, grifo nosso).

Em outro editorial, é possível notar a *força do enunciado* do jornal sobre a definição de responsabilidades do atual governo. Isso porque ao fazer um pedido ou mostrar o que é necessário para o governo, o jornal reforça uma estrutura e uma possível fraqueza do então governo. Ainda, como na observação sobre o fragmento anterior, "restaurar em sua plenitude o regime democrático no Brasil" parece de fato, uma preocupação do jornal, nesse momento.

*A rapidez com que o presidente Castelo Branco se dispôs a receber a contribuição oferecida com tanta sinceridade ao governo por um grupo de especialistas que em memoráveis reuniões debateram a fundo várias das reformas indispensáveis ao país, **contrasta profundamente com o desinteresse do governo anterior.** E esse contraste assinala muito bem as duas situações: **a de ontem, em que os porta-vozes do governo faziam das reformas uma bandeira de agitação, e a de hoje em que o governo pretende chegar às reformas pelo caminho adequado do estudo de todos os problemas que elas envolvem.** (...) A Revolução de 31 de março já tem sido diversamente explicada em vários círculos. **Pretendem uns que ela haja sido o resultado de longa conspiração, ao passo que outros, atentos às tradições de nossas Forças Armadas, sustentam que ela foi, na verdade, um movimento puramente defensivo, que só se deflagrou quando manifesta a impossibilidade de manter um governo que, fugindo ao seu dever, procurava incendiar o país em vez de semear nele o progresso e a paz** (Folha de S. Paulo, 18/05/1964, grifo nosso).*

No fragmento acima, ainda em meados do mês, pode-se identificar que o jornal busca legitimar o novo governo e suas ações através de comparações ao governo de Goulart. Sob afirmativas avaliativas como "desinteresse do governo anterior" e "memoráveis reuniões" do novo governo ou governo que fazia "das reformas uma bandeira de agitação" e o novo governo que pretende "chegar às reformas pelo caminho adequado". Além disso, o jornal começa a falar em leituras sobre o golpe que para alguns - e aqui o editorial não os dá nomes - foi resultado de "longa conspiração" e para outros - também não nomeados, mas dos quais o jornal se insere - um movimento "puramente defensivo".

*A ordem legal vigente no Brasil é, portanto aquela determinada pelo Ato Institucional baixado a 9 de abril deste ano. (...) Dir-se-á que nada disso tem maior significado, e que estamos diante de uma situação de fato. **Não acreditamos – em nome de milhares de brasileiros que precisam saber as quantas andam e que confiam tanto nos chefes militares que assumiram a***

*responsabilidade de depor um governo agitador e demagógico quanto no digno marechal empossado logo após na presidência da República. (...) **Tudo, pois, que contrarie a Constituição, nos termos mantidos pelo Ato Institucional, deve ser considerado pura, e simplesmente ilegalidade** (Folha de S. Paulo, 20/05/1964, grifo nosso).*

Já seguindo para o final do mês, o jornal reforça que a ordem legal vigente no Brasil é a determinada pelo Ato Institucional de 9 de abril e que o contrário a isso deve ser considerado ilegalidade. Ainda, é possível observar, no fragmento acima que o jornal fala, mais uma vez, em nome da sociedade em "não acreditamos" e assume isso "em nome de milhares de brasileiros". Nesse momento, o jornal também passa a focar na Constituição, em seus discursos, atentando para a necessidade de manter-se dentro da legalidade.

*Já se tem dito que o tempo é o maior problema com que defronta o governo presidido pelo marechal Castelo Branco. **Tendo menos de dois anos pela frente, e com uma gigantesca tarefa a realizar** – tirar o país do caos a que o lançou a leviandade do governo passado – enfrenta a atual administração federal um verdadeiro desafio, que lhe porá à prova toda a determinação e energia. É argumentado desde já com a impossibilidade de se concluir essa tarefa no prazo estabelecido, que alguns setores se movimentam no sentido de **adiar as eleições presidenciais para 1966**, prolongando-se em consequência o mandato do presidente Castelo Branco. (...) **Creemos ser cedo ainda para cogitar do assunto**, pois parece-nos precipitada a conclusão de que até 1965 o governo revolucionário não terá ainda podido efetuar a tarefa que se impôs. Que o prazo é pequeno, até exíguo, não se discute. Que é insuficiente é o que não se pode dizer ainda. (...) Pelo consenso geral, e com a prática anuência de todos os setores de opinião, a campanha eleitoral com vistas às eleições do futuro presidente da República está temporariamente suspensa. (...) **A Revolução precisa conquistar ou manter a confiança popular**, e não é com prematuros adiamentos de eleições que o fará. O país, de outro lado, precisa de tranqüilidade para trabalhar e progredir, e não é suscitando polêmicas de toda natureza que se alcançará esse objetivo (Folha de S. Paulo, 22/05/1964, grifo nosso).*

Mais uma vez, o jornal indica ser fundamental apoiar o trabalho do novo governo. Todavia, implica que a "revolução", por sua vez, "precisa conquistar e manter a confiança do povo". Essa afirmativa aparece de forma a legitimar o argumento do editorial de que ainda é prematuro pensar em adiar as eleições presidenciais, como alguns setores estavam se movendo a favor. Além disso, através do fragmento é possível constatar ainda, que o jornal acreditava nas eleições ao dizer que o novo presidente tem uma gigantesca tarefa a realizar "tendo menos de dois anos pela frente".

A cada uma de suas manifestações, o presidente Castelo Branco se reafirma como líder incontestado **da corrente de pensamentos mais lúcida e mais admirável**, entre as diversas que fizeram a Revolução de 31 de março. (...) **Creemos, com toda sinceridade**, que o mal. Castelo Branco não tem nem responsabilidade pelos arbítrios que se cometeram em nome da Revolução, nem deles tem conhecimento (Folha de S. Paulo, 24/05/1964, grifo nosso).

É preciso que se diga, entretanto, que o governo do mal. Castelo Branco está trabalhando, sem muito alarde, mas **proficientemente**. No setor econômico-financeiro já se esboça uma política global, que nunca tivemos, e embora se possa discordar de alguns de seus aspectos, todos são obrigados a reconhecer que só assim se poderá efetuar o combate sistemático à inflação. As tão apregoadas reformas, tema de agitação até bem pouco tempo, só agora, efetivamente, começam a tomar forma e a ser encaradas com seriedade. (...) **O governo no mal. Castelo Branco parte pois, praticamente do nada, e assim pode considerar-se positivo seu saldo.** (...) O meio mais fácil de alcançar esse objetivo é **prestigiar o presidente, apoiar-lhe o sereno trabalho e esperar que a sua indiscutível autoridade se imponha definitivamente sobre pequenas lideranças revolucionárias acaso não totalmente subordinadas às diretrizes da presidência da República** (Folha de S. Paulo, 27/05/1964, grifo nosso).

Nos fragmentos acima, é possível identificar ainda as avaliações positivas do jornal em relação ao governo de Castelo Branco. Em "corrente de pensamentos mais lúcida e mais admirável", "proficientemente", "sereno trabalho" e "indiscutível autoridade" o jornal *avalia* e reforça a legitimidade do presidente e de seu governo para então solicitar que se apóie e prestigie o trabalho do governo "revolucionário" na reconstrução do país. Visto que, tendo partido do nada, "pode considerar-se positivo seu saldo".

Não será exato afirmar que as contradições de democracia e as traições aos ideais democráticos tenham principiado no governo de João Goulart, mas é indiscutível que atingiram o ponto mais intolerável nesse governo. A intervenção das Forças Armadas, e das correntes civis que se lhe aliaram para depor a antiga situação, teve assim o caráter de um **remédio heróico**, aplicado em desespero de causa, **num doente que quase se poderia considerar já condenado.** (...) Permitir a continuação desse estado de coisas seria até um crime para as Forças Armadas, que têm o dever constitucional de defender a pátria e garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem. (...) O que desejamos atingir é aquilo que o ministro Costa e Silva disse ser também o desejo da Revolução: "uma situação de **segurança** que pode ser expressa em **liberdade** com autoridade e **responsabilidade**, riqueza sem privilégios, **democracia** sem demagogia, e **governo do povo sem corrupção.**" (Folha de S. Paulo, 28/05/1964, grifo nosso).

*Se vamos à corrupção, vamos mesmo, para **destruçá-la de vez e robustecer no povo a confiança** com que ele recebeu e aplaudiu a Revolução (Folha de S. Paulo, 31/05/1964, grifo nosso).*

Os editoriais do final do mês apontam para o golpe de Estado como "remédio heróico" que foi aplicado em um "doente que quase se poderia considerar já condenado". Isto é, o jornal utiliza-se da *metáfora*, para apontar mais uma vez para a necessidade de tais ações, da tomada de poder pelos militares do governo de João Goulart. Ainda, pode-se identificar o que o jornal considera importante para o desenvolvimento do país, como "segurança", "liberdade", "responsabilidade" e "democracia" em contraste com "privilégios", "demagogia" e "corrupção", conceitos que foram muito atrelados ao governo anterior. Por fim, ao falar da corrupção o jornal aponta que "destruçá-la de vez" é uma forma de "robustecer no povo a confiança". Aqui ressalta-se então, uma preocupação do jornal ao longo do mês: a de que o governo ainda precisava, nesse momento, conquistar a confiança da sociedade, como pode-se observar também no quadro abaixo.

Quadro 9: Síntese da análise tridimensional do mês de Maio

| | | |
|-------------|---------------------------|---|
| MAIO | TEXTO | <p>Tendo os aspectos dessa dimensão, foi possível identificar dois elementos na construção do mês, pelo jornal:</p> <p><i>avaliação:</i> nesse mês já se começa a falar sobre as eleições diretas, em que o jornal aponta que agora era necessário confiar no povo, "no bom povo desta terra", fazendo uma avaliação positiva sobre aqueles que compreendem o motivo de ter se feito a "revolução" e que, colaborariam com ela votando em candidatos aderentes ao movimento. Ainda, em "corrente de pensamentos mais lúcida e mais admirável", "proficientemente", "sereno trabalho" e "indiscutível autoridade" o jornal <i>avalia</i> e reforça a legitimidade do presidente e de seu governo;</p> <p><i>metáfora:</i> os editoriais do mês apontam para o golpe de Estado como um "remédio heróico" que foi aplicado em um "doente que quase se poderia considerar já condenado", utilizando a metáfora para apontar, novamente, para a necessidade da tomada de poder pelos militares do governo de João Goulart.</p> |
| | PRÁTICA DISCURSIVA | <p>Nesse mês o jornal permaneceu definindo a tomada de poder, repetidamente, como "Revolução" ou "governo revolucionário", bem como utilizando termos como "ordem" e "paciência" ao falar sobre as ações do novo governo. O jornal se utiliza ainda da <i>intertextualidade</i> ao</p> |

| | | |
|--|----------------|--|
| | | apresentar a fala do presidente corroborando com sua visão de que a "revolução ainda não terminou". |
| | PRÁTICA SOCIAL | <p>Nessa dimensão foi possível identificar duas estratégias de construções simbólicas ideológicas:</p> <p><i>universalização</i>: o jornal ainda utiliza essa estratégia para destacar a relação entre a vontade dos "revolucionários e do povo" como sendo uma, colocando como interesse geral, o interesse específico de um grupo, no caso dos "revolucionários".</p> <p><i>simbolização da unidade</i>: o editorial aponta os sindicatos como organizações que não representavam a vontade do trabalhador, utilizando essa estratégia para construir simbolicamente uma identidade coletiva de trabalhador.</p> |

Fonte: elaborado pela autora.

Nessa perspectiva, foi possível identificar alguns indícios do posicionamento do Jornal Folha de S. Paulo no mês de Maio. De acordo com a análise realizada foi possível perceber que, nesse momento, o jornal continua a reforçar que a deposição era necessária. Além disso, o jornal salienta sua confiança no governo de Castelo Branco. Cabe salientar que a construção discursiva "revolução" é amplamente utilizada pelo jornal sempre o atrelando a valores como "ordem", mostrando que agora o país estava caminhando para frente e que, portanto, precisava da confiança da sociedade.

4.7. Junho: "Dois meses: um balanço"

O mês de junho se inicia com a preocupação do jornal sobre o prazo do AI-1. Cabe salientar que, conforme apresenta Skidmore (2010) em 15 de junho expirava o artigo das cassações.

*Os círculos políticos nacionais, especialmente os parlamentares, estão por assim dizer aflitos à espera do próximo dia 15. É que no dia anterior, 14, expira o prazo concedido pelo Ato Institucional ao presidente da República para a cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos. No entanto, **já há quem defenda a prorrogação desse prazo, sob alegação de insuficiente.** (...) Melhor seria, é claro, que dentro desse prazo se desse por terminada a tarefa de expurgo necessária para consolidar a Revolução. **Toda protelação enfraquecerá, em princípio, a autoridade daquele Ato e da própria Revolução,** dando margem aos seus inimigos para alegar o propósito, por parte dos responsáveis pelo movimento de 31 de março, **de retardar a redemocratização do país.** (...) Seja lá como for, se o presidente aceitar a tese da prorrogação e tomar as medidas necessárias à*

sua efetivação, urge que o processo de higienização da vida política se faça da maneira mais rápida possível (Folha de S. Paulo, 02/06/1964, grifo nosso).

Desse modo, o jornal, traz em editorial, a sua preocupação sobre defesa da prorrogação do prazo, tendo em vista, que está poderia enfraquecer "a autoridade daquele Ato e da própria Revolução". O jornal ainda utiliza o termo "redemocratização" do país, o que leva a pressuposição de um contexto anterior de não democratização. No dia seguinte, o jornal elabora um editorial que tem por título "Dois meses de revolução: um balanço", como pode se observar abaixo.

*A Revolução acaba de completar dois meses e num balanço que se desse do que ocorreu nesse período **haveria aspectos positivos e negativos a registrar**. Entre os positivos, inegavelmente, **a restauração do clima de respeitabilidade do governo**, quase completamente malbaratado nos últimos meses da gestão anterior. Pode dar-se o luxo, a administração chefiada pelo mal. Castelo Branco, de adotar medidas convencionalmente consideradas impopulares, **porque, por mais sacrifícios em que estas impliquem para as classes menos favorecidas, há sempre a segurança de que existe sinceridade de propósitos do novo governo**, e a certeza de que a demagogia e a desonestidade estão banidas das altas esferas da República. (...) Infelizmente, há aspectos negativos na nova situação brasileira, que é impossível ocultar,. Registrando-os, e insistindo neles, estamos atendendo ao apelo do mal. Castelo Branco, que em entrevista à imprensa solicitou "**compreensão, advertência e crítica**", ao mesmo tempo que acreditando, estar colaborando com o governo, alertando-o contra o que o pode prejudicar. (...) E se é possível afirmar que o **combate à subversão** se tem desenvolvido com rigor – por vezes exagerado – é certo também que **a repressão aos corruptos não se fez na mesma escala e com a mesma rapidez**. (...) Perguntas como essas revelam o lado negativo, ou pelo menos discutível, **dessa Revolução de dois meses, na qual se deve confiar, por muitos motivos** (Folha de S. Paulo, 03/06/1964, grifo nosso).*

Nesse balanço alguns aspectos são relevantes de se destacar. Primeiramente que o editorial ocorre em termos nitidamente *avaliativos*, utilizando-se da contraposição dos pontos positivos e negativos, dessa vez, apenas do governo de Castelo Branco. Dentre os aspectos positivos, o editorial aponta a "respeitabilidade do governo", isso porque, ainda que sacrifícios sejam feitos no âmbito das classes menos favorecidas, "há sempre a segurança de que existe sinceridade de propósitos no novo governo". Aqui, ainda é possível identificar a estratégia de *simbolização de unidade*, ao passo que o jornal fala novamente em nome do povo, construindo uma identidade coletiva, homogênea.

Por outro lado, no que se refere aos aspectos negativos do governo, o jornal elenca a "repressão aos corruptos" que não se faz na mesma escala e rapidez que o combate à subversão. Por último, o editorial ressalta que essa "revolução de dois meses", apesar do lado negativo, deve-se confiar "por muitos motivos".

*Tem o governo um prazo fatal para as grandes e **dolorosas ações de "expurgo"**. Para estas, que não de visar pessoas públicas e notoriamente comprometidas, quaisquer que sejam elas, e por mais que se hajam elas insinuado entre os revolucionários, pregando moral quando são sabidamente imorais e pureza de costumes quando são inegavelmente corruptas, bastará o consenso geral. Todos as identificam. E se assim é, **desincumbe-se logo o governo da pesada tarefa e permita que, no regime da lei plena, e das plenas garantias constitucionais, se realizem todos os inquéritos e processos que se façam necessários para definir os crimes menores. O drama deve acabar** (Folha de S. Paulo, 05/06/1964, grifo nosso).*

Ainda sobre as cassações o jornal deixa nítido seu posicionamento de que "o drama" devia acabar. O editorial nomeia ainda como "expurgo" essas ações que *avalia* como "dolorosas". Dessa forma, o desejo do jornal é que se finalize logo essa "pesada tarefa" do governo para que no "regime da lei plena" e das "plenas garantias constitucionais" possam se realizar inquéritos e processos. Cabe salientar ainda que o uso repetido do termo "pleno" aparece como uma forma de reforçar legitimidade das ações do governo perante a lei.

*Diga-se ainda que **a obediência ao prazo marcado não impede que se prossigam as investigações** a respeito das atividades dos que conspiraram contra a honra e a dignidade nacionais. **Há ainda tribunais neste país, aos quais podem e devem ser levados todos aqueles que o desonraram.** A possibilidade de perda de mandatos eletivos e de direitos políticos continua a existir, através de processos regulares. Nada impede, pois, que o trabalho de saneamento seja levado avante. **Apenas se lhe retira o caráter de arbítrio que o reveste agora.** (...) O mal. Castelo Branco, pelo que se depreende do noticiário, pensa assim. Com ele estão os que desejam a revolução consolidada, **mas num ambiente de paz e segurança para o povo** (Folha de S. Paulo, 05/06/1964, grifo nosso).*

Desse modo, diante do drama da prorrogação, o jornal constrói uma *coesão textual* a fim de convencer o leitor de seus argumentos. Isto é, ele aponta de que não há necessidade da prorrogação do prazo sem necessariamente o dizer, afirmando que a "obediência ao prazo não impede que prossigam as investigações. Pelo contrário, para corroborar sua fala apresenta a afirmativa "que ainda há tribunais" no país. Desse modo, é possível tirar o "caráter de

arbítrio" dessas ações para que possibilite "um ambiente de paz e segurança para o povo". Cabe salientar o apontamento sobre o caráter arbitrário das ações do governo é a primeira avaliação negativa que o jornal o faz em seus editoriais aos longo desses dois meses do governo golpista.

*Não são muito animadoras, quanto aos destinos da Revolução, as notícias veiculadas nos últimos dias. Muitas delas não passam de simples rumores, que aliais, as autoridades se encarregam de invalidar. São notórias também as explorações políticas da parte de **velhas raposas** que, sentindo chegar até próximo delas a ação saneadora revolucionária, intentam intrigar o governo com o povo. É inegável porém que há mais do que isso: **certos desajustes entre os altos escalões da República, diversidades de critérios que geram contradições, possivelmente até hostilidades entre diferentes correntes das que depuseram o governo Goulart.** (...) O registro desses fatos, longe de ter o intuito de diminuir o governo revolucionário, visa a alertá-lo, a fim de que, consciente dos perigos que o cercam, empreenda a necessária ação enérgica para afastá-los. (...) O que não é natural é que essas forças continuem a existir, mais de dois meses após a vitória, sem se terem subordinado à própria essência da Revolução. (...) **O símbolo pois, da Revolução, e sua autoridade máxima é o chefe da nação. Quando ele se manifesta, portanto, pelo absoluto respeito ao prazo fixado pelo Ato Institucional para as cassações sumárias de mandatos e suspensão de direitos políticos, não se pode admitir que, no seio do governo, haja quem se disponha a contrariá-lo** (Folha de S. Paulo, 06/06/1964, grifo nosso).*

O jornal utiliza, mais uma vez, a *metáfora* "raposa velha" para referir-se aos políticos astutos que descordando da "ação saneadora revolucionária, intentam intrigar o governo com o povo". O jornal aponta ainda, a existência de diferentes correntes dentro as que depuseram João Goulart. Ainda, faz uma *avaliação* sobre Castelo Branco como "símbolo da revolução", o chefe da nação que se manifesta pelo "absoluto respeito" ao prazo do Ato Institucional no que se refere às cassações.

*A última reunião ministerial constituiu mais uma confirmação dos propósitos do atual governo de, **atendendo ao que dele esperam todos os brasileiros**, encaminhar decididamente as reformas de base requeridas pelo país. **Freqüentemente se ouvem críticas quanto à morosidade com que estaria atuando o atual governo nesse setor. Essas críticas, porém, quando não refletem os propósitos oposicionistas de certos grupos, resultam da ansiedade natural da opinião pública no sentido de medidas práticas de cunho nitidamente reformistas.** Turbada por esses fatores emocionais, a apreciação da conduta do governo deixa de considerar as circunstâncias especialíssimas em que este se constituiu e a exigüidade do prazo de que até agora dispôs. (...) **É preciso, portanto, que se tenha o bom***

senso suficiente para colocar o problema das reformas nos seus devidos termos, sem se deixar envolver pela intriga orquestrada pela oposição nem pela impaciência.(...) O governo procura, pois, dar resposta adequada, no âmbito administrativo, aos **terríveis desafios** que a situação atual lhe apresenta, fazendo jus ao **crédito de confiança** que lhe abriram os mais variados setores da opinião pública (Folha de S. Paulo, 08/06/1964, grifo nosso).

Volta-se então a se falar das reformas de base apontando que o governo está trabalhando "atendendo o que esperam os brasileiros". Nessa afirmativa, novamente se encontra o uso da *simbolização de unidade*, como se o governo respondesse a todos de forma hegemônica. Além disso, a construção do fragmento acima apresenta o uso de argumentos por parte do jornal para deslegitimar as críticas ao governo. Isso porque, para o editorial "essas críticas, quando não refletem no propósito oposicionista de certos grupos" - aqui enfatizando que é uma parte e não um todo - "resultam da ansiedade natural da opinião pública" - utilizando da estratégia de *naturalização*, em que transforma uma construção social como natural. Ainda pode-se observar a força do enunciado, quando o jornal faz um pedido em "é preciso que se tenha bom senso suficiente para colocar o problema das reformas nos seus devidos termos" apontando que não pode se envolver pela intriga da oposição nem pela impaciência. Por fim, no fragmento acima, o editorial ainda faz uma *avaliação* quanto aos desafios do governo os apontando como terríveis. Bem como, remete, mais uma vez, ao "crédito de confiança" que alguns setores da opinião pública parecem ter dado.

Finalmente, para que se atinja o ideal de plena confiança popular em relação ao movimento de 31 de março, é indispensável que venham a público, de maneira clara e insofismável, os crimes atribuídos a cada uma das pessoas acusadas e punidas pela Revolução, algumas delas colhidas ante a maior surpresa do público. A ninguém poderá agradar a degola, pura e simples, de cidadão algum, sem defesa e sem explicação (Folha de S. Paulo, 10/06/1964, grifo nosso).

Em 10 dias do mês de junho, o jornal já começa a exigir respostas do governo, nesse "período de limpa" designado pelo novo governo, como aponta Skidmore (2010, p. 356). Segundo o autor, quando encerrou o prazo previsto do artigo do Ato Constitucional que liberava as cassações, cerca de 378 pessoas haviam sido suspensos de seus direitos políticos. Diante desse panorama, o jornal afirma que "a ninguém poderá agradar" todas essas ações sem defesa ou

explicação. Novamente, o jornal utiliza a estratégia de simbolização da unidade para reforçar o coletivo insatisfeito pelas ações do governo.

*Assim, pois, o ex-presidente da República, pela lógica mais plausível, acabou sacrificado por ter incorrido naqueles que parecem ser, para a Revolução, **os mais graves pecados mortais: a subversão e a corrupção**. Não é este o momento de discutir se a acusação é justa, mesmo porque os elementos divulgados pelo Conselho de Segurança Nacional, incompletos e falhos, não permitem o juízo definitivo. O importante é a indicação de que o governo revolucionário, para fazer valer a sua justiça e ser fiel à sua filosofia, não poupou nem mesmo um político da projeção de Juscelino Kubitschek. **À subversão e à corrupção, repita-se, é que se deveu o castigo a ele imposto, não a motivos puramente políticos.** (...) Registre-se, aliás, que o cerco aos corruptos parece ter-se intensificado nos últimos dias. **As recentes listas de cassações de mandatos ou suspensões de direitos políticos já incluem, em número apreciável, nomes que notoriamente não podem ser suspeitos de atividades subversivos mas em compensação tem uma "sólida" reputação em improbidade e negocismo** (Folha de S. Paulo, 11/06/1964, grifo nosso).*

Novamente, o jornal se utiliza de um texto coeso para reforçar suas afirmativas. O editorial acima argumenta que "os mais graves pecados mortais" - aqui fazendo uma nítida *avaliação* dos pecados do Brasil - são a subversão e a corrupção, como já se havia falado em editorial anterior. Entretanto, agora, o jornal está reforçando a ação do governo em estar preocupando-se com os corruptos e não mais apenas com os "subversivos". Desse modo, o jornal elenca o exemplo do antigo presidente Juscelino Kubitschek afirmando que foram por esses dois motivos e não por simples motivos políticos. Assim como, aponta que nas recentes listas de cassações estão políticos, sobretudo voltados para sua reputação em improbidade, isto é, por sua aproximação à corrupção.

*Terá o governo suas razões para **o torturante pinga-fogo** destes últimos dias, a divulgação parcelada dos nomes das pessoas prescritas da vida pública nacional. Será, possivelmente, conseqüência do escrúpulo com que o presidente da República se vem entregando a casa **penosa tarefa**. Nem por isso, entretanto, se deve ocultar o mal-estar que isso vem causando o país. (...) Praticamente esse estado de espírito domina hoje todo país, que em suspenso vive de ouvidos colados aos rádios ou de olhos postos nas manchetes dos jornais, para se inteirar das ultimas cassações mandatos ou suspensões de direitos políticos. Os negócios se retraem, as atividades produtivas da nação diminuem, o temor se generaliza. Como não só pessoas de ativa militância política têm sido atingidas, a incerteza e a inquietação transferiram-se também para os meios forenses, os universitários, os sindicais, os de negócio. (...) **Gostaríamos de repetir que***

*quem não deve não teme. Infelizmente, porém, algumas notórias injustiçadas listas anteriores não permitem a grande número de pessoas esse consolo. **Se por um lado há razões para confiar no critério do presidente Castelo Branco – a quem cabe à decisão final – por outro lado existem justificáveis motivos de reservas quanto aos critérios que vêm sendo usados pelos organismos encarregados de reunir dados para instruir aquela decisão.** Com os inquéritos sumários que vêm sendo feitos, as investigações mais ou menos atropeladas, a recusa do direito de defesa aos acusados, ninguém pode sentir-se a salvo de uma injustiça. E à instância final – o presidente da República - **é humanamente impossível, por maiores cuidados que tome, determinar o castigo de culpados, sem levar de roldão, vez por outra, um inocente.**(...) É por essa razão que o país todo espera com ansiedade o próximo dia 14, quando cessará o poder excepcional de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, atribuído pelo Ato Institucional ao chefe da nação (Folha de S. Paulo, 12/06/1964, grifo nosso).*

O jornal continua fazendo avaliações sobre o cenário político que estava inserido Castelo Branco. Em "torturante pinga-fogo" e "penosa tarefa" o jornal avalia negativamente as ações que estão sendo tomadas pelo governo. Além disso, é possível identificar que, mesmo com as preocupações do jornal quanto às cassações, o jornal traz pela primeira vez, nesse contexto a afirmativa de que "quem não deve não teme". Sendo essa uma *construção* discursiva utilizada até os dias atuais por determinados grupos de direita, para defender que só sofreram nesse período quem de fato "devia". Ainda, é possível identificar que, ao passo que o jornal buscava legitimar que havia "razões para confiar no critério" de Castelo Branco, o jornal aponta que é "humanamente impossível, por maiores cuidados que tome" julgar como culpado um inocente em algum momento. Nessas afirmativas, é possível identificar que o jornal utiliza a estratégia de *denominalização*, uma vez que concentra a atenção na incapacidade humana e, portanto, aceitável, do presidente para se avaliar tantos casos em detrimento dos inocentes que pagariam por esse erro.

*Chega hoje a Revolução brasileira ao fim de uma de suas fases e, não obstante o inconformismo dos que prefeririam que essa fase se prolongasse por mais tempo, **é com inegável sensação de desafogo que a opinião pública recebe esse fato.** A partir de amanhã, cessam os efeitos do art. 10 do Ato Institucional, que atribuiu ao presidente da República, por sessenta dias a contar de sua posse, o poder de cassar sumariamente mandatos e suspender direitos políticos. (...) Não há razão, pois, para temer quanto aos destinos da Revolução, pelo simples término de uma de suas fases. Pelo contrário, **a desnecessidade da prorrogação do prazo que hoje se vence – reconhecida pela máxima autoridade revolucionária, o presidente Castelo***

Branco, ao negar-se a tomar a iniciativa de prolongar a vigência do art. 10 – **deve ser considerada como indício de que a Revolução está suficientemente consolidada e já não quer valer-se de instrumentos drásticos, além dos limites em que eles foram concedidos.** Suprimida a possibilidade de perda sumária de mandatos, o Congresso pode voltar a funcionar com mais autoridade. **A normalidade democrática começa a restabelecer-se e o país volta a respirar mais tranquilamente** (Folha de S. Paulo, 14/06/1964, grifo nosso).

Finalmente, depois de tantos questionamentos, chega ao fim os efeitos do art. 10 do Ato Institucional que atribuía à Castelo Branco o poder de cassar mandatos e suspender direitos políticos. O jornal reforça ainda a imagem de "autoridade máxima revolucionária" de Castelo Branco como uma *avaliação* positiva de sua ação em não prorrogar esse prazo. Ainda, aponta essa atitude como um "indício de que a Revolução está suficientemente consolidada" e que não quer "valer-se de instrumentos drásticos". Por fim, o editorial acima chama a atenção em novamente trazer o conceito de democracia apontando que o Brasil estaria voltando para sua "normalidade democrática" e que poderia voltar a "respirar mais tranquilamente.

O importante, porém, é que o presidente resistiu às enormes pressões que sobre ele agiram para desvirtuar o próprio Ato Institucional, eternizando os poderes absolutos concentrados nas mãos do chefe da nação. Para tristeza de todos os brasileiros que desejam paz para trabalhar com alegria e eficiência, não faltaram os que, dando vazão a seus sentimentos de ódio ou procurando aparecer como donos da verdade ou máximos intérpretes dos ideais revolucionários, atacaram o presidente da República pela resistência que ele ofereceu às manobras proteladoras do regime exceção. Aos olhos dessa gente deve ter falhado o marechal Castelo Branco. Mas aos olhos de todos os que analisam serenamente o momento político nacional ele cresceu, e muito, surgindo como defensor incansável da lei e fiador da ordem de que o país precisa desenvolver-se e progredir. (...) Mais do que isso, todos os verdadeiros patriotas enxergam diante de si, aberta e clara, a estrada da reconstrução. (...) Esta é a tarefa que agora se impõe: a de mobilizar os recursos do país para sua reconstrução e para garantia de seu pleno desenvolvimento. Saberá vencê-la galhardamente o presidente da República, que tão bem soube resistir às pressões odientas que dele queriam fazer apenas um vingador. É o que sinceramente desejamos (Folha de S. Paulo, 16/06/1964, grifo nosso).

Com o fim das cassações, os editoriais seguintes retornam falando da "estrada da reconstrução do país, enxergada pelos "verdadeiros patriotas" que acreditam no "pleno desenvolvimento" do país. Ainda como uma *avaliação* sobre os que desejavam a prorrogação do prazo das cassações, o jornal utiliza-se da

estratégia de *simbolização de unidade e expurgo do outro*. O primeiro no que se refere à "tristeza de todos os brasileiros que desejam paz para trabalhar com alegria e eficiência", construindo uma identidade coletiva. O último, se referindo aos que atacaram ao presidente em sua escolha como "essa gente", construindo simbolicamente um inimigo.

*O atual governo da República, não obstante o exíguo prazo de que dispõe (se prevalecer a disposição do presidente da República de **entregar o poder ao seu sucessor, eleito em 1965**), tem amplas oportunidades de promover algumas reformas profundas e importantíssimas na estrutura econômica, política e social da nação. **Não o fará se não quiser, ou se se revelar absolutamente incompetente para a tarefa que o aguarda.** (...) Em primeiro lugar, continua a dispor de poderes excepcionais, muito maiores do que os com que contavam os governos passados. (...) Com determinação e com lucidez, portanto, o governo pode, **em poucos meses, transformar a fisionomia do país. Com os elementos de que se dispõe, um eventual fracasso seria terrivelmente decepcionante e dificilmente justificável** (Folha de S. Paulo, 18/06/1964, grifo nosso).*

No fragmento acima é possível identificar que o jornal, já no final do mês de junho, ainda esperava uma eleição em 1965. Além disso, o jornal faz algumas observações contando que o governo ainda tem alguns meses para "transformar a fisionomia do país". Isso porque, com "os elementos de que se dispõe" um possível fracasso seria visto para o jornal como "decepcionante e dificilmente justificável". Desse modo, o jornal traz aspectos de *força no seu enunciado* de que o governo "não fará se não quiser" no que se refere as reformas e as melhorias na estrutura econômica, política e social do país.

*Mais cedo do que esperavam os cétricos, a Revolução começa a mostrar a sua face reformista, aquela que realmente a justifica. Também mais cedo do que se esperava, o reformismo revolucionário começa a receber **violentos ataques**. Em compensação, mais cedo do que se esperava, igualmente, os horizontes começam a clarear, permitindo que se identifiquem os que desejam o pleno desenvolvimento nacional, mediante a alteração de velhas e viciadas estruturas, e **os que querem que tudo continue como antes.** (...) **O reformismo do atual governo difere substancialmente do antigo.** Se a bandeira é a mesma, as mãos que a seguram são bem outras. Desapareceram as justas razões que faziam com que se olhasse com desconfiança a pregação governamental. **Temos hoje, com um governo honrado, a certeza de que as idéias de reforma não serão usadas para fomentar lutas de classes, ou para disfarçar a inércia administrativa, ou ainda para iludir as massas mais desfavorecidas** (Folha de S. Paulo, 20/06/1964, grifo nosso).*

Já caminhando para o final do mês é possível identificar a crítica do jornal aos anti-reformistas. Para reforçar seu argumento, o editorial, mais uma vez, apresenta comparações entre o governo de Castelo Branco e de Goulart. Desse modo, o jornal *avalia* esse como negativo enquanto aquele como positivo. Isto é, o atual governo como "honrado" e o antigo como o que usava as idéias de reforma para "fomentar lutas de classes", "disfarçar a inércia administrativa" e "iludir as massas mais desfavorecidas". Além disso, utiliza a estratégia de *expurgo do outro* em apontar os "violentos ataques" vindo "dos que querem que tudo continue como antes", construindo simbolicamente um inimigo do governo.

*O próprio Ato Institucional estabeleceu que os mandatos dos atuais presidente e vice-presidente da república terminarão em 31 de janeiro de 1966, o que significa que seus sucessores deverão ser eleitos alguns meses antes, na data anteriormente prevista. (...) Pode acontecer, entretanto, que o **tempo se revele curto para higienização do processo eleitoral brasileiro**, de tal maneira que ele continue a apresentar as brechas por onde se insinuam perante **o eleitorado os indignos e os corruptos - sempre com muitas possibilidades de se elegerem**, mercê da própria indignidade e da própria corrupção. **Nessas condições, e em última instância, a nação admitiria o protelamento absolutamente indispensável, e que não poderia ser superior a um ano** (Folha de S. Paulo, 21/06/1964, grifo nosso).*

*Ninguém poderá de boa fé acreditar que o governo do mal. Castelo Branco pretenda utilizar os analfabetos como massa de manobra eleitoral, ou assentar neles **intenções continuístas ou quaisquer outras, menos democráticas** (Folha de S. Paulo, 24/06/1964, grifo nosso).*

Ainda antes de terminar o mês, retoma-se a temática das eleições e levanta-se a questão de uma possível prorrogação do governo de Castelo Branco. Isso porque, de acordo com o editorial, que o tempo se revele "curto para higienização do processo eleitoral brasileiro", correndo o risco de se elegerem "os indignos e os corruptos". Desse modo, novamente, falando em nome do povo e utilizando a estratégia de *universalização*, o jornal aponta que "a nação admitiria o protelamento", isto é, tornando como geral uma visão individual do jornal ou de alguns grupos favoráveis a essa decisão. Ainda, reforça seu argumento legitimando, mais uma vez, que "ninguém pode acreditar em intenções continuístas ou quaisquer outras, menos democráticas" por parte de Castelo Branco.

Da mensagem enviada pelo presidente Castelo Branco ao Congresso, visando à modificação de alguns artigos da

*Constituição Federal, o que até agora mais empolgou a opinião pública e a dos críticos foram as medidas relativas à maioria absoluta e à extensão do direito ao voto, embora com limitações, aos analfabetos. (...) Viram todos com que cautela se houve o marechal Castelo Branco nos meses que teve em mãos os mais fortes poderes. **Terá errado, é certo, em pormenores, mas sua ação se impôs à confiança e ao respeito de todos.** Ninguém mais do que ele, responsável pela implantação dos ideais da revolução em nosso país, há de estar interessado em combater o analfabetismo em todos os rincões da pátria. (...) **A democracia não é um regime que comporte, ao lado de uma minoria falante, uma grande maioria de vozes emudecidas pela lei. É o regime em que todos falam. E o povo fala é pelo voto.** Por isso defendemos a proposição presidencial quando visa a dar a todos o direito de votar, e combatemo-la quando, com a ideia da maioria absoluta, pode criar a anomalia de a escolha nascida diretamente do povo ser cassada por grupos políticos que confabulem em torno de um candidato que o próprio povo talvez desconheça (Folha de S. Paulo, 27/06/1964, grifo nosso).*

Nesse raciocínio sobre as eleições, um editorial seguinte, como pode-se observar no fragmento acima, traz a discussão sobre o voto do analfabeto. Cabe salientar o cuidado que o jornal tem em apresentar as ações do atual governo que mesmo errando pormenores, "se impôs à confiança e ao respeito de todos". Por fim, o editorial *conceitualiza* a democracia como um regime "em que todos falam" a fim de *avaliar* positivamente às modificações de Castelo Branco enviadas ao Congresso, no que se refere ao voto do analfabeto.

Excelente a proposta de emenda constitucional que o presidente da República encaminhou ao Congresso a respeito de equiparação de vencimentos do funcionalismo dos três poderes. (...) Há em todos esses atos uma clara demonstração de honestidade administrativa e política. Com eles o governo – e trata-se de um governo revolucionário, que poderia confiar mais na força do que na lei – limita sua própria ação e despoja-se de um dos maiores poderes com que têm contato os políticos brasileiros, quando investidos nos altos postos administrativos: o uso do cargo público como meio de aliciamento eleitoral (Folha de S. Paulo, 29/06/1964, grifo nosso).

Ainda no que se refere a proposta de emenda constitucional que Castelo Branco encaminhou ao Congresso o jornal faz outras avaliações positivas. Nesse caso, no que se refere à equiparação de vencimentos, mostrando ser essa uma "excelente proposta" e "uma clara demonstração de honestidade administrativa e política.

*O presidente da República **esclareceu com muita propriedade** a questão, ao declarar este fim de semana que as reformas que o governo procura agora encaminhar (e em torno delas giram as queixas) não são suas nem do sr. João Goulart, "mas pertencem*

à fase da evolução brasileira iniciada em 1945". (...) Os que hoje combatem o reformismo do atual governo, não o argumento de que é o mesmo do sr. João Goulart, em última análise demonstraram que são antirreformistas mesmo, em quaisquer circunstância (Folha de S. Paulo, 30/06/1964, grifo nosso).

O jornal em editorial finaliza o mês de junho reforçando sua admiração por Castelo Branco avaliando seu esclarecimento feito "com muita propriedade". Além disso, mais uma vez utiliza a *estratégia de expurgo* do outro, apontando como inimigo "os que hoje combatem o reformismo do atual governo", demonstrando que "são antirreformistas". Nesse sentido, o quadro abaixo, apresenta uma síntese sobre a análise do mês.

Quadro 10: Síntese da análise tridimensional do mês de Junho

| | | |
|--------------|---------------------------|---|
| JUNHO | TEXTO | <p>Tendo os aspectos dessa dimensão, foi possível identificar dois elementos na construção do mês, pelo jornal:</p> <p><i>avaliação:</i>o jornal utiliza esse elemento em diferentes momentos, nesse mês, sobretudo, utilizando-se da contraposição dos pontos positivos e negativos, dessa vez, sobre o governo de Castelo Branco. Dentre os aspectos positivos, o jornal aponta a "respeitabilidade do governo" e, no que se refere aos aspectos negativos do governo, o jornal elenca a "repressão aos corruptos" que não se faz na mesma escala e rapidez que o combate à subversão. Ainda sobre as cassações o jornal deixa nítido seu posicionamento de que "o drama" devia acabar. Entretanto, faz uma <i>avaliação</i> sobre Castelo Branco como "símbolo da revolução", o chefe da nação que se manifesta pelo "absoluto respeito". Assim, o jornal reforça ainda a imagem de "autoridade máxima revolucionária" de Castelo Branco;</p> <p><i>metáfora:</i>o jornal utiliza, mais de uma vez, o termo "raposa velha" para referir-se aos políticos astutos que descordando da "ação saneadora revolucionária, intentam intrigar o governo com o povo".</p> |
| | PRÁTICA DISCURSIVA | <p>Além disso, foi possível identificar que, mesmo com as preocupações do jornal quanto às cassações, nesse mês, o jornal traz pela primeira vez, a afirmativa de que "quem não deve não teme". Sendo essa uma <i>construção</i> discursiva utilizada até os dias atuais por determinados grupos de direita, para defender que só sofreram nesse período quem de fato "devia". Ainda, o editorial conceitualiza a democracia como um regime "em que todos falam" a fim de apontar como positivas as modificações de Castelo Branco enviadas ao Congresso, no que se refere ao voto do analfabeto.</p> |

| | | |
|--|---------------------------|---|
| | PRÁTICA SOCIAL | <p>Foi possível identificar cinco estratégias de construções simbólicas ideológicas:</p> <p><i>universalização</i>: novamente, falando em nome do povo, utilizando essa estratégia, o jornal aponta que "a nação admitiria o protelamento", isto é, tornando como geral uma visão individual de alguns grupos favoráveis ao essa decisão de postergação do governo de Castelo Branco.;</p> <p><i>simbolização da unidade</i>: o jornal volta a falar das reformas de base apontando que o governo está trabalhando "atendendo o que esperam os brasileiros", utilizando essa estratégia, como se o governo respondessem a todos de forma hegemônica;</p> <p>naturalização: para deslegitimar as críticas ao novo governo, o jornal aponta o fator de "ansiedade natural da opinião pública" em que transforma uma construção social como natural;</p> <p><i>nominalização</i>: sobre as arbitrariedades das cassações é possível identificar que o jornal utiliza essa estratégia concentrando a atenção na incapacidade humana e portanto, aceitável, do presidente para se avaliar tantos casos em detrimento dos inocentes que pagariam pelos erros;</p> <p><i>expurgo do outro</i>: o jornal utiliza essa estratégia se referindo aos que atacaram ao presidente em sua escolha como "essa gente", e em apontar os "violentos ataques" vindo "dos que querem que tudo continue como antes", construindo simbolicamente um inimigo do governo.</p> |
|--|---------------------------|---|

Fonte: elaborado pela autora.

Nessa conjuntura, foi possível identificar alguns indícios do posicionamento do Jornal Folha de S. Paulo no mês de Junho. De acordo com a análise realizada, foi possível perceber que, nesse momento, o jornal demonstra um desconforto com as arbitrariedades das cassações, mas, não deixa de ressaltar a autoridade de Castelo Branco. Ainda, retoma as discussões sobre as reformas de base, que no governo de Goulart eram vistas apenas como bandeira demagógica, agora são vistas como necessárias e fundamentais a serem trabalhadas com a seriedade do novo governo. Além disso, o jornal começa a apresentar certo apoio a prorrogação do governo de Castelo Branco, o apontando suas ações como positivas. Desse modo, o jornal constrói um inimigo do governo como sendo aqueles que não conseguem enxergar o futuro.

5 Considerações Finais

O presente trabalho teve por objetivo investigar, à luz da análise crítica do discurso, quais estratégias discursivo-linguísticas o Jornal Folha de São Paulo utilizou para se posicionar ideologicamente antes, durante e depois do golpe de Estado de março de 1964. Nessa perspectiva, diante da análise realizada, foi possível identificar três etapas na trajetória discursiva do posicionamento do Jornal Folha de São Paulo em relação ao golpe civil-militar de 1964: (1) um momento de significativa contribuição do Jornal Folha de S. Paulo para a desestabilização do governo do presidente João Goulart, (marcado pelos editoriais de Janeiro, Fevereiro e Março); (2) um momento de alinhamento do Jornal Folha de S. Paulo com o golpe militar, (marcado pelo Caderno Especial e os editoriais do mês de Abril); e (3) um momento de apoio ao posterior governo de Castelo Branco, com ressalvas, (marcado pelos editoriais de Maio e Junho).

Essas etapas foram identificadas nos editoriais cotidianos e no caderno especial. Como se pôde observar, o mês de Janeiro foi marcado pela construção discursiva do governo de João Goulart de forma negativa, no qual, o jornal aponta sua responsabilidade pela crise presente no país. Foi identificada a predominância do uso de termos como “incapacidade”, “infiltração comunista” e “falta de ordem” atrelando-os sempre ao governo de Goulart. Desse modo, o estado de crise do país, para o jornal, estava diretamente relacionado com as ações do governo de Goulart e com suas pregações chamadas de reformistas e subversivas.

Em Fevereiro, o jornal continua a construir o governo de João Goulart de forma negativa e, inicia a construção discursiva das Forças Armadas de forma positiva. Nesse momento, os editoriais passam a reforçar os termos "subversão", "comunismo" e "desordem", ainda os atrelando ao governo de Goulart, o culpando também pela crise econômica instalada no país.

No mês de Março, o jornal critica fortemente algumas ações políticas de Goulart como a participação no Comício do dia 13 de março, o comparando com

ditadores. Ainda, constrói a Marcha da Família como uma demonstração do povo de insatisfação com as ações do governo. Além disso, utiliza termos como "disciplina", "confiança" e "respeito" já nos últimos editoriais do mês, que passam a acompanhar grande parte dos votos do jornal no Caderno Especial. Que por sua vez, destacou o potencial de crescimento do país e se inseriu como parte do todo enfatizando as vantagens da indústria como sendo benefício de toda sociedade.

O Caderno Especial "64 – o Brasil continua" é uma publicação mais singular no meio dos editoriais e é preciso entender melhor sua inserção nesse contexto. Isso porque se pode perceber a existência de uma ruptura no encadeamento das construções discursivas, entre os editoriais de março e o Caderno Especial. Com exceção dos termos acima apontados, pode-se observar na análise que o mês de março reforça a preocupação do jornal com o contexto político, econômico e social, enquanto o caderno apresenta em seu conjunto dereportagens e propagandas, uma visão muito esperançosa e positiva sobre o contexto do país.

No mês de Abril, por sua vez, o jornal passa a reforçar as justificativas para a deposição de Goulart sempre apontando os militares como agentes responsáveis e importantes para manter a democracia no Brasil. Nesse momento, o jornal já começa a nomear o movimento de tomada de poder pelos militares como "revolução" mostrando a forma como o jornal encarou esse novo momento. Entretanto, preocupado com o cerceamento da imprensa, ainda nesse primeiro mês do golpe, é possível observar um ponto de inflexão por parte do jornal, apontando sempre para a Constituição e o cumprimento de suas Leis.

No mês de Maio, o jornal continua a reforçar que a deposição de João Goulart era necessária e, salienta sua confiança no governo de Castelo Branco. Ainda, a construção discursiva "revolução" é amplamente utilizada pelo jornal sempre o atrelando a valores como "ordem", mostrando que agora o país estava caminhando para frente e que, portanto, precisava da confiança da sociedade.

Por fim, no mês de Junho, o jornal demonstra um desconforto com as arbitrariedades das cassações, mas, com ressalvas, não deixa de apontar a autoridade de Castelo Branco. Ainda, retoma as discussões sobre as reformas de base, que no novo governo seriam trabalhadas com a seriedade e não mais

apenas como demagógicas. Além disso, o jornal constrói como inimigo do novo governo aqueles que não conseguem enxergar o futuro.

Dessa maneira, é possível afirmar que o jornal Folha de São Paulo atuou fortemente não somente como instrumento de informação, mas também como ferramenta de desestabilização do governo de Goulart e apoiadora do posterior governo de Castelo Branco. Todavia, cabe salientar que apesar desse apoio, o jornal em alguns momentos se questionou e fez até alguns pedidos ao novo governo.

Diante desses achados, tornam-se cada vez mais necessárias as discussões direcionadas à relação entre as empresas, o governo e a sociedade. Isso porque, do mesmo modo como observado nos editoriais de janeiro a junho de 1964, ainda hoje é possível identificar que, de acordo com seus interesses mercadológicos, as empresas podem assumir diferentes posicionamentos. E no caso da imprensa, influenciar todo um posicionamento social, uma vez que, a comunicação de massa constrói e fomenta discursos não só ligados à política, mas também à cultura, à educação e, às diferentes temáticas e decisões e posicionamentos que perpassam à sociedade.

Por fim, uma vez que foi utilizada a análise crítica do discurso que tem como última etapa uma análise reflexiva, uma consideração final consiste em enfatizar que, considerando a historiografia que apresenta mudanças no posicionamento da imprensa no período de abertura política de 1985, deve-se ressaltar que a presente análise se refere apenas ao período de janeiro a junho de 1964. Sabe-se por todos os aspectos estudados e já mencionados, que o discurso da empresa é o discurso presente no jornal e, por isso pode transbordar para outras seções do jornal que não foram abordadas aqui, uma vez que este estudo se limita aos editoriais diários e ao caderno especial.

5.1.

Sugestões e recomendações para novas pesquisas

Como desdobramento futuro considera-se que seja importante realizar a análise da construção discursiva de outros jornais da grande imprensa no mesmo período a fim de observar as aproximações e afastamentos desses com o Jornal Folha de São Paulo. Além disso, acredita-se que seja interessante proceder à análise de outros editoriais do Jornal, como por exemplo, ao longo do

período ditatorial, no período de transição democrática e, até mesmo no contexto atual a fim de identificar as nuances de construções discursivas e do posicionamento ideológico do Jornal Folha de São Paulo frente a diferentes contextos políticos e sociais. Ademais, comparar os achados dessa pesquisa com um jornal alternativo da época pode ser um caminho relevante para se analisar as diferenças nas construções discursivas e, conseqüentemente, nos posicionamentos ideológicos entre esses jornais.

6 Referências Bibliográficas

ABREU, A, A. *A imprensa e a queda do governo de João Goulart*. IN: BRAGANÇA, A., MOREIRA, S.V. (Org). Comunicação, acontecimento e memória. Intercom, 2005.

ALCADIPANI, R; BERTERO, C. O. Guerra Fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 52(3), 284-299, 2012.

ALCADIPANI, R; BERTERO, C. O. Uma escola norte-americana no ultramar? Uma historiografia da EAESP. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 54(2), 154-169, 2014.

AQUINO, M. A. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento* / Maria Aparecida de Aquino. -- Bauru: EDUSC, 1999.

BARROS, A. Antecedentes dos cursos superiores em Administração brasileiros: as escolas de Comércio e o curso superior em Administração e Finanças. *Cadernos EBAPE*. BR, 15(1), 88-100, 2017.

BARROS, A. N; CARRIERI, A. P. Ensino superior em administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil - Estados Unidos. *Cadernos Ebape.br*, 11(2), 256-273, 2013.

BIROLI, F. *Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia. Sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004*. *Varia Historia* vol. 25, núm. 41, enero-junio, 2009, pp. 269-291. Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, Brasil.

BLOMMAERT, J; BULCAEN, C. Criticaldiscourseanalysis. *Annu. Rev. Anthropol.* 2000. 29:447-66 Copyright 2000 by Annual Reviews.

BOOTH, C; ROWLINSON, M. Management and organizational history: prospects. *Management & Organizational History*, 1(1), 5-30, 2006.

BORTONE, E. A. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a Ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)* / Elaine de Almeida Bortone. Tese de doutorado em História Social do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

CABRAL, A. C. A. A análise do discurso como estratégia de pesquisa no campo da administração: um olhar global. *Revista Contemporânea de Economia*. Vol3. Nº1Jan-Jul/2005 (59-68).

CAMPOS, P. H. P. Empreiteiros e Imprensa: a atuação dos empresários da construção pesada junto aos veículos de comunicação antes e durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1988). *Revista de História*. (São Paulo), n.177, a01717. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.128512>>. 2018.

CAPELATO, M.H. História do Tempo Presente: A Grande Imprensa como Fonte e Objeto de Estudo. In: DELGADO, L.A.N.; FERREIRA, M.M. (Orgs) *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: *Alfa-Omega*, 1980.

CARVALHO, A. "*Contando a história*" da ditadura civil-militar: a grande imprensa e a construção da memória do Brasil democrático. IN: História e memória das ditaduras do século XX, V.1 / Organizadoras Samantha VizQuadrat, Denise Rollemberg - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CARVALHO, B. L. P. Digitalização de Jornais: uma reflexão sobre desafios e melhores práticas. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.29, n.2, p.89-102, Jul./Dez., 2016.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis in organizational studies: towards an integrationist methodology. *Journal of Management Studies*, v. 47, n. 6, p. 1213-1218, 2010.

CLARK, P; ROWLINSON, M. The treatment of history in organization studies: towards an "historical turn"? *Business History*, 46(3), 331-352, 2004.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Mortos e desaparecidos políticos (Vol. 3), 2014. Brasília, DF. Recuperado de http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf.

COSTA, A. S. M; BARROS, D.F; MARTINS, P. E. M. Perspectiva Histórica em Administração: Novos Objetos, Novos Problemas, Novas Abordagens. *Revista de Administração de Empresas*, 50(3), 288-299, 2010.

COSTA, A. S. M; SILVA, M. A. C. Novas Fontes, Novas Versões: Contribuições do Acervo da Comissão Nacional da Verdade. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(2), 163-183, 2017a.

COSTA, A. S. M; SILVA, M. A. C. A Pesquisa Histórica em Administração: uma Proposta para Práticas de Pesquisa. *RAEP. Administração: Ensino e Pesquisa*, v.20, n.1, 2019.

COSTA, A. S. M; SILVA, M. A. C. Empresas, violação dos direitos humanos e ditadura civil-militar brasileira: a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade. *Organização & Sociedade*, 25(84), 15-29, 2018.

COSTA, A. S. M; SARAIVA, L. A. S. Memória e formalização social do passado nas organizações. *Revista de Administração Pública*, 45(6), 1761-1780, 2011.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. *A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa*. In: Denzin, N.; Lincoln, Y. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, A. B. *O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil, 2012.

DIAS, A. B. "64- Brasil continua": História, memória e as impressões da Folha de S. Paulo sobre o golpe militar de 1964. *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)* - v.2, n.1, jan./jun, 2013 - ISSN 2238-3913 (versão impressa) 2238-5126 (versão online).

DIAS, L. A. *Entre letras e números: uma análise do jornal Folha de S. Paulo e de pesquisas de opinião do Ibope (1963-1964)*. IN: Mídia e governos

autoritários: 60 anos do suicídio de Getúlio Vargas e 50 anos do golpe civil-militar no Brasil [recurso eletrônico] / Carla Montuori Fernandes, Genira Chagas, organizadoras.-- João Pessoa: Editora Idéia, 2014.

DIAS, L. A. *Imprensa e poder: uma análise dos jornais OESP e FSP no golpe de 1964*. 2010. Disponível em: <http://www.waporbh.ufmg.br/papers/Luiz_Antonio_Dias_1.pdf>. Acesso em 06 de dezembro de 2017.

DINIZ, E. *Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85*. In: 21 anos do regime militar: balanços e perspectivas. Gláucio Ary Dilton Soares, Maria Celina D'Araújo (organizadores); Almir Pazzianotto Pinto... [et al.] – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994.

DREIFUSS, R. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESTEVEZ, A; BANDEIRA, F. A ditadura militar como tema: uma radiografia da produção acadêmica sobre o regime. In: Thiesen, I. *Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: Letras, 2014.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. 2. Ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FARIA, J. H; MENEGHETTI, F. K. Discursos Organizacionais. Anais Do XXIV EnANPAD, Campinas, 2001.

FERREIRA, J; GOMES, A. C. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil / Jorge Ferreira, Ângela de Castro Gomes*. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60, 2004.

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Suplemento Especial "64 – Brasil Continua"*. Publicado em 31 de dezembro de 1964. Recuperado em 29 de janeiro, 2018, de <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1964/03/31/48#>.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOLDMAN, P. Searching for history in organizational theory: Comment on Kieser. *Organization Science*, 5(4), 621-623, 1994.

GOULART, S.; CARVALHO, C.A. *Análise de Conteúdo e sua aplicação em pesquisa na Administração*. IN: VIEIRA, M.M.F.; ZOUAIN, D.M. *Pesquisa Qualitativa em Administração: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

KARNAL, L; TATSCH, F.G. Documento e História: A memória evanescente. In: PINSKY, C.B.; LUCA, T.R. (Orgs) *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

KIELING, C. G. Autoritarismo no discurso da imprensa brasileira durante o golpe de 1964. *Revista Extraprensa*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 3-17, dec. 2016. ISSN 2236-3467. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/106867>>. Acesso em 25 de setembro de 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/extraprensa2016.106867>.

KIESER, A. Why organization theory needs historical analyses – and how this should be performed. *Organization Science*, 5(4), 608-620, 1994.

KUSHNIR, B. Calar é consentir! Jornalistas Colaboradores e Censores no Pós-1964. *Revista Contemporânea – Dossiê Contemporaneidade*. Ano 1, nº 1, 2011, inverno. ISSN [2236-4846].

LUCA, T.R. Fontes Impressas: História nos, dos e por meio dos periódicos. IN:PINSKY, C.B. (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MACLEAN, M., HARVEY, C., & CLEGG, S.R. Conceptualizing Historical Organization Studies. *Academy of Management Review*, 41(4), 609-632, 2016.

MENESES, S. Ditadura, democracia e esquecimento: 1964 - o acontecimento recalcado e a ascensão do Jornal Folha de São Paulo como canal da democracia. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 39 - 71.

MOTA, C. G; CAPELATO, M. H. *História da Folha de São Paulo: 1921-1981* / Carlos Guilherme Mota, Maria Helena Capelato. -- São Paulo: IMPRES, 1981.

MOTTA, F. C. P; As empresas e a transmissão da ideologia. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo. 32 (5)38-47. Nov - Dez 1992.

MOTTA, R. P. S. A Ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p.62-85, jan./jun. 2013. Disponível em: <www.revistatopoi.org>.

NAPOLITANO, M. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro - apontamentos para uma revisão historiográfica. *Contemporanea - Historia y problemas del siglo XX*, 2(2), 209-217, 2011.

PIRES, E. M. *Imprensa, Ditadura e Democracia: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)*. Dissertação de Mestrado Em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2008.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise do Discurso (para a) Crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Editora Pontes. 2011.

RESENDE, V. M; RAMALHO, V. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 5, n.1, p. 185-207, jul./dez. 2004.

RESENDE, V.M.; RAMALHO, V. *Análise do discurso crítica*. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2011.

RHODES, C. Democratic business ethics: Volkswagen's emissions scandal and the disruption of corporate sovereignty. *Organization Studies*, v. 37, n. 10, p. 1501-1518, 2016.

ROWLINSON, M.; HASSARD, J.; DECKER, S. Research strategies for organizational history: A dialogue between historical theory and organization theory. *Academy of Management Review*, 39(3), 250-274, 2014.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano I - Número I - Julho de 2009.

SAMARA, E.M.; TUPY, I.S.S. *História & Documento e Metodologia de Pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SANGUINÉ JUNIOR, J. A imprensa e o processo de redemocratização do Brasil. *Sociedade em Debate*, Pelotas, 4(3): 19-35, novembro/1998.

SCHREMPF-STIRLING, J.; PALAZZO, G.; PHILLIPS, R.A. Historic Corporate Social Responsibility. *Academy of Management Review*, 41(4), 700 - 719, 2016.

SCHWARCZ; L.M., & STARLING, H.M. *Brasil: um biografia* (1a ed.). São Paulo: Companhia de Letras, 2015.

SCWANDT.T. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa. In: Denzin, N.; Lincoln, Y. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

STARLING, H. *Verbetes Temáticos sobre o Golpe militar de 1964*. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/>>. Acesso em 04 de janeiro de 2019.

SILVA, M. A. C. *Trabalhador sob medida? : uma análise crítica do discurso de uma revista de negócios sobre competências* / Marcelo Almeida de Carvalho Silva. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Administração, 2014.

SILVA, M. A. C. *As Práticas de Normalização da Violência Operacionalizadas pela Volkswagen do Brasil na Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)*. Rio de Janeiro, 2018. 363 p. Tese de Doutorado – Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-64)* / Thomas E. Skidmore; Tradução Berilo Vargas. - São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SMITH, A. 1960 - *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil* // Anne-Marie Smith; tradução Waldívia M. Portinho. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 264p.

SOARES, G. A. D.; D'ARAÚJO, M. C. *O Golpe de 1964*. In: 21 anos do regime militar: balanços e perspectivas. Gláucio Ary Dilton Soares, Maria Celina D'Araújo (organizadores); Almir Pazzianotto Pinto... [et al.] – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOUZA, M. M. P.; CARRIERI, A. P. *A análise do discurso em estudos organizacionais*. Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional [recurso eletrônico]: uma abordagem teórico-conceitual / EloisioMoulin de Souza (org.). - Dados eletrônicos. - Vitória: EDUFES, 2014.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B. *Produção de Sentido no Cotidiano*. IN: SPINK Mary Jane. Práticas discursivas e produções de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, M. J. P.; FREZZA, R. M. *Práticas Discursivas e Produção de Sentido*. IN: SPINK Mary Jane. Práticas discursivas e produções de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

STOKES, P.; GABRIEL, Y. Engaging with genocide: The challenge for organization and management studies. *Organization*, v. 17, n. 4, p. 461-480, 2010.

TASCHNER, G. *Folhas ao vento: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil* / Gisela Taschner - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* / John B. Thompson. 9. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TOLEDO, C. N.. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.19, 2004, p.27-48.

USDIKEN, B. & KIESER, A. Introduction: History in organisation studies. *Business History*, 46(3), 321-330, 2004.

WODAK, R. Do que trata a ACD—um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagemem (Dis) curso*, v. 4, p. 223-243, 2010.

WANDERLEY, S.; BARROS, A. Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: towards a Latin American agenda. *Management & Organizational History*, 1-19, 2018.

VAN DIJK, T. A. *Critical Discourse Analysis*. The Handbook of discourse analysis / edited by Deborah Schiffrin, Deborah Tannen, and Heidi Hamilton. Chapter 18. 2001.

VIEIRA, M.M.F. *Por uma boa pesquisa (qualitativa) em Administração*. IN: VIEIRA, M.M.F.; ZOUAIN, D.M. Pesquisa Qualitativa em Administração. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

YATES, J. Understanding Historical Methods in Organizational Studies. In: Bucheli, Marcelo & Wadhvani R. Daniel [eds]. *Organizations in Time: History, Theory, Methods*. Oxford, Oxford University Press, 265-28, 2014.

ZALD, M.N. Organization Studies As a Scientific and Humanistic Enterprise: Toward a Reconceptualization of the Foundations of the Field. *Organization Science*, 4 (4), 513-528, 1993.

Apêndice

No quadro abaixo se encontra o título dos editoriais analisados na presente dissertação, em suas respectivas datas.

Quadro 11: Editoriais Analisados

| JANEIRO | |
|------------------|--|
| 01/01/1964 | 1964 |
| 02/01/1964 | O ano das reformas |
| 03/01/1964 | Perspectivas |
| 05/01/1964 | Progresso, mas pouco |
| 08/01/1964 | A necessária discussão |
| 09/01/1964 | Improvisação |
| 10/01/1964 | Alfabetização suspeita |
| 12/01/1964 | Estudantes e agitação |
| 15/01/1964 | Alfabetização e educação |
| 16/01/1964 | Reformismo |
| 17/01/1964 | Subversão na Guanabara |
| 21/01/1964 | Frente única |
| 22/01/1964 | Falta de ordem |
| 23/01/1964 | Indefinição |
| 24/01/1964 | Repulsa à subversão |
| 25/01/1964 | Um esforço de definição |
| 26/01/1964 | Forças Armadas e reformas |
| 28/01/1964 | Petrobrás em crise |
| 29/01/1964 | Petrobrás: solução infeliz |
| 30/01/1964 | Reforma urbana |
| FEVEREIRO | |
| 02/02/1964 | Inflação: atos e não palavras |
| 06/02/1964 | A demagogia do mínimo |
| 08/02/1964 | Legalidade do PC: mistificação |
| 09/02/1964 | Reeleição, não |
| 11/02/1964 | "A favela é nossa" |
| 12/02/1964 | Beneficiários da inflação |
| 14/02/1964 | Agitação agrária |
| 14/02/1964 | Igreja & comunismo |
| 16/02/1964 | Combate à inflação: o que falta |
| 18/02/1964 | Frente: cepticismo |
| 20/02/1964 | Plebiscito, não |

| | |
|--------------|---|
| 22/02/1964 | O programa que falta |
| 23/02/1964 | Mínimo e carestia |
| 25/02/1964 | Demagogia e panacéias |
| 26/02/1964 | Educação ameaçada |
| MARÇO | |
| 01/03/1964 | Previdência desvirtuada |
| 06/03/1964 | Radicalização |
| 07/03/1964 | Comício |
| 08/03/1964 | Desorientação do governo |
| 10/03/1964 | Quererismo não |
| 11/03/1964 | De 9 a 13 |
| 13/03/1964 | Comício-provocação |
| 14/03/1964 | Para quê? |
| 17/03/1964 | Reformas e Congresso |
| 19/03/1964 | Impeachment, não |
| 20/03/1964 | Povo, apenas povo |
| 21/03/1964 | Fé no regime |
| 22/03/1964 | "Governo de garra" |
| 25/03/1964 | Ilegalidade |
| 27/03/1964 | O caminho da concordia |
| 29/03/1964 | Indisciplina vitoriosa |
| 31/03/1964 | Marinha: o bom caminho |
| 31/03/1964 | Caderno Especial: 64 - o Brasil continua |
| ABRIL | |
| 01/04/1964 | Discurso infeliz |
| 01/04/1964 | Confiança, apesar de tudo |
| 02/04/1964 | Em defesa da Lei |
| 03/04/1964 | O Brasil continua |
| 03/04/1964 | Forças Armadas |
| 04/04/1964 | Expurgos |
| 04/04/1964 | A vez dos políticos |
| 05/04/1964 | Legalidade mesmo |
| 05/04/1964 | Retroceder, não |
| 06/04/1964 | O presidente definitivo |
| 07/04/1964 | Respeito à constituição |
| 07/04/1964 | Presidente militar |
| 08/04/1964 | Comunismo e corrupção |
| 08/04/1964 | Confiança |
| 09/04/1964 | Volta a normalidade |
| 11/04/1964 | Novo presidente |
| 12/04/1964 | Revolução definida |
| 13/04/1964 | Lista |
| 14/04/1964 | Livrementemente e sem pressões |
| 15/04/1964 | Carta ao presidente |
| 16/04/1964 | O presidente de todos |

| | |
|--------------|---|
| 20/04/1964 | Juizo, congresso |
| 25/04/1964 | Fim aos excessos |
| 26/04/1964 | Cautela na desinflação |
| 30/04/1964 | Não se esperem milagres |
| MAIO | |
| 01/05/1964 | Ao presidente, no dia do trabalhador |
| 04/05/1964 | Direito de greve |
| 05/05/1964 | A etapa construtiva |
| 06/05/1964 | Reconstrução |
| 07/05/1964 | Intelectuais ameaçados |
| 08/05/1964 | Popularizar a revolução |
| 09/05/1964 | Eleição direta |
| 10/05/1964 | "A cobra vai fumar" |
| 12/05/1964 | A verdade cambial |
| 15/05/1964 | Definição de responsabilidade |
| 18/05/1964 | Reformismo autentico |
| 20/05/1964 | A ordem legal |
| 22/05/1964 | Questão de tempo |
| 24/05/1964 | Tranquilidade |
| 27/05/1964 | Apoio ao presidente |
| 28/05/1964 | Contra a subversão |
| 31/05/1964 | Veze dos corruptos |
| JUNHO | |
| 02/06/1964 | 15 de junho |
| 03/06/1964 | Dois meses |
| 05/06/1964 | O drama das cassações |
| 05/06/1964 | O drama da prorrogação |
| 06/06/1964 | A autoridade suprema |
| 08/06/1964 | O governo trabalha |
| 10/06/1964 | As novas cassações |
| 11/06/1964 | Aperta-se o cerco |
| 12/06/1964 | Amarissimo |
| 14/06/1964 | Fim de uma fase |
| 16/06/1964 | A estrada da reconstrução |
| 18/06/1964 | Oportunidade excepcional |
| 20/06/1964 | Anti-reformismo |
| 21/06/1964 | Eleições |
| 24/06/1964 | No centro |
| 27/06/1964 | Voto do analfabeto |
| 29/06/1964 | Equiparação de vencimentos |
| 30/06/1964 | Sem donos |